



**ASSOCIATIVISMO, MUTUALISMO E MOVIMENTO  
OPERÁRIO EM GUIMARÃES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS  
DO SÉCULO XX**

**Américo Fernando da Silva Costa**





**ASSOCIATIVISMO, MUTUALISMO E MOVIMENTO  
OPERÁRIO EM GUIMARÃES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS  
DO SÉCULO XX**

**Américo Fernando da Silva Costa**

Imagem :  
Vista de Guimarães em 1905.  
Arquivo da Sociedade Martins Sarmiento

**Imagem da capa:**

Vista geral de Guimarães no início do século XX – Arquivo da Sociedade Martins Sarmiento

# Índice

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I - O MUTUALISMO EM GUIMARÃES NOS FINAIS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX</b> .....	<b>10</b>
<b>O MUTUALISMO – CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	<b>11</b>
<b>AS ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS EM PORTUGAL</b> .....	<b>15</b>
O MUTUALISMO EM GUIMARÃES NOS FINAIS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.....	16
O MONTE-PIO COMERCIAL VIMARANENSE.....	16
A ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS ARTÍSTICA VIMARANENSE .....	19
A ASSOCIAÇÃO FÚNEBRE FAMILIAR OPERÁRIA VIMARANENSE.....	26
O CÍRCULO CATÓLICO DE OPERÁRIOS .....	28
A CAIXA FILANTRÓPICA VIMARANENSE.....	35
<b>CAPÍTULO II - AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE</b> .....	<b>38</b>
A ASSOC. DE CLASSE DOS OPERÁRIOS FABRICANTES DE CALÇADO DE GUIMARÃES .....	40
A ASSOC. E CAIXA DE SOC. DOS OPER. CURTIDORES E SURREADORES DE GUIMARÃES ..	45
A ASSOC. DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DAS QUATRO ARTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL .....	56
A ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS MARCENEIROS E ARTES CORRELATIVAS.....	59
A ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS ALFAIATES E COSTUREIRAS DE GUIMARÃES.....	65
A ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE GUIMARÃES.....	68
A ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS PENTIEIROS DE GUIMARÃES.....	71
A ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS DE COMÉRCIO DE GUIMARÃES .....	72
O COOPERATIVISMO .....	76
A ECONÓMICA VIMARANENSE.....	76
A COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE GUIMARÃES E CAIXA DE SOCORROS .....	81
<b>CAPÍTULO III - O MOVIMENTO OPERÁRIO E A CONJUNTURA ECONÓMICA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX</b> .....	<b>84</b>
MOVIMENTO OPERÁRIO E CARESTIA DE VIDA .....	84

A HABITAÇÃO OPERÁRIA .....	124
A ONDA EPIDÉMICA .....	126
A EMIGRAÇÃO.....	134
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>137</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

Esta rápida incursão pela história local resulta de um desafio que nos foi colocado pela direcção da Associação Familiar Fúnebre Vimaranense para estudar o mutualismo em Guimarães. Esta prestimosa associação teve a subtileza de incluir no programa comemorativo do centenário da fundação desta associação mutualista a publicação de alguns trabalhos sobre as temáticas do associativismo e do mutualismo. Aceitando este repto, é nosso propósito, abordarmos diferentes formas do associativismo vimaranense, as quais, pela sua complementaridade, fornecem a verdadeira dimensão local do fenómeno.

É verdade que a escassez de tempo devido às obrigações profissionais não nos permitem a elaboração de um estudo mais consistente, alicerçado numa maior diversidade de fontes e abrangendo um período de tempo mais dilatado. Contudo, apesar das limitações, estamos convictos de que este trabalho constituirá um contributo válido para a história do associativismo vimaranense.

O nosso percurso inicia com o estudo conciso do mutualismo vimaranense, uma realidade que teve um grande impulso nos finais do século XIX e primeiras décadas do século seguinte. Referimo-nos a instituições que, depois de perpassarem as adversidades conjunturais e a acção asfixiante do Estado Novo, ainda hoje se mantêm vivas e com uma importante dinâmica no campo social. Aliás, este breve estudo é uma modesta homenagem à Associação Familiar Fúnebre Vimaranense, uma associação mutualista que está a celebrar o centenário da sua fundação.

O interesse desta investigação reside sobretudo no facto de estarmos a considerar associações que, embora auxiliadas por filantropos da cidade (tornados sócios benfeitores destas instituições), eram constituídas, maioritariamente, pelas forças vivas e activas da cidade (operários e gente do comércio). Foi nestas associações que os vimaranenses mais desfavorecidos, afectados pelas profundas reformas políticas e pela conjuntura de crise das três primeiras décadas do século XX, obtiveram alguma assistência para fazerem face ao desemprego e à fome.

Apesar das contingências, pretendemos demonstrar que, embora o mutualismo tenha emergido dos ideais socialistas, não se restringiu apenas a associações conotadas com esse ideário. O carácter conservador dos vimaranenses, várias vezes referido nas fontes, manifesta-se em associações mutualistas ligadas ao catolicismo social, mais concretamente aos Círculos Católicos de que “O Círculo Católico de S. José e S. Dâmaso” é o mais representativo.

O mutualismo vimaranense, como o movimento mutualista em geral, esteve intimamente associado ao movimento operário. Já referimos que ele surgiu para dar resposta aos problemas do operariado, numa época em que se deram passos importantes, mas muito hesitantes, na produção de legislação laboral e social.

As greves em Guimarães, numerosas durante a Primeira República, foram geralmente factos descontinuados e não concertados. As reivindicações operárias limitaram-se, na maioria dos casos, aos interesses específicos de uma determinada associação de classe. Será interessante avaliar em que medida a conjuntura de crise vivida na segunda e terceira décadas do século XX encorajou a união operária e contribuiu para a formação dos sindicatos nacionais.

A acção destas associações de classe não se limitou a actividades com carácter meramente sindical ou reivindicativo. De facto, ao criarem caixas de socorros mútuos destinadas a socorrer os associados e suas famílias, em situações de infortúnio, transformaram-se também em associações mutualistas. A história do mutualismo vimaranense passará inevitavelmente pelo estudo destas associações operárias.

A solidariedade social entre os vimaranenses não se fez apenas no quadro do mutualismo ou das associações de classe. Embora sem a amplitude e a prosperidade do mutualismo associativo, os vimaranenses apostaram no cooperativismo, como forma de lutar contra a crise de subsistências e a carestia de vida que afectou Guimarães e o Vale do Ave nos finais da segunda década do século XX e primeiros anos da seguinte.

Para compreendermos o impacto do mutualismo no meio social vimaranense, procuraremos integrar a actividade mutualista no ambiente político, económico e social que caracterizou a história do nosso país nas três primeiras décadas do século. Importa analisar como o operariado vimaranense enfrentou os graves problemas da Primeira República como a falta de subsistências, a escalada dos preços (agravada pela atitude sempre condenável dos açambarcadores), a ameaça permanente do desemprego e os fracos salários. Será também pertinente conhecer o contributo do associativismo mutualista e cooperativo na atenuação dos efeitos desta conjuntura negativa.

É ainda nosso propósito, avaliar o impacto da onda epidémica que assolou o país nesta região, sobretudo a onda de gripe broncopneumónica que atacou de forma cruel a população do concelho de Guimarães.

Interessa ainda referir que os dados e as conclusões deste estudo resultarão, essencialmente, de uma incursão na imprensa local. A escassa produção historiográfica sobre o associativismo e mutualismo é de algum modo compensada pela abundante informação que resultou da intensa actividade jornalística das primeiras décadas do século.

Agradecemos a prestimosa colaboração da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento que nos facultou a consulta das fontes. Estamos também gratos ao Professor António Amaro das Neves, Presidente da Direcção daquela



prestigiada instituição, e ao Professor Carlos Machado, docente na Escola Secundária de Caldas das Taipas, pelo valioso apoio na tarefa de revisão do texto.

Finalmente, felicitamos a Direcção da Associação Familiar Fúnebre Vimeirense pela comemoração do Centenário da fundação da instituição, e distinguimos os relevantes serviços que, ao longo da sua longa existência, ela tem prestado aos seus associados e à comunidade em geral.





## CAPÍTULO I

# O MUTUALISMO EM GUIMARÃES NOS FINAIS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

## O MUTUALISMO – CONSIDERAÇÕES GERAIS

A mutualidade é um movimento social antigo. Alguns investigadores vêem as raízes históricas do mutualismo na Antiguidade<sup>1</sup>. Certos autores referem que os operários envolvidos na construção do templo de Salomão, em Jerusalém, 950 anos a. C., se associaram para se protegerem dos riscos que os ameaçavam. <sup>1</sup> Outros autores referem experiências semelhantes aquando da construção das pirâmides do Egipto. Jorge Silveira considerou que só existe conhecimento de formas de organização com carácter mutualista na Grécia e no Império Romano. Foi aqui que surgiram as primeiras formas evoluídas de mutualismo. <sup>2</sup>

Foi na Idade Média, sobretudo a partir do século XI, que se assistiu, praticamente por toda a Europa, a um crescente movimento de instituição de associações de socorro mútuo. O clima de paz, o desenvolvimento agrícola e comercial do Ocidente Europeu e a conseqüente reanimação e multiplicação das cidades, trouxe consigo importantes transformações sociais, sobretudo a emancipação das classes populares urbanas, em particular da burguesia. Estes homens “sem senhor”, vivendo à margem das estruturas feudais, deram origem a um florescente movimento associativo. A partir do séc. XIV multiplicam-se as corporações, as confrarias, as “compagnonnages” e as guildas.

As Corporações eram associações que agrupavam todos os membros de uma mesma profissão. Tinham sobretudo funções de carácter profissional. Defendiam os interesses profissionais face às ameaças do poder central ou de outras corporações; asseguravam a disciplina interna entre os seus membros; solucionavam ou mitigavam conflitos individuais ou colectivos e estimulavam o fortalecimento da consciência e da honra profissionais. As Cor-

---

<sup>1</sup> As “confrarias do deserto” que existiram no Egipto, cerca de 3000 a.C, e as corporações profissionais na Índia e na China constituem os vestígios mais remotos que se conhecem. Na Antiga Grécia encontramos associações religiosas, políticas, comerciais e marítimas e associações de socorros mútuos designadas por “sinedrias” ou “eranos” (certo tipo de acordo pelo qual um grupo de pessoas se quotizava para obter recursos com que auxiliasse alguém que se encontrasse sem meios de subsistência, quer uma associação que arrecadava quotizações dos respectivos sócios, constituindo um fundo cujos objectivos se projectavam na garantia de auxílio material aos membros contribuintes que se encontrassem em situação de necessidade), traduzindo já um forte pendor associativo. Estas associações proporcionavam empréstimos aos sócios e ocupavam-se dos seus funerais. Na Antiga Roma podemos encontrar associações vocacionadas para o auxílio mútuo, designadas “collegia”, “corpora”, “sodalitia”, “sodales”. MELO, Lúcia e REIS, Suzana (1998)- Mutualismo na Área da Grande Lisboa: Principais características e perspectivas de evolução In O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social. Estudos e Pesquisas Multidisciplinares sobre o Sector Não-Lucrativo – III. Coord. Técnica e Científica de Barros, Carlos Pestana e Santos, J. C. Gomes. Edições Vulgata. Lisboa, 1998, p. 81.

<sup>2</sup> SILVEIRA, Jorge – A Evolução Histórica do Mutualismo e seus Princípios Doutrinários. In O Mutualismo em Portugal – 1990. Ed. da União das Mutualidades Portuguesas. p. 13.

porações assumiam ainda funções de natureza social como o auxílio mútuo aos seus membros, contribuindo para um fundo comum destinado a protegê-los na doença, na invalidez e na velhice e a custear despesas de funeral e a assistência social a órfãos, viúvas e indigentes. Estas instituições gozavam de privilégios especiais e os seus estatutos estavam sujeitos à aprovação dos poderes públicos.

As Confrarias eram associações piedosas que se organizavam sob a protecção de um santo patrono. As diferenças entre corporações e confrarias nem sempre foram fáceis de determinar dado que existia uma estreita ligação entre profissão e religião. No entanto, estas últimas não tinham funções profissionais e podiam abranger membros de diferentes profissões. Eram fundamentalmente universos masculinos, porém, os benefícios do confrade eram extensivos à sua esposa quando esta enviuvasse. Desenvolveram, tal como as corporações, uma notável acção de protecção social aos necessitados. Criaram fundos para socorrer os associados contribuintes, mas também aplicavam o rendimento dos bens próprios em importantes iniciativas de assistência social como o apoio moral e material aos indigentes, a criação e administração de diferentes tipos de estabelecimentos assistenciais.

As "Compagnonnages" assumiram especial papel a partir do século XV. Eram uma forma de associativismo iniciada com a construção das catedrais do século XII, "em que o convívio prolongado de artesãos, empregados e companheiros de vários mesteres conduziu à necessidade de se agruparem numa base social próxima da organização mutualista de solidariedade, estabelecendo como dever a entreaajuda em caso de doença, velhice e morte."<sup>3</sup> Confundem-se por vezes, com as confrarias. Afirmavam-se como associações de trabalhadores divergentes das corporações. Apresentavam fins de instrução profissional e auxílio mútuo entre os seus membros. Evidenciavam, na sua organização, traços característicos das práticas franco-maçónicas.

As Guildas tiveram grande popularidade na Alemanha e em Inglaterra. Os seus fins começaram por ser basicamente orientados para a protecção social dos necessitados. Eram associações de mercadores e transportadores de uma determinada região. O carácter económico destas associações não as desviou das funções assistenciais, nomeadamente o auxílio aos respectivos membros na vida e na morte. Concedia auxílios pecuniários nas situações de necessidade resultante de doença, incapacidade para o trabalho e velhice. Em caso de morte, garantiam ao associado o pagamento das despesas de funeral e aquisição da sepultura bem como prestações aos parentes do desaparecido.

Foi ainda durante a Idade Média que surgiram, nos Países Baixos, os primeiros Montepios confirmados pela autoridade papal. O seu iniciador terá sido o Arquiduque Alberto como reacção contra a actuação dos usurários que exploravam os mais necessitados com taxas pesadíssimas. Ter-se-á inspirado, por sua vez, na prática dos Franciscanos, nomeadamente nos fra-

---

<sup>3</sup> *Idem*, pp. 14-15

des Miguel de Milão, que criou, em Perugia, o mais antigo montepio e Bernardino de Feltre, que se destacou na divulgação destas sociedades<sup>4</sup>.

A partir do século XVIII, sob a influência do racionalismo iluminista assiste-se, ao declínio da fé religiosa e até a uma descristianização. O conceito de previdência, confundido com caridade cristã, é preterido a favor dos conceitos de filantropia e fraternidade, mais de acordo com a ideologia liberal.

No entanto, estudiosos desta realidade, como Vasco Rosendo, consideram que o mutualismo, na sua versão puramente institucional, é uma realidade com apenas 200 anos. Este autor apelida de pré-mutualistas aquelas instituições com características e finalidades muito próximas do ideal mutualista actual que surgiram nos finais do século XIII. Aliás, considera mesmo que o vocábulo “mutualismo”, embora radicando na palavra latina com as declinações de “mutuus, mutua, mutuuum”, significando já reciprocidade de benefícios, só surge nos dicionários de Língua Portuguesa em meados do século XX.<sup>5</sup>

O mutualismo assenta no princípio de “responsabilidade colectiva privada, sem fins lucrativos”, o socorro mútuo supõe uma “comunhão de riscos a que estão sujeitos os membros de um grupo, difundindo-se, entre todos eles, os encargos a suportar com qualquer dos participantes que venha a encontrar-se em situação de necessidade.”<sup>6</sup>

O mutualismo pode, assim, ser definido como “uma corrente ideológica cujos princípios assentam na reciprocidade dos serviços e na entreaajuda e que se substancia na existência de um fundo comum para o qual todos concorrem através de contribuição ou quotas, de modo a permitir, de forma previdente, acautelar o futuro próprio ou dos seus familiares através de retribuições de benefícios pecuniários ou de assistência.”<sup>7</sup>

Desde tempos muito recuados que a falta de um sistema de protecção social levou as populações socialmente mais desfavorecidas a desenvolverem formas de solidariedade e de entreaajuda. Quando o Estado ou os organismos centrais não foram capazes de organizar uma rede centralizada de protecção social, os indivíduos menos protegidos foram obrigados a desenvolver formas de protecção e de solidariedade no âmbito do seu grupo profissional. Foi a partir do advento da sociedade industrial e das grandes massas de operários desprovidos de protecção social que o mutualismo se desenvolveu. Um pouco

<sup>4</sup> *Ibidem*

<sup>5</sup> ROSENDO, Vasco (1998), A Evolução do Mutualismo no Portugal Contemporâneo. In BARROS, Carlos Pestana e SANTOS, J. C. Gomes (1998) – O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social. Estudos e Pesquisas Multidisciplinares sobre o Sector Não-Lucrativo – III. Coord. Técnica e Científica de Barros, Carlos Pestana e Santos, J. C. Gomes. Edições Vulgata. Lisboa, 1998, p. 60.

<sup>6</sup> SILVEIRA, Jorge, op. cit., p.79.

<sup>7</sup> O Mutualismo assenta nos seguintes princípios ideológicos: Democraticidade - Um homem, um voto; Liberdade - De adesão e de admissão; c: Independência - De todo o poder. Solidariedade - Entre-ajuda voluntária; e Responsabilização - Ao nível da gestão democrática, sem proveito individual. *Idem*, p. 80.

por toda a parte foram surgindo associações de natureza religiosa, profissional, etc., que constituíram fundos comuns destinados a auxiliar os seus pares que se encontrassem em situação de carência económica ou de doença.

Estas associações passaram por crescentes dificuldades à medida que se aproximavam as revoluções liberais. As correntes de pensamento que estiveram na origem da Revolução Francesa de 1789 contribuíram decisivamente para o declínio das associações corporativas. Após a Revolução Francesa, proibiram-se mesmo todas as associações de trabalhadores. No entanto, as profundas mutações sociais decorrentes da industrialização marcaram uma viragem definitiva em todo este processo. O sistema corporativo já não era compatível com o capitalismo industrial. A intensa industrialização e a revolução das técnicas conduziram a um vasto processo de transformações culturais, sociais e económicas. A concentração urbana, a intensa industrialização e a proliferação das empresas industriais e comerciais abalaram os alicerces da sociedade tradicional. Desenraizado do seu quadro de vida tradicional, não podendo valer-se dos mecanismos de solidariedade familiar e de vizinhança, o proletário apenas dependia do rendimento do seu trabalho e estava muito vulnerável às crises cíclicas do capitalismo. O desemprego, a doença, a incapacidade temporária ou permanente perante o trabalho, a velhice e a morte, constituíam outras tantas ameaças gravosas à vida dos operários. Esta insegurança era ainda agravada pelos baixos salários e pelas degradantes condições habitacionais e higiénico-sanitárias nas áreas de maior concentração urbana. Neste contexto, “as associações de socorros mútuos desempenharam um papel extremamente positivo no quadro da protecção social dos trabalhadores assalariados frente às novas condições de insegurança económica ditadas pelo processo de revolução industrial.”<sup>8</sup>

No século XIX o movimento mutualista sofre um novo impulso. Em meados deste século teve início, no continente europeu, um “vasto movimento associativo de carácter liberal e pluralista, de raiz predominantemente reivindicativa, expressão da falta de condições económicas e sociais em que vivia a classe operária de alguns países ocidentais em rápida industrialização.”<sup>9</sup>

Foi neste contexto de precariedade e de ausência de políticas de assistência social dos Estados que surgiram associações operárias que incluíam actividades de socorro mútuo e outras instituições de protecção social vocacionadas para o auxílio dos seus membros. As quotizações suportáveis pelos baixos salários e as facilidades no acesso às protecções, permitiram aos assalariados uma forma de protecção social mais atractiva do que a poupança ou a assistência social.

---

<sup>8</sup> *Idem*, p.81.

<sup>9</sup> *Ibidem*.



## AS ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS EM PORTUGAL

As associações de socorros mútuos surgiram, no nosso país, em meados do século XIX. Foram uma resposta à dissolução do sistema corporativo imposta pela ideologia liberal. Com as novas associações, os operários procuravam naturalmente formas de socorro mútuo nos casos de necessidade material ou de doença.

Estas associações foram integrando não só proletários, mas também burgueses de vários estratos de riqueza, facto que ajuda a explicar a popularidade deste movimento e o mérito reconhecido pelas autoridades. De 3 associações em 1843, passou-se para 27 em 1853, 280 em 1891, 589 em 1903 e 628 em 1909. Este último número correspondia a aproximadamente 380.000 sócios, distribuídos por todos os distritos do Continente e das Ilhas Adjacentes. Os 325.930 sócios residentes na área dos distritos de Lisboa e do Porto demonstram o carácter predominantemente urbano do mutualismo associativo.<sup>10</sup>

Este movimento associativo progrediu durante a Primeira República até à I Guerra Mundial. Aliás, o primeiro congresso das associações mutualistas aconteceu em Lisboa, em Junho de 1911. Neste congresso, foi criada uma Federação Nacional das Associações. O segundo Congresso ocorreu em Lisboa, em Dezembro de 1916.

Em 1915, existiam 657 associações, com um total de 462.000 sócios. Destes, 397.000 residiam nos distritos de Lisboa e Porto. Em 1921, existiam em plena actividade 685 associações, o número máximo de associações desta natureza atingido no nosso país.<sup>11</sup> A partir daquela data, o número de associações diminuiu, num esforço tendente a agrupar, fundir ou partilhar esforços entre as colectividades mais pequenas. Apesar disso, o número de sócios continuou a aumentar. Em 1931, havia 533, com 575.976 associados<sup>12</sup> e, em 1964, apenas existiam 133, mais treze do que em 1998.<sup>13</sup>

O apertado controlo e a vigilância do funcionamento das associações mutualistas levados a cabo pelo Estado Novo, levando à sua extinção, fusão ou absorção pelas Casas do Povo e Casas dos Pescadores foram a principal razão da estagnação do mutualismo em Portugal entre o final da década de 20 e 1974. Curiosamente, a Revolução do 25 de Abril não significou o crescimento do associativismo mutualista entre nós. O acesso quase obrigatório

---

<sup>10</sup> SERRÃO, Joel Serrão e A. H. OLIVEIRA MARQUES (1991) - Nova História de Portugal - Portugal, da Monarquia para a República. Coordenação de A. H. De Oliveira Marques, vol. XI. Editorial Presença, Lisboa, p. 237.

<sup>11</sup> ROSENDO, Vasco (1998), *op. cit.*, p. 61.

<sup>12</sup> SERRÃO, Joel Serrão e A. H. OLIVEIRA MARQUES (1991), *op. cit.*, p.238.

<sup>13</sup> ROSENDO, Vasco (1998), *op. cit.*, p. 61.

aos benefícios do Seguro Social Obrigatório, facultado pelo Estado Providência, e a fraca procura pelos portugueses de regimes alternativos de previdência social, devido ao seu baixo nível de vida, explicam esse fraco desenvolvimento do mutualismo em Portugal.<sup>14</sup>

Pelo Regime Geral de Previdência (Lei nº 1884, de 16 de Março), as associações de socorros mútuos forma compulsivamente integradas na estrutura da previdência social.

## O Mutualismo em Guimarães nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX

### O Monte-Pio Comercial Vimaranense

Os estatutos do “Monte-Pio Comercial Vimaranense” foram aprovados por alvará de 3 de Abril de 1872. No seu artigo 4º pode ler-se que o Monte-pio tinha como fim:

“1º Ministar socorros e subsídios aos sócios que, por falta de meios, desemprego, prisão, moléstia ou decrepitude, careçam d’elles;

2º Diligenciar obter ocupação no commercio ao sócio que a tiver perdido, quando d’isso se torne digno pela sua honradez e bom comportamento anterior, e protegê-lo em qualquer caso d’adversidade, quando não deshonroso;

3º Dar pensões às viúvas ou outros parentes dos sócios falecidos, em conformidade com as disposições dos artigos 16º, 17º e 19º do Cap. V.”

A prestação dos socorros ou subsídios pecuniários aos sócios só iniciava decorridos dois anos após a data da sua admissão, desde que não tivessem incorrido em falta alguma dos seus deveres (artigo 14º).

Se os filhos de um sócio falecido ficassem igualmente órfãos de mãe, acumulavam o subsídio que se daria a esta com o que lhes estava destinado pelo falecimento do pai (*cf.* tabela 2). As viúvas que passassem a segundas núpcias ou se se revelassem “indignas pelo seu comportamento” perderiam o

---

<sup>14</sup> Segundo Vasco Rosendo, “apesar destas contrariedades, a população mutualista não decresceu, entre nós, na mesma medida em que o número de associações diminuiu. Efectivamente, entre os anos de 1921 e 1967, a população mutualista nacional baixou de 615.000 para 566.000 associados. Até hoje [1998], no entanto, assistiu-se a um progressivo aumento, representado por cerca de 750.000 associados.” *Op. cit.*, p. 62.

direito a qualquer benefício. Neste caso, o subsídio seria atribuído aos seus filhos.

Tabela nº 1 – Contribuições dos sócios do Monte-pio Vimaranesense<sup>15</sup>

	Anos de idade	Jóia	Diploma	Mensalidade
De mais de.....	20 a 25	6\$000	500	300
	25 a 30	8\$000	“	300
	30 a 35	10\$000	“	360
	35 a 40	13\$500	“	420
	40 a 45	17\$000	“	480
	45 a 50	20\$500	“	540
	50 a 55	24\$000	“	600
	55 a 60	27\$500	“	660

Tabela nº 2 – Tabela com as quantias atribuídas aos sócios do Monte-pio Vimaranesense<sup>16</sup>

Desemprego temporário (por dia).....	400	Não excedendo três meses, e mais metade desta quantia por igual
Carência de meios ou alienação de fortuna (por dia)	400	Não excedendo seis meses, idem.
Prisão mas dentro d'ella (por dia) .....	240	
Moléstia chronica (por dia) .....	300	
Dita aguda (por dia) .....	500	Com facultativo (médico) e remédios.
Convalescença (por dia) .....	400	Não excedendo quarenta dias.
Banhos de caldas (por dia) .....	500	Não excedendo trinta dias.
Decrepitude, paralyisia ou loucura (por dia) .....	360	
Emigração para fora do reino .....	3\$600	Por cada ano que tiver pago de quotas, não excedendo doze.
Falecimento à viúva do sócio (por dia) .....	240	
A cada filho até à idade de doze annos (por dia) ...	80	
Para enterro do sócio em pobreza .....	12\$000	

<sup>15</sup> *Idem*, p. 26

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 27

Se o sócio falecido não deixasse viúva ou filhos, mas pai, mãe ou irmã que tivesse vivido com ele durante mais de um ano e com ele vivesse no momento do seu falecimento, essa pessoa teria direito ao subsídio concedido às viúvas, exigindo-se, no entanto, que justificasse a necessidade dele. Nesta situação, dava-se preferência ao pai e à mãe, depois às irmãs solteiras ou viúvas, e em último lugar às irmãs casadas. Se houvesse mais do que uma irmã, o subsídio seria dividido por tantas quantas fossem as irmãs que vivessem com o sócio falecido.

Se algum sócio caísse em pobreza e tivesse filhos a frequentar as aulas de instrução primária, o Monte-pio pagaria aos mestres as mensalidades, isto se a direcção entendesse que os professores régios não satisfaziam ou o sócio não tivesse outra corporação que lhe prestasse esse auxílio. O Monte-pio prestaria ainda ajuda aos filhos menores dos sócios falecidos que dela necessitassem, a fim de que obtivessem não só uma ocupação decente, mas que também lhes garantisse os necessários meios de vida.

Tabela nº 3 – O Activo e o Passivo do Monte-pio Vimaranense entre 1873 e 1881.<sup>17</sup>

	1873	1874	1875	1877	1881
<b>ACTIVO</b>					
Sócios		3\$500			34\$200
Caixa	8\$180	244\$295	149\$340	380\$760	272\$540
Banco de Guimarães	49\$300	249\$300	160\$000	240\$000	240\$000
Papéis de Crédito	1.382\$000	1.542\$000	1.910\$000	1.910\$000	2.810\$000
Letras a receber/ promissórias a ven- cer			380\$000	730\$000	2.800\$000
Mobília			13\$230	13\$230	13\$230
Total	1.439\$480	2.039\$095	2.612\$570	3.273\$990	6.169\$970
<b>PASSIVO</b>					
Sócio	1\$200				
Fundo permanente	1.134\$640	1.492\$015	1.813\$005	2.193\$465	3.600\$000
Fundo disponível	303\$640	547\$080	799\$565	1.080\$525	2.569\$970
Total	1.439\$480	2.039\$095	2.612\$570	3.273\$990	6.169\$970

Seriam expulsos do Monte-pio os sócios que incorressem nas seguintes situações:

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 27

- Deixassem de pagar a jóia e quotas mensais nos prazos estipulados, sem motivo justificado.
- Os “fallidos julgados de má fé”.
- Os condenados por sentença transitada em julgado, por crime sobre o qual recaíssem algumas das penas maiores previstas no Código Penal.
- Os que para fruírem de qualquer benefício do Monte-pio apresentassem documento falso ou viciado, ou de qualquer outro meio “caviloso ou fraudulento”.
- Os que por mau comportamento tivessem perdido o emprego ou a fortuna.<sup>18</sup>

## A Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranense

O programa do seu 34º aniversário, divulgado pelo periódico Comércio de Guimarães, dá-nos preciosas informações sobre a origem da Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranense. Refere que os seus estatutos foram aprovados a 15 de Novembro de 1869 e a sua inauguração ocorreu em 6 de Fevereiro de 1870. Instalou-se com 541 associados, na Rua Gil Vicente, com um fundo permanente de 4.892\$580 réis, um fundo de reserva de 334\$624 réis e um fundo disponível de 1.918\$370 réis. O mesmo programa faz alusão às grandes lutas travadas entre os sócios,<sup>19</sup> sinal, segundo o articulista, da “pujante virilidade” da instituição.

No Cap. I, art. 1º dos Estatutos pode ler-se que a “«Associação Artística Vimaranense» é a reunião de todos os indivíduos do sexo masculino, que exercendo alguma arte ou officio, d’ella quizerem fazer parte, uma vez que residam na cidade de Guimarães e seu concelho.” Foi criada com o objectivo de socorrer os seus associados, quando, por doença, velhice, ou prisão, não pudessem exercer a sua profissão; auxiliar as suas famílias, e promover o melhoramento da “classe artística” (Cap. II, artigo 3º). Relativamente aos direitos do sócio (Cap. V, artigo 7º), além do poderem participar nas deliberações da Assembleia-Geral e frequentar a casa da associação, tinham também direito:

“1º - A ser tratado, quando doente, pelo facultativo da associação, estendendo-se este benefício a todas as pessoas da sua família, que com elle residirem,

---

<sup>18</sup> SMS, Estatutos do Monte-Pio Comercial Vimaranense aprovados por alvará de 3 de Abril de 1872. cota: 25 BS 1-2-25.

<sup>19</sup> Comércio de Guimarães, 03-06-1906, p.3

2º - Ao fornecimento de remédios pelas receitas do facultativo, na pharmacia onde a direcção o tiver contractado para os associados enfermos, gosando também d'este beneficio a mulher e filhos dos associados.

3º - A receber, quando inhabilitado para o serviço por lesão, decrepitude, ou moléstia chronica, a quantia de 160 réis diários, se a direcção não poder proporcionar-lhe occupação que caiba nas suas forças, e em que tenha salario que chegue para a sua decente sustentação.

4º A receber um subsídio de 120 réis diários, no caso de ser preso, e só até ao dia do julgamento, sahindo livre; porque continuando preso, ou sendo expatriado, sem alteração no mais disposto n'estes estatutos, receberá sua mulher e filhos o subsidio que se arbitrar em assemblea geral.

5º - A que sua mulher e filhos, no caso d'elle adoecer, e, sendo irmão terceiro de qualquer das ordens d'esta cidade, preferir ser tratado nos hospitaes d'ellas, receba durante a moléstia a quantia de 160 reis diários.

6º - A receber, quando doente, não sendo irmão d'alguma das ordens d'esta cidade, a quantia de 100 réis diários.

7º - A que, pelo cofre da associação, se concorra com as despesas do seu enterramento, não pertencendo a alguma das ordens terceiras ou misericórdia d'esta cidade; e a que a viúva, emquanto o for, e orphãos menores que deixar, sejam soccorridos pelas associação, com o que em assemblea geral se arbitrar, em harmonia com as forças do respectivo cofre.

8º - A receber os livros necessários para seus filhos frequentarem as escolas que houver n'esta cidade, quando as forças do cofre permittam esta despeza.

§ único – Perdem o direito a todos os beneficios e a qualidade de associados, sem que possam reclamar o que tiverem pago:

1º - Os que, por sentença passada em julgado, forem condemnados por crimes deshonorosos e infamantes, ficando em vigor, para sua mulher e filhos, o disposto no número 4º d'este artigo.

2º - Os que deixarem de pagar, por espaço de 3 mezes, as respectivas quotas semanaes (110 réis).

3º Os que deixarem de cumprir estes estatutos em todas ou em alguma de suas partes.

4º Os que, por motivos bem provados e justificados, a assemblea geral julgue indignos de pertencerem ao grémio desta associação.”<sup>20</sup>

Os sócios só usufruiriam destes direitos decorrido um ano após a data da sua admissão.

O relatório de gerência de 1878, que apresentou um capital permanente de 4.308\$460 réis e um saldo de 373\$630 réis, refere que, neste ano, foram admitidos 111 sócios. Este resultado foi considerado muito “lisongeiro e consolador” pela direcção, não só porque o aumento do capital permitia à

---

<sup>20</sup> Estatutos da Associação Artística Vimaranesense, Tipografia «Religião e Pátria», Guimarães, 1870. (SMS B.S. 1-2-28)

instituição um “pé de segurança” que a colocava “ao abrigo de eventualidades menos felizes”, mas também permitia a assistência aos seus membros, “amparando na invalidez os que gastaram no trabalho, a força da sua vitalidade, enchugando as lágrimas e remediando a miséria de muitas viúvas, não fallando já nos socorros que vae levar ao leito dos enfermos.”

No final de 1878 esta associação tinha 525 sócios (mais 100 do que no final do ano transacto, descontando os 7 que faleceram e 3 que foram excluídos). Os sócios inválidos assistidos, que no final de 1877 eram 4, totalizavam 5 no final de 1878 por terem acrescido 2 e ter falecido 1. Socorria ainda 20 viúvas (mais 5 que no ano transacto, embora uma destas tenha passado a segundas núpcias). Prestava ainda assistência médica e farmacêutica a 64 associados, a 24 mulheres e a 17 filhos de sócios. Estes números permitem avaliar não só a capacidade de mobilização desta associação mas também a importância da sua acção assistencial no meio vimaranense dos finais do século XIX.<sup>21</sup>

Tabela 4 - Conta do fundo disponível desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1878<sup>22</sup>

Receita		Despesa	
Recebido de quotas semanais	1.217\$050	Socorros diários a sócios inválidos	236\$400
Juro das inscrições	105\$000	Socorros diários a viúvas	517\$600
Juro das acções do banco de Guimarães	84\$000	Subsídio para luto	32\$000
Juros de dinheiros em depósito no Banco	24\$400	Socorros pecuniários a sócios doentes	146\$420
Juros de penhores	21\$020	Receituário da botica	68\$050
Juros de uma jóia	\$60	Médico	90\$000
Aluguer dos Bancos	1\$500	Aluguer da casa	22\$500
Quotas semanais a receber	190\$220	Ordenado do cobrador	50\$000
		Ordenado do escriturário	45\$000
		Despesas diversas	61\$650
			1.269\$620
		Saldo deste ano	373\$630
Total	1.643\$250		1.643\$250

Neste mesmo relatório há a referência à compra de um terreno para a construção da sede. Gastou-se nessa compra a quantia de 1.117\$955 réis. Refere-se ainda ao início da construção do edifício.

Anualmente, pelo menos durante os primeiros anos do século XX, a Direcção da Associação anunciava no Jornal Comércio de Guimarães a acei-

<sup>21</sup> Relatório e contas da Associação Artística Vimaranense apresentado em sessão ordinária de 19 de Janeiro de 1879. Guimarães Tipografia Religião e Pátria (SMS Dep 7-2-80).

<sup>22</sup> *Idem*

tação de propostas, em carta fechada, para arrendamento do seu salão de espectáculos para os festejos carnavalescos.<sup>23</sup>

Na edição de 3 de Agosto de 1900, o mesmo periódico informava que a Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranense tinha aberto concurso para o cargo de médico da Associação com o vencimento anual de 160\$000 réis pagos trimestralmente.<sup>24</sup>

Na edição de 5 de Fevereiro de 1901, o mesmo jornal, a propósito da comemoração do 29º aniversário da instituição, fez as seguintes considerações:

“Comquanto se aventasse ultimamente que esta utilissima aggre-miação estava em adeantada decadencia, é certo que tende a prosperar muitíssimo, para continuar a prestar o seu valioso auxílio aos seus associados.

Congratulamo-nos de poder registar aqui que a digna direcção actual, não esquecendo os deveres que o seu espinhoso encargo lhe incumbe, tem conseguido a admissão de grande número de sócios, e tanto é certo que, no domingo ultimo, foram admittidos onze, depois de devidamente inspeccionados pelo distincto clinico vimaranense snr. dr. Joaquim José de Meira.

Attendendo a que o retrato do snr. Commendador Manuel José Teixeira, existente no Salão Nobre d'aquella Associação se achava bastante deteriorado, resolveu a mesma direcção mandar substitui-lo, dando assim a esse cavalheiro, seu bemfeitor, mais uma prova de deferencia e consideração.”<sup>25</sup>

A missa por sufrágio da alma dos sócios falecidos, quase invariavelmente celebrada na Igreja de S. Francisco, pelas dez horas e meia da manhã, contou com a presença dos sócios benfeitores. Nesse mesmo dia, satisfazendo a vontade de um anónimo caridoso que ofereceu 5\$000 réis, foram distribuídas esmolos de 200 réis a 20 viúvas e a sócios pobres 1\$000 réis.<sup>26</sup>

Na edição de 9 de Abril de 1912, o jornal “Comércio de Guimarães” informou que, nas comemorações desse ano, estiveram presentes Simão da Costa Guimarães; Manoel Martins Barbosa de Oliveira e Alfredo Peixoto, médico da Associação. No final da cerimónia religiosa, distribuíram-se esmolos por 8 viúvas pobres (donativo distribuído pelo benfeitor e sócio Eduardo Manoel de Almeida). Foi distribuída ainda a quantia de 4\$000 réis aos sete sócios inválidos presentes que para esse fim lhes entregaram Manoel Martins de Oliveira (1\$000 réis), o sócio activo e industrial, Francisco José Fer-

---

<sup>23</sup> Comércio de Guimarães, 23-01-1900.

<sup>24</sup> Comércio de Guimarães, 03-08-1900.

<sup>25</sup> Comércio de Guimarães, 05-02-1901.

<sup>26</sup> Comércio de Guimarães, 12-02-1901



reira (1\$000 réis); o secretário da direcção Manoel Lopes Martins (1\$000 réis) e o presidente da direcção (1\$000 réis).<sup>27</sup>

Na rubrica variedades "apontamentos inéditos para a história de Guimarães", o jornal "Comércio de Guimarães" informou que, no dia 21 de Fevereiro de 1889, 63 sócios da Associação Artística Vimaranense moveram uma acção cível contra a direcção da mesma, por esta se desviar dos seus estatutos.<sup>28</sup>

Contudo, o articulista reconhece que, nesta data, a instituição "adormece um pouco sobre os louros colhidos nellas, continuando todavia a satisfazer o seu fim." Refere ainda que Miguel Mascarenhas, João Pinto de Queirós, António Caldas, Sebastião Brandão e tantos outros beneméritos "foram os primeiros a dispensarem-lhe toda a protecção e todo o valimento no princípio da sua vida..."<sup>29</sup>

Sobre o relatório da direcção e parecer do conselho fiscal referente ao ano de 1903 e apresentado em Assembleia Geral de 20 de Março, o "Comércio de Guimarães" escreveu que, como prova da força desta instituição, basta referir que, aos sócios doentes, foram distribuídos 66\$500 réis e às viúvas dos sócios falecidos foram pagos 429\$000 réis.<sup>30</sup> Sobre o relatório da direcção e parecer do conselho fiscal referente a 1904, pode ler-se que esta Associação Artística gastou, nesse ano, 562\$090 réis, distribuídos da seguinte forma:<sup>31</sup>

Pensões pagas aos sócios inválidos:	219\$770
Socorros pagos em dinheiro aos sócios doentes:	238\$320
Subsídios pagos a viúvas de sócios falecidos:	80\$000
Subsídios para o enterramento de sócios falecidos:	24\$000

Curiosa é a referência, pelo semanário católico "A Restauração", à substituição do emblema da Associação Artística Vimaranense em virtude de ele se assemelhar ao símbolo da maçonaria.<sup>32</sup>

Este facto causou grande indignação junto dos democratas de Guimarães, manifestada de modo *sui generis* pelo semanário "A Justiça de Guimarães", na sua edição de 9 de Abril de 1905. Referiu-se ao facto, vendo nele uma estratégia para aí instalar o Círculo Católico,

(...) Há muitos annos que se acha construído um magnífico edificio, na rua de Gil Vicente, d'esta cidade, o qual pertence à Associação Artística que já foi muito útil ao operariado vimaranense, que encontrava alli algum lenitivo nos transe mais difíceis da sua vida.

<sup>27</sup> Comércio de Guimarães, 09-04-1912

<sup>28</sup> Comércio de Guimarães 28-08-1906, p. 1

<sup>29</sup> Comércio de Guimarães, 06-02-1903

<sup>30</sup> Comércio de Guimarães, 01-04-1904, p.2

<sup>31</sup> Comércio de Guimarães, 04-04-1905

<sup>32</sup> A Restauração, 04-05-1905, p. 2.

No cimo da porta principal, existia um emblema, formado de um esquadro e um compasso, representativo do symbolo do trabalho.

Pois a direcção actual, da qual conhecemos pessoalmente alguns membros, embirrou com o emblema; chama um pedreiro que armado d'um cinsel e martello, faz desaparecer o mesmo emblema, que no entender da mesma Ex.ma e esclarecida Direcção não representava cousa alguma!

Porem ha mais:

Sendo o referido predio pertencente a uma Associação e consequentemente a todos os associados, não poderia a mesma lucida Direcção praticar semelhante patetice, sem o voto da assembleia geral. Houve alguma reunião em assembleia geral que tal auctorisasse? Não.

Logo portanto a intelligentissima direcção calcou aos pés os Estatutos da Associação, que dizem, no Capitulo 6º Artº 15. «A assembleia geral é o poder soberano da Associação». (...)

Mais:

Na frontaria do edificio existe uma escripção do theor seguinte - «In arta fraternitas» - que traduzida para portuguez, é o seguinte: - «Fraternidade na arte»- ou «Irmãos no trabalho» - Fraternidade Ex.ma Direcção, Fraternidade é uma das três palavras que symbolisam as aspirações operarias, é o lemma da República francesa - Liberdade - Igualdade - Fraternidade.

Não lhe causa colicas, semelhante palavra, na frente do edificio, que pelo visto aspira a circulo catholico? (...).<sup>33</sup>

O mesmo semanário, na edição de 16 do mesmo mês, lamentou a associação do emblema da associação à maçonaria. O autor da "Burrizada" foi, segundo o articulista, um conhecido "catholiqueiro redondo circulario", o 1º secretário da direcção, o qual só deu conhecimento da demolição do emblema aos restantes membros da direcção depois do facto consumado. Referiu que alguns sócios requereram a convocação de uma assembleia geral para exigir contas à direcção do escândalo provocado por aquele "filho da monomaia catholiqueira, d'um mandão beatilico".<sup>34</sup>

Para melhor fundamentarem a sua exigência, os sócios escreveram a Nicola Bibaglia, o architecto autor do projecto do edificio, residente em Lisboa, relatando-lhe o sucedido e pedindo a sua opinião a esse respeito. O architecto respondeu-lhes de forma expedita,

NICOLA BIBAGLIA  
ARCHITECTO

Lisboa, 8 de Abril de 1905.

Ex.mo Snr. Francisco Pereira.

GUIMARÃES

Apresso-me responder à sua amável carta hoje recebida.

---

<sup>33</sup> A Justiça de Guimarães, 09-04-1905, p. 2.

<sup>34</sup> A Justiça de Guimarães, 16-04-1905, p. 3.

Quando muito gostosamente elaborei o projecto para a prestimosa Associação Artística Vimaranense, quiz com o emblema a que V. Ex.a se refere, symbolisar as artes.

O compasso e o esquadro são os instrumentos indispensáveis à mais humilde e à mais excelsa arte. Ha quem veja no esquadro e no compasso o diabo: creia que se eu tivesse imaginado que este caso se desse também na sua bella cidade, teria poupado a mim o desgosto de ver mutilado o meu projecto e a quem tirou o emblema o incommodo pela massada inutil.

Com a mais subida consideração sou de V Ex<sup>as</sup>.

M.º att.º e V. er<sup>35</sup>

Não tivemos mais informações sobre o desfecho deste caso.

Em meados de Abril do ano seguinte, uma segunda-feira, houve uma sessão solene para a inauguração do retrato do benemérito António Joaquim da Costa Guimarães. Saindo agrupados da sede sita na rua Gil Vicente, com a sua bandeira e acompanhados por uma filarmónica, os sócios dirigiram-se à igreja de S. Francisco para assistirem a uma missa, marcada para as onze horas. A sessão foi presidida pelo presidente da Câmara, o Abade de Tagilde, tendo como secretários António José Ribeiro e Manuel Lopes Martins, respectivamente presidente e secretário da direcção. No final, o Conde de Margaride e Henrique Margaride, ofereceram, cada um, aos cofres da associação 20\$000 réis. Domingos José de Sousa Júnior ofereceu para o mesmo cofre a quantia de 10\$000 réis.<sup>36</sup>

Esta prestigiada associação, tal como outras existentes em Guimarães, foi alvo da inesgotável generosidade e filantropia dos vimaranenses mais ilustres. Foi graças a estes contributos que esta associação conseguiu socorrer os sócios necessitados. Em Fevereiro de 1907, o Jornal “Comércio de Guimarães” informou que Domingos José de Sousa Júnior, além da quantia de 10\$000 réis que já tinha dado a esta associação, ofereceu mais a quantia de 3\$000 réis para ser distribuída pelos sócios inválidos e viúvas por ocasião da missa estatutária que aquela associação mandou celebrar no dia 6 desse mês. Um anónimo ofereceu também 20\$000 réis para fundos da caixa de socorros e 10\$000 réis para serem distribuídos pelos sócios inválidos e viúvas. No mesmo dia, o presidente da associação admitiu o novo médico da Associação, João Monteiro de Meira.<sup>37</sup> Em 1908, esta associação de socorros mútuos gastou a quantia de 549\$140 réis com pensões a sócios inválidos, socorros a doentes, subsídios a viúvas e enterro dos sócios falecidos. O saldo foi de 117\$760 réis.<sup>38</sup>

Esta instituição não só estava atenta aos acontecimentos locais e nacionais como emitia opinião sobre eles. Em 1907, a Associação de Socorros

<sup>35</sup> *Idem*, p. 3

<sup>36</sup> A Restauração, 20-IV-1906, p. 3 e 27-04-1906, p. 3.

<sup>37</sup> Comércio de Guimarães, 19-02-1907, p. 2.

<sup>38</sup> Comércio de Guimarães, 07-02-1908, p. 2.

Mútuos Artística Vimaranense enviou uma exposição a El-Rei mostrando as vantagens da construção de uma linha-férrea (linha de tracção americana) entre Guimarães e Famalicão. Nessa comunicação evocou as vantagens económicas dessa obra.<sup>39</sup>

Em Março de 1908, a direcção da Associação Artística Vimaranense enviou sentimentos de profunda mágoa pelo aniversário natalício do príncipe D. Luís Filipe, assassinado pouco tempo antes, tal como o monarca, seu pai.<sup>40</sup>

Logo após a implantação da República, em Março de 1911, no contexto de uma certa animosidade política em Guimarães, correu o boato, noticiado na própria imprensa lisboeta, concretamente, na gazeta de Lisboa “A República”, de que haveria um desfalque de cinco contos de réis na Associação Artística Vimaranense. O sócio José Antunes de Abreu, tendo pertencido aos corpos gerentes desta associação, propôs que se oficiasse ao Administrador do Concelho para que ele ordenasse uma sindicância aos livros desta instituição, por pessoas que ele considerasse idóneas e estranhas à mesma. A comissão foi nomeada por alvará do Governador do Distrito.<sup>41</sup> A resposta a esta sindicância à Associação Artística foi divulgada nos inícios de Dezembro do mesmo ano. A Comissão viu e analisou os livros dos últimos dez anos. Verificou que a escrita estava devidamente organizada pelo sistema de partidas dobradas. A referida Comissão divulgou a curiosa conclusão no semanário republicano “A Alvorada”: “Se não é fácil provar que o dinheiro falta, mais difícil é convencer que ele de lá não saiu!”.<sup>42</sup>

## A Associação Fúnebre Familiar Operária Vimaranense

As notícias na imprensa vimaranense sobre a Associação Fúnebre Familiar Operária Vimaranense são muito esparsas e dizem respeito, fundamentalmente, à comemoração do aniversário da sua fundação. Tal como sucedia com as demais associações de socorros mútuos, essa cerimónia incluía uma missa por alma dos sócios falecidos, ou na igreja da Colegiada ou na igreja de S. Francisco. Esta cerimónia era acompanhada por vezes pela Filarmónica Vimaranense. Assim sucedeu por altura da comemoração do seu 3º aniversário.<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> Comércio de Guimarães, 01-02-1907, p. 1.

<sup>40</sup> Comércio de Guimarães, 24-03-1908, p. 1.

<sup>41</sup> A Alvorada, 01-04-1911, p. 3.

<sup>42</sup> A Alvorada, 07-12-1911, p. 2.

<sup>43</sup> A Velha Guarda, 22-07-1911, p. 2.

Referindo-se às origens desta associação, o semanário vimaranense “O Regenerador” informou que, em 19 de Julho de 1908, um modesto operário, Martinho [Martim] Augusto de Passos, pensou em fundar, em Guimarães, a Associação Fúnebre Familiar, que, modestamente, vivia entre as outras associações de previdência existentes em Guimarães. O mesmo periódico referiu que, sendo pouco conhecida, esta associação lutava com dificuldades porque os operários vimaranenses, em regra, desconheciam as vantagens do princípio associativo, ou, conhecendo-as, viviam no “não me importa” que caracterizava as classes pobres. A mesma notícia relatou que esta associação realizou ultimamente os funerais de António Mendes Gaita, de S. Lázaro, e Luís Coelho, de Santa Luzia, dois confrades seus. O mesmo jornal lembrou aos operários vimaranenses a vantagem em se inscreverem como sócios desta “prestante associação”.<sup>44</sup>

Uma outra referência a esta instituição relaciona-se com a organização de uma excursão a Braga. Existiu confusão relativamente a quem organizou este evento. Sobre a falsa notícia da excursão àquela cidade, o jornal “A Velha Guarda” escreveu o seguinte: “os indivíduos que nessas notícias figuram como fazendo parte da sua direcção, nem sócios são sequer, tendo, portanto abusado da boa-fé de quem os acreditou publicando-lhes a referida notícia.”<sup>45</sup> Por seu turno, no dia seguinte, o periódico “Comércio de Guimarães” informou que, efectivamente, se projectava uma excursão a Braga mas era promovida por um grupo de associados da Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Bracarense e não da Associação Familiar de Guimarães.<sup>46</sup>

O semanário “A Alvorada”, na sua edição de 27 de Julho de 1911, ao fazer referência à comemoração do 3º aniversário desta associação de socorros mútuos, considerou-a “uma das mais prestimosas para as classes operárias, no pouco tempo da sua existência”. Nesta data, segundo este periódico, tinha atribuído 35 subsídios no valor de 206\$300 réis.<sup>47</sup>

Através do Jornal “O Republicano”, na edição de 10 de Março de 1917, sabemos que em reunião da Assembleia-Geral desta associação foram apresentados o relatório e contas da direcção e o parecer do conselho fiscal, referentes a 1916. A receita foi de 1.381\$42 réis e a despesa de 901\$04 réis, sendo o saldo de 480\$38. O capital existente era de 1.995\$10 réis.<sup>48</sup>

---

<sup>44</sup> O Regenerador, 08-04-1910, p.2.

<sup>45</sup> A Velha Guarda, 18-05-1911, p. 2.

<sup>46</sup> Comércio de Guimarães, 19-05-1911, p. 2.

<sup>47</sup> A Alvorada, 27-07-1911, p. 3.

<sup>48</sup> O Republicano, 10-03-1917, p. 3.

## O Círculo Católico de Operários

O catolicismo social e contra-revolucionário encontrou em França os seus mais importantes defensores. Em 1871, Alberto de Mun e René de la Tour du Pin, identificados também como os gentis-homens sociais, fundaram os Círculos Católicos de Operários, com a intenção de proporcionar o reencontro entre as classes dirigentes e as classes populares.

A afirmação destes círculos não foi fácil. Tiveram dificuldade em mobilizar e absorver os operários das fábricas, profundamente afectados pelas crises económicas e pelos consequentes violentos movimentos grevistas. Estes operários, que lutavam pela formação de partidos sob a influência marxista, viam com reservas a intervenção da Igreja nas questões económicas e laborais, considerando mesmo a obra caritativa como subversiva. Apesar disso, os católicos europeus tiveram iniciativas interessantes, embora isoladas. Em França, por exemplo, a iniciativa de Leon Harmet, em sua usina-modelo do Val-des-Bois, uniu o fraternalismo corporativo ao esforço associacionista e a federação das sociedades operárias católicas em 1868; na Bélgica, o congresso das obras sociais, a acção de dom Doutreloux e do abade Mellaerts; na Itália, o círculo romano de estudos sociais; na Alemanha, o Zentrum de Windthorst e o Volkverein desempenharam importante papel na elaboração de leis sociais na época de Guilherme II e na Suíça, em 1885, Dom Mermillod organizou encontros sociais internacionais chamados União de Friburgo, facto que inspirou a intervenção do Papa.<sup>49</sup>

O catolicismo social é fruto dos confrontos da Igreja com o liberalismo do século XIX e instrumento teológico da sua inserção no mundo do trabalho fabril.<sup>50</sup> A Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, tornou-se a carta social do catolicismo. Foi o primeiro alerta da Igreja relativamente à deterioração das condições de vida dos trabalhadores submetidos às relações de trabalho capitalistas. Aliás, foi o primeiro de uma série de alertas, consubstanciados em Encíclicas que, ao longo deste século, compõem a chamada doutrina social. Esta Encíclica, lançada em 1891 pelo Papa Leão XIII (1878–1903), fez o primeiro diagnóstico católico da nova situação que se tinha instalado no campo das relações entre capital e trabalho apontando para que,

"Uma vez despertada esta avidez de inovações que há muito agita os Estados, não podia deixar de acontecer que a série de transformações passasse de um dia para o outro do terreno do político para o campo vizinho da economia.

---

<sup>49</sup> LIMA Carlos, O Socialismo e a Igreja Católica (III parte), in <http://www.jornalfeirahoje.com.br/conteudo.php?codcolunista=5&codconteudo=154>.

<sup>50</sup> SOUSA, Jessie Jane Vieira de - Da transcendência à disciplina: os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964), In Tese de doutoramento apresentada no programa de Pós-Graduação da UFRJ em Abril de 1998.

De facto, os novos progressos da indústria e os novos rumos tomados pelas artes das relações recíprocas entre operários e patrões, acúmulo das riquezas nas mãos de poucos, a par da indigência da multidão, nos operários a consciência crescente do próprio valor e o maior espírito da solidariedade, enfim a corrupção dos costumes, fizeram instalar a luta.”<sup>51</sup>

Este pontífice proporcionou as condições para o surgimento de uma nova e entusiasta geração, identificada com a democracia. A partir do reconhecimento do catolicismo social, surgiram legalmente a Associação da Juventude Francesa (1885); os padres democratas, como Naudet, Gayrand e Lemire; os congressos operários (1893); os círculos de estudos sociais; os secretariados permanentes de acção social, dos quais surgiram a Crónica Social de Lion (1892), a Acção Popular (AP) em 1903; as Semanas Sociais (1904), que eram verdadeiras Universidades itinerantes, e os encontros e secretariados sociais de 1906. Essa ala esquerda do catolicismo social associou-se às iniciativas da República, assim como a lei capital de 1884 que permitia a formação de sindicatos profissionais. É nesse contexto que se desenvolve, na França, Bélgica e na Itália, o ideal da democracia cristã, com a intenção clara de dissociar o movimento operário do ajuste secreto e fraudulento entre a democracia e o anticlericalismo. Estes católicos “de esquerda” foram, no entanto, muito censurados pelos seus congêneres conservadores e por muitos fiéis.

Em 1914, o catolicismo social ainda era embrionário. Sendo defendido e praticado por intelectuais e burgueses, revelava-se mais reformista do que revolucionário. Carecia de uma base operária. A maioria dos operários estava cooptada a um socialismo de realizações mais imediatas. Entretanto, este longo e penoso caminho do catolicismo social iria dar os seus frutos depois da Primeira Guerra Mundial, assegurando ao catolicismo uma importância que os contemporâneos não imaginavam ser possível.<sup>52</sup>

O catolicismo social implantou-se também em Portugal sob influência da já referida encíclica *Rerum Novarum* de 1891. Por todo o país, surgiram círculos católicos operários que pretendiam concorrer com os movimentos socialistas. O primeiro fundou-se no Porto em 1898, precisamente vinte anos após ter sido criada, em Lisboa, a Associação Protectora dos Operários. Organizou-se também uma imprensa militante com os jornais “O Grito do Povo”, em 1899, e “A Democracia Cristã”, fundada em Lisboa no ano de 1903. Em 1906 realizou-se o I Congresso da Democracia Cristã.

No concelho de Guimarães criaram-se vários Círculos Católicos. Em 1902, foi fundado na cidade de Guimarães o Círculo Católico Operário conhecido por “Círculo Católico de S. José e S. Dâmaso”. A eleição dos pri-

---

<sup>51</sup> LEÃO XIII, Papa. Encíclica *Rerum Novarum* de sua Santidade o Papa Leão XIII - sobre a condição dos operários.

<sup>52</sup> LIMA Carlos, O Socialismo e a Igreja Católica (III parte), in <http://www.jornalfeirahoje.com.br/conteudo.php?codcolunista=5&codconteudo=154>.

meiros corpos gerentes efectuou-se no dia 25 de Maio deste ano.<sup>53</sup> A sua inauguração realizou-se no dia 8 do mês seguinte. Nesta cerimónia estiveram presentes, entre outros, o já mencionado Círculo Católico Operário do Porto, agremiação fundada em 9 de Junho de 1898 por acção do jornalista Manuel Frutuoso da Fonseca.

A sede do Círculo Católico de Guimarães funcionou nos fundos do asilo de Santa Estefânia, no Carmo. No entanto, em 27 de Março de 1903, temos notícia de que esta associação tencionava adquirir um terreno para a construção de um prédio.<sup>54</sup>

Em 1904, o Círculo Católico Operário de Guimarães publicou o 1.º número do periódico quinzenal "O Baluarte". António de Castro Martins foi o editor responsável. Era clara a sua orientação. Tratava-se de um periódico:

“democrático-christão, que combaterá, com todo o vigor e energia, em defesa do operariado catholico; vulgarizará as melhores doutrinas sobre a questão social, e apresentará uma recompilação ou resumo dos assumptos mais importantes, referentes à acção social catholica em o nosso paiz e no estrangeiro...”<sup>55</sup>

Considerava também que o Círculo Católico devia ser, “não teatro de luctas machiavellicas, mas sim ameno centro de paz e de amor e de caridade”<sup>56</sup>. Tal como os Círculos Católicos do país, o de Guimarães inspirava-se nas ideias do catolicismo social que procurava desacreditar o socialismo e, desse modo, mobilizar o operariado para a sua causa. No jornal “O Baluarte” constata-se que os dirigentes desta associação estavam bem informados sobre a actividade dos movimentos católicos de operários em países como França, Holanda e Itália. Eugénio Vaz Vieira, membro da Direcção do Círculo Católico, escreveu, já em 1921, que esta associação constituía a “força moderadora nas relações entre Patrões e Operários desta cidade”.<sup>57</sup>

Referindo-se ao Relatório e Contas da Direcção deste Círculo Católico de S. José e S. Dâmaso, de Guimarães, e ao parecer do Conselho Fiscal, correspondente à gerência entre 1 de Junho de 1902 e 31 de Maio de 1903, o periódico “Comércio de Guimarães” releva os importantes serviços que esta associação tinha prestado, logo no seu primeiro ano económico, a todos os seus consócios. Além de realizar, na sua sede, várias “conferências sobre assuntos religiosos-sociais pelos oradores mais distintos”, abriu também aulas gratuitas de instrução primária e de música, fundou um gabinete de leitura, anexou o apostolado da imprensa, propôs-se ainda comprar ou cons-

---

<sup>53</sup> Comércio de Guimarães, 27-05-1902, p. 1.

<sup>54</sup> Comércio de Guimarães, 27-02-1903, p. 3.

<sup>55</sup> O Baluarte, 13-11-1904, p. 1.

<sup>56</sup> *Idem*, p.1.

<sup>57</sup> Comércio de Guimarães, 10-05-1921, p. 2.



truir um edifício próprio para a Associação se, para tal, contarem com ajuda pública.<sup>58</sup> Surgem-nos ainda referências à sua tuna<sup>59</sup> e ao “teatrinho” que lhe estava anexo, designado de Grupo Dramático Gil Vicente.<sup>60</sup>

A rubrica "Cavaqueando" do jornal “O Baluarte”, edição de 13 de Novembro de 1904, utilizando um tom propagandístico, confirma as vantagens que o Círculo proporcionava aos seus associados:<sup>61</sup>

- Os sócios podiam distrair-se através da prática de "jogos, permitidos por lei e ao abrigo da boa moral...";

- Os sócios que não soubessem ler, ou que quisessem aperfeiçoar-se na leitura e na escrita, podiam frequentar, diariamente, aulas nocturnas de instrução primária, “competentemente regidas por um professor habilmente habilitado”;

- Os sócios que gostassem e tivessem aptidão para a música teriam a possibilidade de frequentar aulas nocturnas. Aliás, os alunos de música já possuíam uma tuna “que tem sido admirada e elogiada por toda a gente”;

- Como já referimos, o Círculo possuía também um "teatrinho”, onde o Grupo Dramático Gil Vicente, constituído só por sócios, levava à cena “os mais tocantes dramas e as mais chistosas comédias...”;

- Os seus associados fruía igualmente de uma pequena biblioteca e de um gabinete de leitura permitindo aos sócios o acesso a obras “católicas, principalmente de carácter apologético, revistas e jornais católicos de Portugal”.

- Sobretudo durante o Inverno, organizava conferências com carácter religioso e social;

- O Círculo socorria ainda os operários que se encontrassem impossibilitados por doença de ganhar o pão de cada dia (concedia 200 réis diários).

- Os sócios não só recebiam socorro pecuniário como também tinham assistência gratuita pelo médico da associação (Dr. Joaquim da Cunha Machado).

- Na farmácia da Rua da Rainha, nº 50, “graças ao bom coração do seu proprietário e sócio do Círculo, José Leite Dias Machado”, os sócios fruía de 50% de desconto nas "manipulações e o desconto máximo nas especialidades farmacêuticas”; por outro lado, "qualquer pessoa, pobre ou rica, de próximo parentesco com algum sócio do Círculo” gozava das mesmas regalias do sócio, no que respeitava ao desconto nos produtos farmacêuticos; o mesmo sucedia relativamente aos pais, filhos e irmãos dos sócios pobres.

- O médico (facultativo) do Círculo oferecia ainda, “por um rasgo de magnanimidade,” serviços clínicos gratuitos.

- Os sócios que, depois de ingressarem no Círculo, contraíssem uma doença crónica ou problema físico que originasse incapacidade permanente

<sup>58</sup> Comércio de Guimarães, 11-09-1903, p. 3.

<sup>59</sup> Comércio de Guimarães, 10-11-1903, p. 2. Em Janeiro de 1905, a tuna do Círculo Católico foi cantar os Reis à casa de alguns benfeitores. A receita que se gerasse seria destinada à compra da bandeira da tuna e à aquisição de novos instrumentos. Jornal “O Baluarte”, 01-01-1905, p. 2.

<sup>60</sup> Comércio de Guimarães, 19-02-1904, p. 2.

<sup>61</sup> O Baluarte, 13-11-1904, p.3.

para o trabalho, além de ficarem isentos de quotização, aufeririam, anualmente, duas pensões, uma no Natal e outra na Páscoa.

Sabemos que a sua congénere de Braga, além das pensões atribuídas aos sócios doentes, ministrava aulas de instrução primária, francês, escrituração comercial, catecismo e música.<sup>62</sup>

Sabemos que o Círculo Católico de Guimarães distribuía anualmente o prémio de 25\$000 réis, instituído por Henrique Martins de Menezes. Era repartido pelos três melhores alunos que frequentavam as aulas nocturnas.<sup>63</sup> No relatório relativo ao período compreendido entre 1 de Junho de 1904 a 31 de Maio de 1905, este Círculo Católico gastou a quantia de 408\$960 réis com socorros pecuniários aos sócios doentes. Nesse momento contava 1031 sócios!<sup>64</sup> . Esta informação voltou a ser confirmada pelo mesmo periódico, anos mais tarde. Em notícia publicada na edição de 22 de Fevereiro de 1922, referiu-se a intensa actividade e grande prosperidade dos primeiros anos.<sup>65</sup>

O semanário católico “A Restauração”, na edição de 25 de Junho de 1905, ao noticiar a comemoração do 3º aniversário do Círculo Católico, destacou as vantagens desta instituição para os operários de Guimarães,

“...é que os operários vam abrindo os olhos, já não se deixam enganar com palavreados balôfos de que estam cheios até às orelhas, e por isso, desilludidos de que é perder tempo e feitiço gastarem os magros cobres em tolos grupelhos, irrisorias agremiações, em que sam ludibriados, explorados e desfalcados, chegaram à convicção íntima de que o Círculo, e só elle, é que pode offrecer as grandes vantagens, que advêm duma associação escrupulosamente administrada e orientada por sãos princípios de moralidade e de justiça...”<sup>66</sup>

O combate ao socialismo mobilizou os responsáveis pelo Círculo Católico. Na festa do seu 4º aniversário, as palestras “Absurdo e perigos do anarquismo e remédio que cumpre applicar-lhe”, proferida pelo Presidente do Círculo de Braga e professor no Seminário, o padre Joaquim Manuel Gonçalves e “Natureza e fins dos círculos católicos de operários”, proferida pelo conselheiro Dom prior, comprovam esse esforço de mobilização operária e o combate contra correntes socialistas e anti-clericais.<sup>67</sup>

Nos dias 18 e 21 de Agosto de 1908, o Grupo Dramático Gil Vicente realizou dois espectáculos. A entrada estava reservada às pessoas a quem tinha sido endereçado convite, “reservando-se ao grupo o direito de recusar a

<sup>62</sup> Comércio de Guimarães, 26-05-1911, p. 2.

<sup>63</sup> Comércio de Guimarães, 05-09-1911, p.3.

<sup>64</sup> Comércio de Guimarães, 01-09-1905, p. 2.

<sup>65</sup> Comércio de Guimarães, 22-02-1921, p. 1.

<sup>66</sup> A Restauração, 15-06-1905, p. 3.

<sup>67</sup> A Restauração, 30-06-1906, p. 3.

venda de bilhetes a quem considerar conveniente nem permitir a entrada aqueles que por outra via os hajam conseguido." <sup>68</sup>

Nos finais de Outubro de 1909, na sua tomada de posse como presidente do Círculo Católico de Guimarães, o Dr. Henrique Margaride manifestou satisfação em aceitar o cargo por considerar os Círculos Católicos "casas que prestam grandes serviços aos operários, moralizando-os e cristianizando-os, e que (...) estes fins altruístas lhe eram muito simpáticos". Referindo-se à má situação financeira da instituição, considerou que a não atribuição de subsídios aos sócios era consequência da falta de receitas, esperando atribuí-los o mais depressa possível. Propôs que fosse uma comissão destinada a reformar o regulamento de subsídios e a conseguir, por todos os meios ao seu alcance, que os sócios atrasados nas suas quotas as liquidassem de forma menos onerosa para eles e com vantagens para a instituição.

Os objectivos desta instituição foram também destacados pelo padre Francisco Saraiva, presente nesta mesma cerimónia. Salientou que "socorrer o sócio, quando se veja necessitado é o que engrandece a casa, sendo por assim dizer a sua grande alma." <sup>69</sup>

Em Junho de 1911, num momento de grande agitação política em Guimarães, as autoridades administrativas provavelmente animadas pelo laicismo e democratismo da 1ª República e no intuito de se imporem a uma instituição movida por princípios e valores católicos, intimaram o Círculo Católico de Operários de Guimarães a abandonar as instalações do Asilo de Santa Estefânia. Esta notícia causou alguma agitação no meio local. O jornal "Comércio de Guimarães" noticiou o facto e lamentou a decisão. Considerou que a falta da renda anual de 80\$000 réis, paga pelo Círculo, causaria enormes dificuldades ao Asilo, dado que se encontrava "em circunstâncias tão precárias que se não fora mão caridosa de muito bem feitor, teria de fechar". Por outro lado, considerou a decisão injusta tendo em conta que o Círculo Católico de Operários,

"não era uma colectividade política, mas sim uma instituição beneficiadora dos seus associados e mitigadora da fome em muito lar! Socorre muitas famílias na mais extrema miséria e ministra o ensino aos pobres de espírito e inteligência. É esse o seu fim e outros lhe não têm dado até hoje." <sup>70</sup>

O semanário republicano "A Alvorada", apelidou o Círculo Católico de "centro de reacção". Apesar disso, considerou que a decisão da autoridade administrativa de retirar o Círculo das instalações do Asilo de St<sup>a</sup> Estefânia (por considerar que aí se faziam "conferências reaccionárias") traria grandes perdas para esta instituição que se debatia com sérias dificuldades financeiras. Por outro lado, considerou que a expulsão do Círculo destas instalações

---

<sup>68</sup> Comércio de Guimarães, 16-08-1908, p. 2.

<sup>69</sup> Comércio de Guimarães, 29-10-1909, p. 2.

<sup>70</sup> Comércio de Guimarães, 09-06-1911, p.2.

não significaria o seu desaparecimento pois facilmente encontraria uma nova sede.<sup>71</sup>

O jornal “Comércio de Guimarães”, na edição do dia 13 de Junho, anunciou que a direcção do Asilo oficiou ao Governador Civil de Braga, Dr. Manoel Monteiro, expondo-lhe os factos e mostrando-lhe as “condições difíceis de vida em que se encontrava o Asylo de Santa Estephania.” O Governador Civil consentiu que o Círculo Católico continuasse naquelas instalações, uma decisão que contrariou a administração concelhia.<sup>72</sup>

A mudança da sede só aconteceu dois anos depois, quando o Círculo Católico foi forçado a encontrar outro espaço em virtude do Asilo de Santa Estefânia necessitar dessas instalações. Passou, provisoriamente, para o edifício onde estava instalada a Associação da Juventude Católica.<sup>73</sup>

O carácter conservador e católico desta associação mereceu reacções negativas por parte dos sectores mais progressistas da sociedade vimaranense. Em Fevereiro de 1919, o jornal “Gil Vicente” noticiou que, no âmbito do movimento de contestação à Monarquia do Norte e na sequência da proclamação de República em Guimarães, um grupo de indivíduos, durante a noite, dirigiu-se à rua D. João I e assaltou o prédio onde estava instalada a Juventude e o Círculo Católico, partindo mobiliário e destruindo papéis e livros. As instalações do Círculo foram encerradas pelo administrador do Concelho, Isolino Alves Caramalho. A reabertura efectuou-se em Junho de 1919.<sup>74</sup>

Por esta altura, o Círculo Católico encontrava-se num momento difícil. Na edição de 22 de Fevereiro de 1921, o “Comércio de Guimarães” informou que o grande número de benefícios, atribuídos pelo Círculo aos seus sócios operários, esteve na origem da sua própria decadência. Os subsídios que absorviam a quase totalidade do capital móvel prejudicaram o futuro desta instituição. O afastamento dos operários e a consequente falta de pagamento das quotas tornou impossível custear subsídios, o médico e a farmácia. O mesmo periódico enalteceu a acção do médico desta associação que, gratuitamente, fazia a visita domiciliária aos sócios operários necessitados.<sup>75</sup>

As bodas de ouro do Círculo Católico de Operários de Guimarães foram comemoradas nos dias 31 de Março, 1 e 2 de Abril.<sup>76</sup> No entanto, os seus detractores republicanos e socialistas continuaram a dirigir-lhe críticas mordazes. Um articulista do semanário republicano A Velha Guarda, destacou o elitismo do Círculo e faz crer que, nesta altura, esta instituição já não servia os objectivos para que foi criada.

---

<sup>71</sup> A Alvorada, 22-06-1911, p. 2.

<sup>72</sup> Jornal Comércio de Guimarães, 13-VI-1911, p. 2

<sup>73</sup> Comércio de Guimarães, 28-11-1913, p. 21.

<sup>74</sup> Gil Vicente, 23-03-1919, p.1 e 08-06-1921, p.7.

<sup>75</sup> Comércio de Guimarães, 22-02-1921, p. 1.

<sup>76</sup> Comércio de Guimarães, 04-03-1921, p. 2.

A partir de Outubro de 1924, o Círculo passou a ter a sua sede numa das dependências do palacete «Minotes», na rua de Santo António.<sup>77</sup>

## A Caixa Filantrópica Vimaranense

Depois de adiada devido a vários contratempos, a inauguração da Caixa Filantrópica Vimaranense aconteceu no dia 26 de Janeiro de 1913. A cerimónia aconteceu no salão de estudo do Internato Municipal de Guimarães, anexo ao Liceu. Esta Caixa de Socorros destinava-se a apoiar estudantes pobres. No artigo 1º dos Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 14 de Fevereiro deste ano, lê-se que a Caixa Filantrópica Académica Vimaranense tem a sua sede no Liceu de Guimarães. Era constituída por professores e estudantes, tendo por fim “auxiliar com livros, material de ensino e meios pecuniários, os estudantes pobres que frequentem o mesmo liceu, quer como matriculados, quer como ouvintes.”<sup>78</sup> Para a consecução destes objectivos, esta Caixa recorria ao tributo dos sócios (uma quota nunca inferir a 100 réis), aos lucros das festas anuais promovidas pela Direcção, pelo produto líquido de benefícios, pelos donativos e pelos juros do capital depositado. A comissão era constituída por José Luís de Pina, reitor do Liceu e presidente; pelo Padre Anselmo da C. Silva, tesoureiro, e os académicos Ernesto Torquato Martins Ribeiro, Augusto Mendes da Cunha, Augusto Carneiro de Sousa Fernandes, José Alfredo Correia de Matos, Alberto da Silva Vasconcelos.<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> Comércio de Guimarães, 31-10-1924, p. 1.

<sup>78</sup> Estatutos da Caixa Filantrópica Académica Vimaranense (Liceu Nacional de Guimarães). Papelaria e Tipografia Minerva Vimaranense, Guimarães, 1913. SMS BS-1-1-59.

<sup>79</sup> Comércio de Guimarães, 31-01-1913.

CAPÍTULO II  
AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE



## AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Segundo o inquérito oficial de 1909, havia em Portugal 135 associações de classe, com aproximadamente 27.000 membros (cerca de 100.000 pessoas). Destas associações, cerca de 20, com uns 5000 sócios, diziam respeito a actividades comerciais, agrícolas e outras não propriamente da indústria. Restavam cerca de 115 (incluindo a pesca), com um total de mais de 21.000 sindicalizados, o que corresponderia a 80.000 pessoas.

Só na capital existiam 32 destas associações, agrupando cerca de 7.000 sócios (cerca de 30.000 pessoas, 1/4 do operariado social). No Porto e em Vila Nova de Gaia operavam 38, com menos de 7.000 membros, o que corresponderia a um total de 20.000 pessoas (1/2 dos operários locais).<sup>1</sup>

O movimento associativo operário progrediu consideravelmente depois da proclamação da República. Em Maio de 1911 contavam-se, pelo menos, 30.000 sindicalizados da indústria e nos transportes, o que equivalia, no total, a 120.000 pessoas. O inquérito oficial realizado em 1917 registou 55.287 sindicalizados (incluindo os trabalhadores do mar), elevando assim o total de pessoas, coberto pelo movimento associativo, a umas 200.000, mais de metade da população fabril do país.<sup>2</sup>

O Decreto de 9 de Maio de 1891 regulamentou a constituição, organização e funcionamento das Associações de Classe. No seu capítulo I, artigo 1º, definia que as associações de classe deveriam ser compostas por mais de vinte indivíduos “exercendo a mesma profissão ou profissões correlativas, tendo por fim o estudo e a defesa dos interesses economicos, industriaes, commerciaes ou agrícolas que lhe são communs”.<sup>3</sup> Estas associações de classe, comerciais, industriais ou agrícolas, podiam ser só de patrões (comerciantes, industriais ou lavradores), só de empregados (operários ou trabalhadores) ou ainda mistas.

O mesmo decreto previa também que, nos estatutos das associações de classe pudesse ser autorizada a criação de creches, enfermarias, escolas e bibliotecas (artigo 2). No artigo 5 do Cap. II, estabelece que estas sociedades podiam organizar associações de socorros mútuos, caixas económicas ou sociedades cooperativas. No entanto, estas seriam completamente “distintas e independentes da associação de classe, e qualquer sócio teria o direito de pertencer a esta sem fazer parte de qualquer das outras.” Por outro lado, o indivíduo que deixasse de fazer parte da associação de classe não perderia,

---

<sup>1</sup> SERRÃO, Joel e A. H. OLIVEIRA MARQUES (1991) - Portugal Nova História de Portugal - da Monarquia para a República. Coordenação de A. H. De Oliveira Marques, vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, p. 228.

<sup>2</sup> *Idem*, pp. 218-219

<sup>3</sup> Organização das Associações de Classe – Decreto de 9 de Maio de 1891. Biblioteca Popular de Legislação (periódico jurídico). Tipografia da Biblioteca Popular de Legislação, Lisboa, 1904.



por isso, os seus direitos em qualquer associação de socorros mútuos, caixa económica, ou sociedade cooperativa pertencente a essa mesma associação de classe (Artigo 6º § único).

As associações de classe foram extintas pelo Decreto-Lei nº 23050 de 23 de Setembro de 1933. Integrado no pacote legislativo (Decretos-Lei do nº 23048 ao 23053), que instituía, respectivamente, o Estatuto do Trabalho Nacional, os grémios (organizações patronais da indústria, do comércio e da lavoura), os sindicatos nacionais (SN), as Casas do Povo e as Casas de Pescadores, o Decreto-Lei nº 23050 formalizava a extinção dos sindicatos livres e impunha os chamados sindicatos corporativos, sob tutela do Estado. O seu artigo 2º estabelecia que,

"toda a actividade sindical subordinar-se-á aos interesses superiores da colectividade nacional e exercer-se-á com o reconhecimento prévio de que o Sindicato constitui um elemento de cooperação activa e leal com todos os outros factores do Estado Corporativo e de que repudia o princípio da luta de classes e qualquer forma de actividade interna ou externa contrária aos interesses da Nação Portuguesa".

O Sindicato estava impedido de se filiar em organismos internacionais sem prévia autorização do Governo. Por outro lado, no seu artigo 24.º, fixava-se o prazo para a institucionalização destes sindicatos. Assim,

“as associações profissionais de empregados e de operários, ou trabalhadores actualmente existentes, e constituídas ou reformadas ao abrigo do decreto de 9 de Maio de 1891 devem organizar novos estatutos em conformidade com o presente Decreto-Lei e submetê-los à aprovação do Subsecretário das Corporações e Previdência Social até 31 de Dezembro de 1933, data em que lhes será retirada a aprovação se não estiverem nestas condições”.

Até àquela data, os sindicatos existentes teriam de transformar os seus estatutos de acordo com a nova lei, com excepção dos sindicatos dos funcionários públicos, os quais eram pura e simplesmente extintos. E o mesmo veio a acontecer aos sindicatos dos trabalhadores agrícolas e dos pescadores, que seriam agrupados obrigatoriamente nas Casas do Povo e nas Casas dos Pescadores. Os sindicatos corporativos eram de âmbito distrital e dependiam do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP). Não podiam filiar-se em organismos internacionais, nem elaborar contratos colectivos de trabalho sem autorização do governo.

## A Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado de Guimarães

A Associação de Classe dos Operários e Fabricantes de Calçado de Guimarães e a Caixa de Socorros que lhe estava anexa foi inaugurada no dia 23 de Abril de 1905. Inicialmente teve a sua sede na Rua de Vila Flor. Em 1932, funcionava na Rua de S. Dâmaso, nº 113, 1º.

Do programa da inauguração constou uma salva de 24 tiros a anunciar a alvorada e o desfile, pelas ruas da cidade, da Nova Philarmonica Vimaranesense que executou o hino da Associação.<sup>4</sup>

A recepção do alvará de aprovação dos seus estatutos, em 17 de Fevereiro, já tinha sido motivo de festejos. Uma banda de música percorreu as ruas da cidade, “queimando alguns foguetes e dando vivas aos que contribuíram para a sua aprovação”.<sup>5</sup> O semanário “A Justiça de Guimarães” refere que os estatutos desta associação de classe foram aprovados graças às diligências do Dr. Motta Prego. No seguimento desta notícia, o articulista lamentou que os operários de Guimarães não tenham aproveitado a disponibilidade manifestada pelo mesmo Dr. Motta Prego para a criação de escolas operárias na cidade, “uma das coisas mais precisas.”<sup>6</sup>

O artigo 2º dos Estatutos refere que o objectivo desta associação era o estudo e a defesa dos interesses comuns dos seus associados, concretamente,

(§1) “o melhoramento e desenvolvimento das condições moraes dos associados”; (§2) “a illustração dos operários pertencentes a este ramo de trabalho, creando uma ou mais escolas para os socios e seus filhos, bem como estabelecendo uma bibliotheca e gabinete de leitura” e

(§3) “realisar conferencias e prelecções sobre assumptos de economia ou quaisquer outros que sejam de interesse para a classe”.

No artigo 3º dos Estatutos, previa-se a criação de uma Caixa de Socorros para os sócios “inhabilitados”, bem como “cooperativas de crédito e consumo”, organizações estas com regulamento e vida independentes.

Quanto à admissão, a nacionalidade não era obstáculo para pertencer a esta Associação. Quanto à idade, exigia-se que tivessem mais de dezoito anos. A admissão de menores exigia a autorização dos seus pais ou tutores. Os candidatos a sócios só poderiam ser propostos por um sócio efectivo, em documento assinado por ambos (artigo 5º).

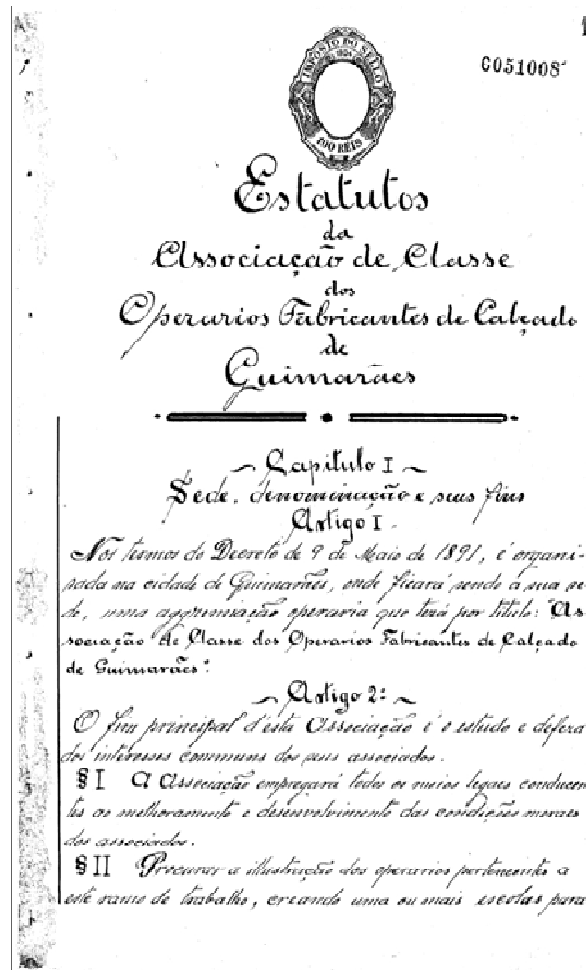
---

<sup>4</sup> Comércio de Guimarães, 18-04-1905.

<sup>5</sup> Comércio de Guimarães, 17-02-1905 e A Justiça de Guimarães, 19-02-1905, p. 3.

<sup>6</sup> A Justiça de Guimarães, 26-02-1905, p. 2.

Os sócios teriam de pagar uma quota semanal de 20 réis, a mesma quantia, mensal, para o serviço da cobrança, 20 réis pela proposta de admissão e 200 réis pelos estatutos, diploma e regulamento (artigo 8º). Ficariam dispensados do pagamento da quota semanal os sócios que estivessem doentes ou desempregados.



Frontispício dos Estatutos da Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado de Guimarães, datado de 11 de Setembro de 1904.

Perderiam o direito de associados e as quantias que entretanto tivessem contribuído para a associação aqueles que devessem mais de doze quotas e não tivessem pago os documentos no prazo de 30 dias. Neste caso, seriam avisados para pagar os seus débitos no prazo de 30 dias. Caso não o

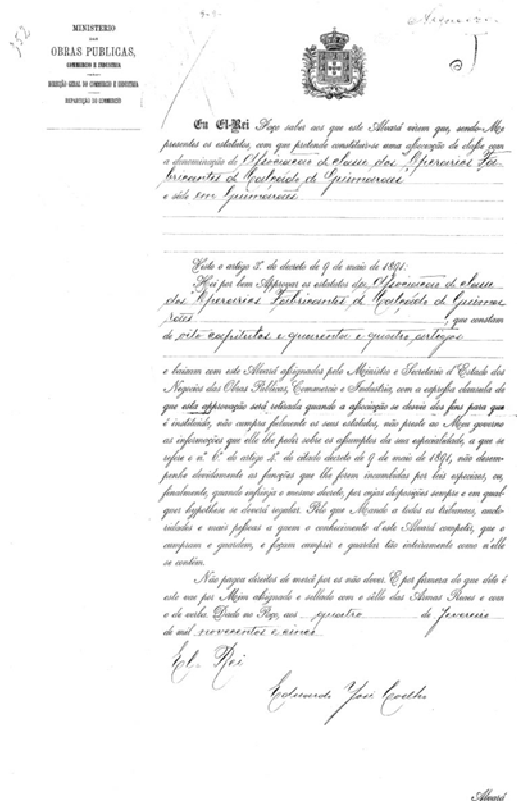
fizessem, seriam riscados do respectivo livro de inscrição. Esta era uma competência da Direcção. Estes sócios poderiam ser readmitidos depois de satisfazerem todo o débito à associação. À Assembleia-Geral cabia decidir sobre a expulsão nos demais casos, nomeadamente, os que propagassem o descrédito da instituição ou se comportassem “menos condignamente, quer social quer civil”.

Os sócios “Beneméritos e Protectores” podiam ser quaisquer indivíduos, mesmo que não pertencessem à classe, que tivessem prestado reconhecido serviço ou benefício à Associação. Estes sócios, quando estranhos à classe, não poderiam exercer cargos na Associação e estavam isentos do pagamento de quotas.

Curioso é o teor do artigo 13º, que estipula que “todo o sócio activo que passar da categoria de official para a de mestre ou industrial, perderá o direito de eleger e ser eleito, bem como assistir a qualquer assembleia-geral, isto, quando tenha mais de dois aprendizes e o salário d’estes exceda 200 réis diários.” A situação poderia reverter se este sócio voltasse à condição de official neste ramo.

Era na Assembleia-Geral, “quando legalmente constituída”, que residia a “soberania da Associação”. De acordo com o artigo 21º, aquele órgão reunia ordinariamente no mês de Dezembro de cada ano para a eleição da mesa e direcção e nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro para a apresentação das contas respectivas aos trimestres findos. Extraordinariamente, reuniria quando fosse necessário.

Os mandatos tinham a duração de um ano, embora a reeleição fosse admissível quando a Assembleia-Geral assim o entendesse. Para a eleição de



Alvará da Aprovação dos Estatutos da Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado de Guimarães, datado de 4 de Fevereiro de 1905.

qualquer cargo era necessária a maioria absoluta no primeiro escrutínio e a relativa no segundo. O empate decidir-se-ia por sorteio.

Dentro da sede da Associação não era permitido discutir assuntos de natureza política ou religiosa, bem como não era permitido praticar jogo de qualquer espécie.

A Associação não poderia dissolver-se enquanto houvesse vinte e um sócios que a quisessem sustentar (artigo 39º). Em caso de dissolução, seria nomeada uma comissão liquidatária que faria a distribuição do capital líquido existente pelas viúvas e órfãos dos sócios e pelos sócios incapacitados naquela data. Depois da liquidação, todos os livros e documentos seriam entregues à autoridade.

A celebração do aniversário desta Associação pautou-se, quase invariavelmente, por um programa semelhante ao da comemoração do seu 4º aniversário. Nesta comemoração, durante a manhã, uma banda de música percorreu as principais ruas da cidade. À tarde, em frente ao edifício da Associação, houve um arraial e um bazar de prendas que se prolongou até perto da meia-noite. A sessão solene teve lugar por volta das 6 horas. Foi presidida por Joaquim José de Meira, tendo como secretários o Presidente da Associação, Manuel Ribeiro da Silva e o primeiro tesoureiro da Caixa, António Rodrigues. Nesta sessão A. L. Carvalho e o Tenente-Coronel Flores dissertaram sobre a vantagem das associações de classe, incitando os associados à instrução. O Comendador Luiz José Fernandes ofereceu a quantia de 30\$000 réis e o Conde Margaride a de 5\$000 réis.<sup>7</sup>

Esta associação de classe foi sensível ao regicídio, demonstrando que os seus membros respeitavam o regime e a dignidade da figura do rei. Em Março de 1908, mandou celebrar na igreja da Venerável Ordem de S. Francisco uma missa para sufragar as almas do rei D. Carlos e do príncipe D. Luís Filipe.<sup>8</sup> No dia 6 de Maio, esta mesma associação decidiu enviar um telegrama ao rei D. Manuel II felicitando-o pela coroação. Para celebrar este acto, decidiu ainda embandeirar e iluminar a sua sede.<sup>9</sup>

A segunda década do século XX foi caracterizada por um intenso movimento grevista. A região de Guimarães, sendo um dos pólos dinâmicos da indústria nacional e com um operariado activo, viveu momentos de grande agitação. Em 28 de Maio de 1911, os operários fabricantes de calçado de Guimarães declararam-se em greve. Num manifesto distribuído pela cidade, exigiram um aumento de 20% do salário para os operários que trabalhassem por dia e na obra de “encomendistas” e fancaria e um aumento de 30% para a obra grossa em geral, gaspeadeiras e feitores que trabalhassem para os industriais.<sup>10</sup> Esta greve durou 4 dias. O jornal “Comércio de Guimarães” elogiou a forma pacata e ordeira como se comportaram os cerca de 600 ope-

---

<sup>7</sup> Comércio de Guimarães, 21-04-1908, p. 2.

<sup>8</sup> Comércio de Guimarães, 06-03-1908, p. 2.

<sup>9</sup> Comércio de Guimarães, 05-05-1908, p. 2.

<sup>10</sup> Comércio de Guimarães, 30-05-1911, p. 2.

rários. O acordo fez-se na sua associação de classe às 11 da noite. No entanto, outras greves estavam iminentes em Guimarães.<sup>11</sup>

Os grevistas conseguiram o aumento do seu salário, embora não tanto como desejavam. Esta Associação enviou um ofício ao jornal “Comércio de Guimarães” onde constavam os aumentos conseguidos após o período de greve: “encomendistas, em obra para homem e senhora 7%; em remotes 15%; meias sollas 24%; fancaria, obras miudas 10 e 15%, ditas grossas, gaspeadeiras, aprendizes e operários que trabalham por dia, 10%”.<sup>12</sup>

Pouco sabemos sobre a Caixa de Socorros desta Associação de Classe. Sabe-se que foi dissolvida em 21 de Fevereiro de 1932. Em 11 de Abril deste ano, o Presidente da Direcção, Manoel Leite, envia um requerimento ao Instituto de Seguros Sociais e Direcção da Mutualidade Livre solicitando a extinção da mesma:

“Tendo reunido a Assembleia geral extraordinária, os sócios da Caixa de Socorros anexa à Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado de Guimarães, criada em face da lei de 9 de Maio de 1891 para acentar bases no caminho a seguir, e em virtude da lei nº 19281 que agora regula as Associações de Socorros Mútuos, que obriga a reforma dos Estatutos, e como não temos verba nem sócios, para continuar com a mesma Caixa, foi votada liquidação da mesma, sendo esta resolução tomada por unanimidade, como consta da copia da acta desta Assembleia geral, que junto remetemos a V. Ex<sup>a</sup>.

Pede deferimento  
Guimarães, 11 de Abril de 1932  
O Presidente  
Manoel Leite”

No entanto, em virtude das dúvidas acerca desta caixa de socorros, o referido instituto enviou uma circular à Associação dando conta que o processo pecou por irregularidades “dado que não foi conforme o disposto no art.º 59 do Decreto nº 19281, de 27 de Fevereiro de 1932”. Este facto deu origem a nova convocação da Assembleia-Geral, em 5 de Maio, onde se resolveu, por unanimidade, convocar este órgão, de acordo com as disposições do referido Artigo e Decreto, para enviar ao Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, os documentos exigidos, nomeadamente, a cópia da acta da Assembleia-Geral, a relação do número de sócios que a Caixa então possuía e a nomeação da Comissão Liquidatária.<sup>13</sup>

Assim procedeu o Presidente da Assembleia-geral, José António de Faria. Em 23 de Agosto, requereu mais uma vez a dissolução da Caixa de

---

<sup>11</sup> Comércio de Guimarães, 02-06-1911, p. 2.

<sup>12</sup> Comércio de Guimarães, 06-06-1911, p. 2.

<sup>13</sup> Estatutos da Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado de Guimarães.

Socorros da Associação, dando conta do cumprimento dos procedimentos legais. Estes requerimentos dirigidos ao Instituto de Seguros Sociais e Obrigatórios e de Previdência Geral do Porto, foram considerados desnecessários pelo referido instituto e Direcção da Mutualidade Livre por se concluir que a Caixa de Socorros desta Associação de Classe não estava inscrita no registo das associações de socorros mútuos, “por não ter sido legalmente constituída”. Considerou o director deste organismo que,

“não deve, por isso haver logar a decretar-se a sua dissolução, que aliás já foi resolvida pela assembleia geral da associação de classe junto da qual funciona. A repartição, considerando o disposto nos art.ºs 109º e 116º do Dec. 20944, entende que a liquidação da referida Caixa de socorros deve fazer-se nos termos dos art.ºs. 74º e 75º do mencionado decreto.”<sup>14</sup>

## A Associação e Caixa de Socorros dos Operários Curtidores e Surradores de Guimarães

A Associação de Classe dos Curtidores e Surradores de Guimarães foi criada no dia 25 de Março de 1900.<sup>15</sup> Tinha a sua sede na Rua da Caldeira, nº 52, embora, em 1904, o jornal “Comércio de Guimarães” a tenha situado na rua Villa Flor.<sup>16</sup> Esta associação operária, “que tão grande número de sympathias”<sup>17</sup> contava no meio vimaranense, esteve bastante activa durante as duas primeiras décadas do século XX.

De acordo com o estipulado nos seus estatutos, enquadrados na Lei de 9 de Maio de 1891, que reconheceu o direito de associação de classe, esta agremiação integrava os “ramos industriais” dos curtidores de peles, surradores e tintureiros de pelica, de nacionalidade portuguesa, residentes no concelho de Guimarães que fossem maiores de vinte e um anos ou emancipados. Podiam também ser inscritos menores, desde que apresentassem autorização escrita de seus pais ou tutores.<sup>18</sup> Como condição para a admissão, exigia-se que o candidato tivesse bom comportamento, “moral e civil”. No acto da inscrição todos os sócios deveriam pagar, além da jóia de 1\$200 réis, paga de uma só vez ou em prestações mensais nunca inferiores a 100 réis, cada uma, uma quota semanal de quarenta réis. Estavam dispensados deste pagamento os sócios que provassem a sua doença ou a sua situação de

<sup>14</sup> *Idem.*

<sup>15</sup> Comércio de Guimarães, 22-03-1901, p.2.

<sup>16</sup> Comércio de Guimarães, 01-04-1904, p. 2.

<sup>17</sup> Comércio de Guimarães, 24-03-1908, p. 3.

<sup>18</sup> Estatutos da Associação de Classe dos Operários Curtidores e Surradores de Guimarães.

desempregados, devendo recomeçar a pagá-las logo que reiniciassem o trabalho, amortizando as quotas em dívida.

Segundo o artigo 5º dos estatutos, podia ser nomeado sócio qualquer cidadão estranho à classe que prestasse serviços à associação ou que lhe oferecesse um donativo superior a dez mil réis. Neste caso, seria designado de sócio honorário mas não teria direito a ser socorrido. Depois de pagas seis quotas semanais e a jóia e não devesse mais de cinco quotas, o sócio usufruía de todos os direitos de qualquer associado, nomeadamente o de propor, discutir e votar em todas as deliberações da Assembleia-Geral. No caso de doença, devidamente comprovada pelo “facultativo” (clínico) e posteriormente reconhecida pela Assembleia-geral, teria direito a receber da Associação, durante os primeiros quinze dias, a quantia de cento e vinte réis diários e, no restante período da convalescença, a quantia de oitenta réis também diários. O sócio inválido tinha obrigação de pagar a sua quota semanal.

Perderia o direito a sócio aquele associado que deixasse de pagar seis quotas semanais e perderia essa qualidade aquele que deixasse de pagar mais de doze quotas semanais. O sócio que perdesse esta qualidade por falta de quotização poderia ser readmitido, se pagasse o débito e não excedesse os quarenta anos de idade. Desejava-se a admissão de sócios trabalhadores. Se desprezassem o trabalho sem ser por doença ou motivo justificado, poderiam ser expulsos. Seria também expulso aquele sócio que se desviasse dos fins da associação ou que reincidisse na perturbação da ordem nas reuniões ou destruisse objectos ou valores da instituição. No entanto, o sócio em questão teria sempre a possibilidade de ser ouvido em sua defesa. A sua expulsão era devidamente fundamentada e documentada pela Assembleia-Geral e não tinha apelação. O sócio expulso não teria direito a reclamar o que contribuiu para o cofre da associação.

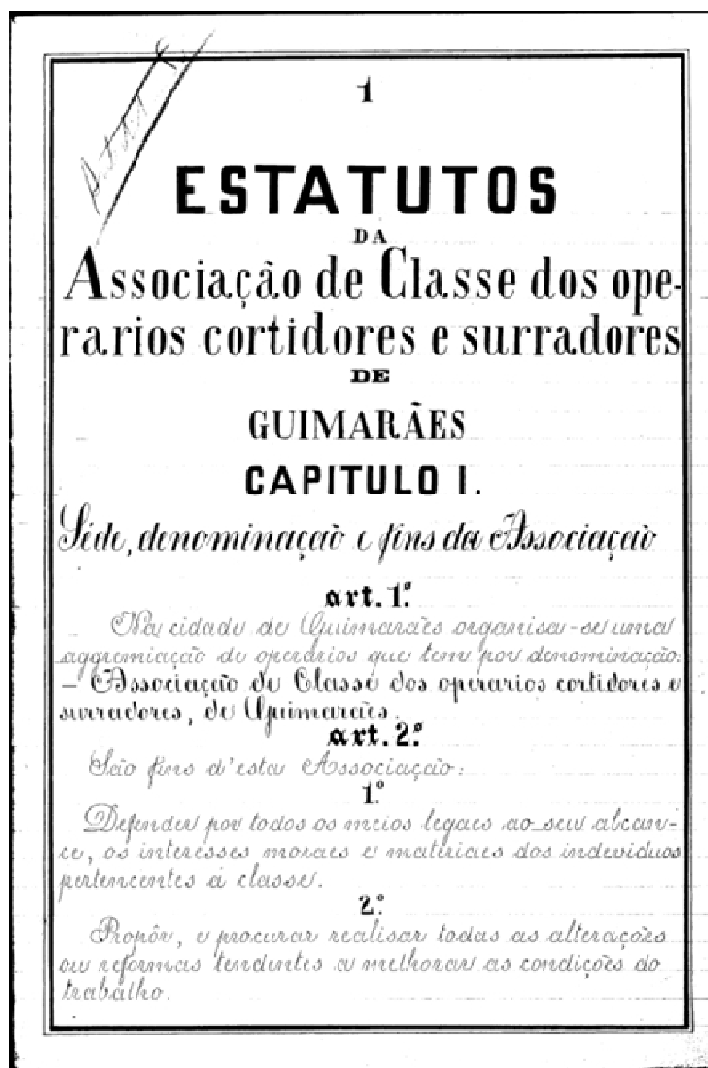
O capital da associação era constituído pela quantia resultante das jóias, dos donativos e legados, mas também dos papéis de crédito e acções de companhias autorizadas pelo Governo, que garantissem o máximo rendimento (artigo 24º). O capital que não pudesse ser aplicado seria depositado a prazo numa instituição de crédito que melhor taxa de juro oferecesse. À ordem, ficaria o capital indispensável para satisfazer as despesas correntes.

As eleições para a direcção faziam-se anualmente. A eleição da nova direcção era feita por escrutínio secreto, por meio de listas, contendo tantos nomes quantos os membros que compunham a direcção. Este órgão era composto por um presidente, dois secretários, um tesoureiro e três vogais. Não podia ser reeleito por mais de três mandatos consecutivos e não poderia funcionar se não estivessem presentes, pelo menos, cinco dos seus membros. As suas deliberações eram tomadas pela maioria dos membros presentes. (art.º 26, § único). Terminado o mandato (que tinha a duração de um ano), a direcção cessante entregaria à sucessora um inventário sobre todos os haveres da instituição. Teria de apresentar ainda, à Assembleia-Geral, as contas da sua gerência em boletins trimestrais e uma conta anual, documentando a despesa e apresentando o capital ou títulos que lhe correspondessem.

A direcção reunia semanalmente em dia estipulado na primeira reunião. Podia reunir extraordinariamente as vezes que se considerasse neces-



sário. A Assembleia-Geral, único poder legislativo da associação, era constituída por um presidente e por dois secretários, eleitos anualmente.

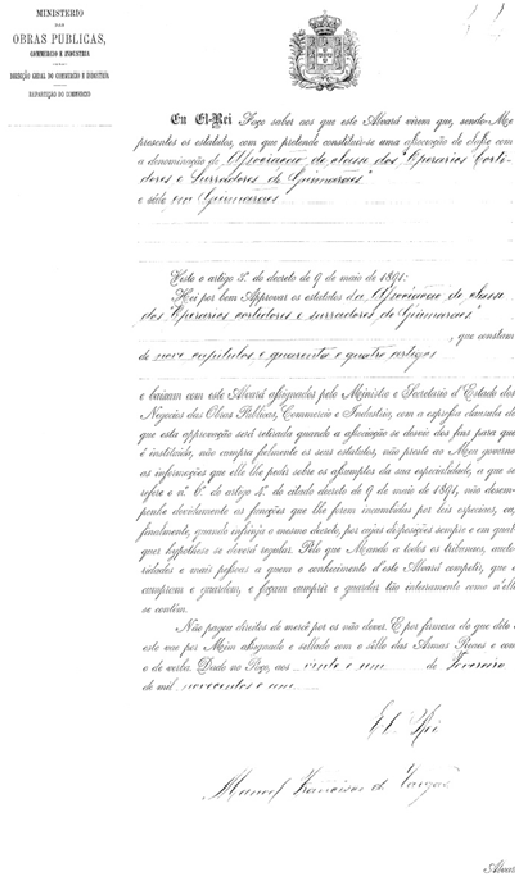


Frontispício dos Estatutos da Associação de Classe dos Operários Curtidores e Surradores de Guimarães de, datado de 14 de Junho de 1900.

Não podia funcionar, à primeira convocação, sem que estivesse presente a maioria dos sócios, não contando os sócios que exercessem qualquer cargo na associação. Porém, à segunda convocatória, efectuada no prazo de oito dias, funcionaria com qualquer número que comparecesse, uma hora depois da marcada para o início da sessão. As decisões eram tomadas por maioria dos sócios presentes.

Caso houvesse empate, o presidente tinha o voto de qualidade. Este órgão, além de uma reunião anual para a eleição dos corpos gerentes, reunia também no fim dos trimestres para apreciar as contas apresentadas pela direcção e nomear a comissão revisora de contas (artigo 36º). Além disso, a Assembleia-Geral podia reunir sempre que julgasse conveniente ou a pedido, por requerimento assinado por, pelo menos, doze sócios.

Nas disposições transitórias, o artigo 44º refere que “além dos fins já enunciados, procurará crear uma escola, bibliotheca, e realisará conferencias, palestras, [foi retirada a palavra “saraus” da proposta inicial dos estatutos], para instrucção dos sócios.” Satisfazendo este propósito, em Maio de 1905, organizou uma conferência subordinada ao tema “A crise social das modernas sociedades e a miséria do operariado”. Teve como orador o Cónego Alberto da Silva Vasconcelos, professor do Seminário-Liceu de Guimarães.<sup>19</sup> O artigo 47 refere que a associação poderia ter os emprega-



Alvará dos Estatutos da Associação de Classe dos Operários Curtidores e Surradores de Guimarães, datado de 21 de Fevereiro de 1901.

<sup>19</sup> Imparcial, 03-04-1905, p.2.

dos necessários para o seu regular funcionamento. Cabia à Assembleia-Geral a sua admissão ou demissão. No artigo seguinte, refere que a associação não poderia dissolver-se enquanto houvesse vinte e um sócios efectivos. Dada a hipótese de não haver esse número de sócios, a dissolução da associação podia ser requerida por três partes dos sócios existentes. Votada a dissolução, a Assembleia-Geral nomearia uma comissão liquidatária que, no prazo de um ano, liquidaria todos os bens da instituição.

O que sobrasse do fundo seria distribuído do seguinte modo: 40% para os sócios existentes, 30% para os órfãos de sócios falecidos e o restante para uma instituição de caridade indicada pela Assembleia-Geral. Estes estatutos foram assinados por vinte e um sócios: José Torquato Ribeiro; José Mendes de Oliveira; José António Alves de Abreu; Francisco da Silva Guimarães; José Ribeiro Peixoto; José António de Almeida; Manoel Ribeiro Venâncio; José Pereira Pantaleão; Manoel Ribeiro da Cunha; João Paulo da Silva; Bento Mendes Guimarães; António José de Almeida; Manoel da Silva Sampaio; António Mendes de Almeida; Bento Moraes; Jacintho Pereira Pantaleão; António José Mendes da Silva, José da Silva Fellipe; Bento Ribeiro Venâncio; José de Abreu e Silva e Vicente Pereira.

Durante três décadas, a comemoração do aniversário desta associação obedeceu quase invariavelmente ao mesmo programa. A comemoração do seu aniversário abria com uma salva de tiros para anunciar o desfile da Nova Filarmónica Vimaranesense ou da Filarmónica dos Bombeiros Voluntários pelas principais ruas da cidade. Habitualmente, às 11 horas, era celebrada, na igreja de S. Francisco, a missa pela alma dos sócios falecidos, na qual se fazia ouvir uma das bandas já referidas. Na sede, havia uma palestra, seguida, frequentemente seguida da inauguração de retratos dos benfeitores. Tal sucedeu nas comemorações de 1912, em que se inauguraram os retratos de Eduardo M. de Almeida e Bernardino Jordão. À tarde, realizava-se um leilão em frente à sede. À noite, aproximadamente pelas 20 horas, assistia-se a uma conferência e, no final, havia arraial com iluminação e fogo-de-artifício, ouvindo-se novamente a filarmónica convidada.<sup>20</sup>

Logo após a sua fundação, esta associação mostrou-se activa na defesa dos interesses dos mais carenciados e dos vimaranenses em geral. No dia 15 de Julho de 1900, em sessão extraordinária, a direcção oficiou ao Administrador do Concelho, solicitando que o milho que o Governo Civil enviasse para Guimarães não fosse vendido por contratadores mas por ordem directa do próprio Administrador do Concelho, para assim se evitar a subida do preço desse cereal.<sup>21</sup>

No dia 31 de Março de 1901, depois de se proceder à eleição dos novos corpos gerentes, decidiu-se avançar com uma subscrição em benefício da Caixa de Socorros desta associação. Na edição do dia 9 de Abril, o jornal “Comércio de Guimarães”, publicou uma primeira lista onde constavam os 22 vimaranenses que contribuíram com 161\$000 réis.

<sup>20</sup> Comércio de Guimarães, 05-04-1912, p. 2 e 10-04-1923, p. 2.

<sup>21</sup> Comércio de Guimarães, 20-07-1900, p.2.

Houve a preocupação em manter a disciplina dos seus sócios e cumprir o estipulado nos seus estatutos. Em Assembleia-Geral, realizada no dia 8 de Abril deste ano e em harmonia com o disposto no artigo 9º dos estatutos da associação, a direcção propôs a expulsão do sócio Manuel da Rocha Mendes “por se desviar dos fins para que esta instituição foi creada, não podendo retirar nada do que contribuiu para o cofre segundo o disposto no artigo 13º do Estatuto.” Esta proposta foi votada por unanimidade. Em 21 de Julho do mesmo ano, em Assembleia-Geral decidiu-se exonerar o sócio nº 20 “por ter andado a angariar donativos em proveito próprio, apresentando-se com o nome desta colectividade.”<sup>22</sup>

Esta associação, sempre que tal se justificou, concedeu apoio financeiro aos sócios necessitados. Na já referida sessão de 8 de Abril de 1901, decidiu conceder o subsídio de 2\$000 réis ao sócio nº 116 por se encontrar doente.<sup>23</sup> Em Julho atribuiu o mesmo subsídio aos sócios doentes números 81, 91 e 65. Em reunião de direcção realizada em Setembro do mesmo ano, foram contemplados com a mesma quantia e pela mesma razão os sócios números 27, 11 e 120 por se acharem doentes.<sup>24</sup> No mês seguinte, a direcção atribuiu, da caixa de socorros, a mesma quantia de 2\$000 réis a cada um dos sócios enfermos com os números 25, 41, 57, 69 e 88.<sup>25</sup>

O Jornal “Comércio de Guimarães”, na sua edição de 1 de Abril de 1902, apreciando o relatório desta associação e o parecer do Conselho Fiscal, escreveu que,

“por assim dizer quasi nascente ainda esta associação, tão útil como necessária, vae pouco a pouco attingindo o seu fim, o qual o de subsidiar os socios, quando doentes e legalmente impossibilitados de trabalhar vindo enfileirar-se na linha das que espalham a bem entendida caridade e o verdadeiro socialismo.”

Segundo este periódico, nesta data, a Associação de Classe dos Curtidores e Surradores de Guimarães teria aproximadamente 200 sócios. Naquele relatório pode ler-se que, durante esse ano, foram subsidiados 19 sócios. Apresenta um saldo de 52\$935 réis. O mesmo jornal informou que o relatório evidenciava um aumento de capital atribuído pela filantropia de muitos cidadãos, sobretudo dos vimaranenses Comendador Manoel José Teixeira, José Maria Leite e Eduardo Almeida, considerados “uns verdadeiros amigos d'esta classe...”<sup>26</sup>

No intuito de rentabilizar o seu fundo, reforçado com a referida subscrição, a direcção da Caixa de Socorros desta associação optou por “dar a

<sup>22</sup> Comércio de Guimarães, 26-07-1901, p.2.

<sup>23</sup> Comércio de Guimarães, 09-04-1901, p.2.

<sup>24</sup> Comércio de Guimarães, 20-09-1901, p.2.

<sup>25</sup> Comércio de Guimarães, 15-10-1901, p.2.

<sup>26</sup> Comércio de Guimarães, 01-04-1902, p.2.

juros”, a quem pretendesse, a quantia de 250\$000 réis que tinha disponível no seu cofre.<sup>27</sup>

Esta associação teve um importante papel na defesa dos interesses do operariado vimaranense, em especial dos operários da classe. Na edição do dia 29 de Setembro de 1903, o “Comércio de Guimarães” informava que a Associação de Classe dos Operários Curtidores e Surradores, em reunião da Assembleia Geral, mostrou grande preocupação relativamente à ameaça dos industriais daquele sector de encerrarem as suas fábricas, alegando a impossibilidade de suportarem a contribuição que lhes foi exigida pela verba nº 196 do regulamento de 28 de Fevereiro de 1795. A concretização desta ameaça levaria mais de mil operários ao desemprego. Perante esta situação, a Assembleia deliberou ir, em massa, no dia seguinte, entregar uma exposição à Câmara Municipal, à Associação Comercial, à Associação Artística e à Associação dos Empregados do Comércio. Com esta movimentação, pretendia que essas colectividades contactassem o Ministro da Fazenda no sentido de decidir que os industriais pagassem, nesse ano, a colecta que pagaram nos anos anteriores. Evitava-se com essa medida que tantos operários ficassem impedidos de “ganhar o pão de cada dia”.<sup>28</sup>

O mesmo jornal, na edição de 2 de Outubro, informou que mais de 1400 operários de Guimarães e de S. Torcato, às 10 horas da manhã, se dirigiram à Repartição da Fazenda com o objectivo de entregar ao escrivão Garcia Garcês uma exposição, na qual a associação pedia que intercedesse junto do governo de Sua Majestade, a fim de que o imposto industrial incidisse somente nos lagares de curtumes, como até então, e que se continuasse a pagar o mesmo imposto dos anos anteriores "por ser este o compatível com o estado e os recursos da industria de curtumes de Guimarães". Estes operários dirigiram-se depois à Associação Artística Vimaranense. O presidente desta associação declarou aos operários que os auxiliaria no seu pedido. Deslocaram-se depois para a Associação de Classe dos Empregados de Comércio, sendo igualmente bem recebidos pelo seu presidente Francisco Martins e mais membros da Associação. Estes prometeram ajudar, intercedendo junto do ministro da fazenda. Por fim, encaminharam-se para a Câmara Municipal, onde estava presente a maioria dos vereadores. No local, João Paulo da Silva, presidente da Associação de Classe dos Curtidores e Surradores, leu uma "bem elaborada representação". Na opinião do jornalista, o Presidente da Câmara, Joaquim José de Meira,

"proferiu palavras verdadeiramente consoladoras para a classe dos operarios curtidores e surradores, dizendo também que ia imediatamente telegraphar a sua ex<sup>a</sup> o snr. ministro da fazenda, para allivia-los o mais depressa possível, a fim de que não estivessem muito tempo com

---

<sup>27</sup> Comércio de Guimarães, 19-07-1901, p.3.

<sup>28</sup> Comércio de Guimarães, 29-09-1903, p.2.

os braços cruzados, isto é, sem poderem ganhar o pão quotidiano para suas famílias."<sup>29</sup>

Segundo noticiou o semanário "Imparcial", no dia 14 do mesmo mês, esta associação de classe reuniu em Assembleia-Geral, sob a presidência de João Paulo da Silva e decidiu officiar a todos os industriais de curtumes, pedindo auxílio para os operários curtidores; deliberou ainda solicitar ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, autorização para que esta associação de classe pudesse dispor do fundo existente, que constava nas inscrições nominais da dívida interna criada em benefício dos seus associados sem trabalho, para que estes não fossem forçados a recorrer à caridade pública. Finalmente, decidiu nomear uma comissão, composta por cinco membros, para auxiliar os operários que, devido à crise, estavam sem trabalho. Com esse objectivo, deviam organizar uma "quête" em benefício dos mesmos.<sup>30</sup>

Passados 12 dias, o mesmo jornal informou que o imposto sobre os curtumes, que tanto preocupava a associação dos curtidores, tinha sido revogado na sequência dos esforços do Dr. Motta Prego, que se deslocou a Lisboa na qualidade de administrador do concelho. O articulista considerou que estava encerrada a crise que afectava os operários devido à paralisação das fábricas, pois estavam satisfeitas as reclamações dos industriais de curtumes. Como reconhecimento pelos serviços prestados a esta associação de classe, o Dr. Motta Prego foi admitido como sócio honorário da associação.<sup>31</sup> No entanto, estranhamente, na edição de 26 de Novembro o mesmo jornal<sup>32</sup> escreveu que, afinal, a representação da Câmara não chegou ao destino. Não pudemos confirmar a veracidade destas afirmações, dado que não encontramos mais referências ao assunto.

Em 31 de Janeiro de 1904, esta associação resolveu entregar diplomas de sócios honorários aos vimaranenses Conde de Paçô Vieira; Conselheiro Arthur Alberto Campos Henriques; António Coelho da Motta Prego (já referido); Eduardo Manuel d'Almeida e Wrigt Taylor, Director da Companhia de Luz Eléctrica de Guimarães. Entregou diplomas de sócios beneméritos aos vimaranenses António José Ribeiro e ao Conde de Margaride.<sup>33</sup> Este último, devido à sua "inexgotável liberalidade", concedeu à Associação de Classe dos Curtidores e Surradores, em Janeiro de 1906, a quantia de 20\$000 réis para o fundo da sua caixa de socorros.<sup>34</sup>

Esta associação de classe teve um papel relevante na defesa dos interesses de Guimarães. Liderou as manifestações de regozijo dos vimaranen-

<sup>29</sup> Comércio de Guimarães, 02-10-1903, p. 2.

<sup>30</sup> Imparcial, 15-10-1903, p. 3.

<sup>31</sup> Imparcial, 22-10-1903, p. 2.

<sup>32</sup> Imparcial, 26-11-1903, p. 2.

<sup>33</sup> Imparcial, 06-02-1904, p. 2.

<sup>34</sup> Imparcial, 22-01-1906, p. 2.

ses relativamente à publicação no Diário do Governo, no dia 9 de Maio, do decreto que adjudicou definitivamente à empresa Temple George Blachavoo a construção e exploração do caminho de Ferro de Guimarães a Braga. A Câmara, as associações, e até particulares, içaram as suas bandeiras em demonstração de contentamento,

“Ao fim da tarde, milhares de pessoas, tendo à frente a benemérita e patriótica Associação de Classe dos Curtidores e Surradores com a sua bandeira, percorreram com suas bandas de musica a cidade, no meio de vivas, e foram às sedes d'aquellas coprorações e aquellas casas e particulares congratular-se com todos por tão notável melhoramento (...) muito folgámos de ver uma associação eminentemente popular - mas importante pelo número e qualidade dos seus membros - se pôr à frente dos manifestantes, dando assim uma prova frisante da elevação dos seus sentimentos cívicos, guiando com a sua bandeira a multidão inumerável d'aquelles que sentiam a sua alma vibrante de patriotismo e dominada pela gratidão ao grande Ministro a quem é devido este progresso (...) Pois, na demonstração do público regozijo, o elemento predominante foi o povo, e de todas as corporações da cidade, só a "Associação dos Curtidores" sahiu à rua com a sua bandeira. Isto prova que o povo pensa e pensa bem, e que para comprehender o que para si é bom, e conhecer e agradecer a quem lhe faz bem, não precisa que lh'o digam. É este o signal que distingue o povo d'agora, do de há algumas dezenas de annos.”<sup>35</sup>

Em 31 de Março de 1905, o Jornal “Comércio de Guimarães” publicou a alocução que Francisco da Silva Guimarães, presidente da direcção desta Associação de Classe, leu na sessão solene do dia 25 de Março, no momento da comemoração do 5º aniversário da criação desta colectividade.

"Há cinco annos n'uma modesta installação, na rua da Caldeiroa, iniciamos esta aggreiação, que representava uma necessidade e uma justa aspiração da numerosa classe de Cortidores e Surradores de Guimarães. Nunca nos poderão esquecer os intimos estremecimentos de júbilo que sentiram operários e patrões, tendo aquelles na voz exclamações de enthusiamo bem sentido, e estes nos olhos lágrimas d'uma suave commoção ao presenciarem o inicio d'uma Associação de Classe orientada pelos sãos principios da verdade, da ordem e da justiça.

E essa harmonia entre operários e patrões tem continuado até hoje e continuará para o futuro, embora haja quem ouse apodar de retrógrados os que julgam encontrar n'essa harmonia uma base segura do progresso social. É que nós não vemos no patrão um tyranno, mas sim um amigo. E é, snr. Presidente e meus snrs., fundamentada a minha asserção.

---

<sup>35</sup> Imparcial, 14-05-1904, p. 2.

Dos cinco annos de existência da nossa Associação o mais critico, no que diz respeito às condições económicas da nossa classe, tem sido o que vae correndo. Começou, infelizmente, uma crise de trabalho, como já há muito não se sentia. A muitos dos nossos socios que em geral teem numerosa família a sustentar, era quasi impossível satisfazer os seus compromissos sociaes, pagando as quotas que deviam pagar. E, todavia, embora não pudesse prover a todas as necessidades, provenientes da falta de trabalho, a nossa caixa de socorros ainda pôde cumprir o seu fim beneficente, soccorrendo 37 sócios enfermos e sustentando ainda actualmente, seis sócios inválidos.

Este resultado é devido, em parte, aos sacrificios de todos os associados, mas também o é, e principalmente à benemerencia generosa dos nossos patrões, pois não só os fallecidos se lembraram d'esta instituição, como foram os sempre chorados Commendador Manoel José Teixeira, José Maria Leite, António Luiz Carreira e Manoel José Martins, cujas memórias nos é grato relembrar com saudade; mas também os actuaes patrões concorrem para sustentar esta instituição da caixa de socorros, pelo que lhes consignamos aqui o nosso profundo reconhecimento.

Bastam estes factos, só por si, para justificar a perfeita harmonia entre patrões e operários, que deixae-me dizer, nobilita igualmente uns e outros.

Mas snr. Presidente e meus snrs.: Não são sómente os nossos patrões que contribuem para a nossa caixa de socorros mútuos e nos animam a progredir no caminho encetado. Cavalheiros estranhos à nossa Classe teem manifestado a sua sympathia pela nossa Associação, quer com donativos para a nossa caixa de socorros, quer por actos e deferencias, que cativam a nossa gratidão. D'entre esses cavalheiros benemeritos, seja-me licito destacar, porque é um dever de justiça, o nome illustre do Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde de Margaride (...) tem sido um dos maiores beneméritos da nossa caixa de socorros pelos donativos que nos tem concedido; e tem sido também um dos maiores benemeritos da nossa Associação, porque nos anima não só com os seus sabios conselhos, mas também com a sua presença a todas as solemnidades que promovemos. Sua Ex<sup>a</sup>, que pela nobreza do seu nome, a que se junta a nobreza das suas acções, é o mais nobre cidadão vimaranense, vem sempre, com uma alegria, que não procura occultar, assentar-se junto dos mais humildes filhos do trabalho.

Resolveu, por isso, a direcção da minha presidencia collocar na galleria dos benemeritos protectores d'esta Associação de Classe, o retrato do Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde de Margaride, retrato que eu espero dever a V. Ex<sup>a</sup> Snr Presidente, a fineza de descerrar. (...)

Além do Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde de Margaride, outros cavalheiros são dignos do nosso reconhecimento pelos seus donativos e captivantes deferências.

Na impossibilidade, porém de os mencionar a todos (...) eu peço licença para me referir especialmente ao Ill.mo e Exmo. Snr. dr. Joaquim José de Meira, a quem esta Associação deve relevantes serviços, sendo um dos maiores a erudita e conceituosa conferencia com que, no anno passado, se dignou abrilhantar a solemnidade do quarto anniversario da nossa Associação de Classe. (...)



Não me é possível recordar todos os pontos d'aquella primorosa conferencia. Lembro-me, porem, de que o illustre professor lamentou o estado de instrucção primaria entre nós, fez a história da evolução da instrucção industrial no paiz e terminou exhortando os operarios a não desprezarem os benefícios que podem auferir da frequência da nossa eschola industrial. (...) Entre nós é enorme a percentagem de analphabets.

Em geral o operario cortidor ou surrador é mais solícito em mandar os filhos para a officina do que para a escola. E assim é que nós vemos muitas vezes creanças de 8, 9 ou 10 annos empregadas no arduo trabalho da nossa profissão, quando ainda deviam sobraçar os livros das primeiras letras.

É claro que os paes justificam o seu procedimento com a necessidade de conseguir salarios para a sustentação de suas famílias, pobres e numerosas. Como remediar este mal? Lembra-nos snr. Presidente crear huma escola nocturna de primeiras letras, onde os filhos dos nossos operarios, que de dia buscam no trabalho o pão material, possam, em alguns momentos da noite, vir buscar à escola a instrucção, que é o pão do espírito. Faltam-nos porem, para tanto os recursos pecuniarios. Por isso lembramo-nos de pedir à Ex.ma Câmara da digna presidência de V. Ex.<sup>a</sup> um pequeno subsídio para que se realize esta nossa aspiração..."<sup>36</sup>

Seguiu-se depois a alocução de Manoel Ribeiro Venâncio, presidente da Caixa de Socorros. O teor da sua intervenção foi semelhante à do presidente da direcção. No seu discurso, o Abade de Tagilde, presidente da Câmara, aludiu à importância das associações de classe e demonstrou a necessidade de recuperar as associações de artes e ofícios medievais.<sup>37</sup>

No início de Junho, uma comissão de curtidores e surradores de Guimarães, liderada por António Vieira d'Andrade, dirigiu-se a Braga para, por intermédio do Governador Civil, enviar ao rei uma exposição reivindicando medidas que melhorassem as condições de vida do operariado.<sup>38</sup>

Nos finais de Julho, fez-se a distribuição em milho e centeio do produto adquirido na "kermesse" realizada no dia 24 de Junho em favor dos curtidores e surradores sem trabalho (distribuiu-se a 103 operários).<sup>39</sup> Numa segunda distribuição, 68 operários receberam milho e centeio.

A imprensa vimaranense foi publicando notícias esparsas sobre a actividade desta colectividade. Em Novembro de 1911, a Associação de Classe de Operários Curtidores e Surradores de Guimarães adquiriu uma nova bandeira. A inauguração, que estava prevista para o dia 10 de Dezembro, acabou por não se realizar devido ao mau tempo. Aconteceu no dia 31. Entretanto, a nova bandeira esteve exposta na loja comercial "High Life".<sup>40</sup>

<sup>36</sup> Comércio de Guimarães, 31-02-1905, pp. 1- 2 e A Justiça de Guimarães, 02-04-1905, p. 3.

<sup>37</sup> Comércio de Guimarães, 07-04-1905, p. 1.

<sup>38</sup> Imparcial, 05-06-1905, p. 2.

<sup>39</sup> Comércio de Guimarães, 01-08-1905, p. 2 e Restauração, 03-08-1905, p. 2.

<sup>40</sup> Comércio de Guimarães, 07-11-1911, p. 3.

A Associação de Classe e Caixa de Socorros dos Operários Curtidores e Surradores foi sensível ao assassinato do rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe. No dia 16 de Fevereiro de 1908, mandou celebrar, na igreja de S. Francisco, uma missa sufragando as almas do rei e do príncipe. Durante esse acto religioso, a filarmónica «Boa União» executou o "Trovador". Nesta cerimónia, estiveram presentes, além da direcção da Associação e da direcção da Caixa que lhe está anexa, os sócios honorários, Conde de Margaride; Henrique Margaride; Joaquim José de Meira; António Coelho da Motta Prego; Simão Ribeiro; Álvaro Costa, José Francisco de Almeida; e António José Ribeiro Bravo e os industriais, José Maria Leite; José António de Almeida; João Paulo da Silva; José Teixeira de Carvalho Júnior; António Antunes de Castro; Elísio Teixeira de Carvalho; José Martins Leite e José Henrique Dias.<sup>41</sup> Esta Associação era, ocasionalmente, contemplada com donativos de pessoas ilustres do meio: em 1908, por exemplo, Eduardo Almeida ofereceu a quantia de 10\$000 réis à Caixa de Socorros desta associação operária.<sup>42</sup>

Ao longo dos anos, esta associação de classe teve, como já o comprovamos, uma grande projecção a nível local. Os esforços para unificar as associações de classe pela Federação das Associações Operárias de Guimarães tiveram a oposição da Associação dos Curtidores e Surradores. Em reunião realizada a 27 de Agosto, deliberou-se que todas as associações federadas deveriam cortar relações com a Associação dos Curtidores por esta ter rompido com a Federação sem motivo justificado.<sup>43</sup>

## A Associação de Classe dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil

O semanário A Justiça de Guimarães, na sua edição de 27 de Novembro de 1904, refere que, na tarde do dia 20, um Domingo, vários operários reuniram numa casa particular com o objectivo de criarem uma associação em que estivessem integradas as quatro artes da construção civil. Decidiram que a instalação desta agremiação fosse feita no dia 1 de Janeiro de 1905.<sup>44</sup>

Duvidamos da veracidade desta informação dado que, só a partir de 1911, surgiram referências a esta colectividade. A considerar verosímil esta

---

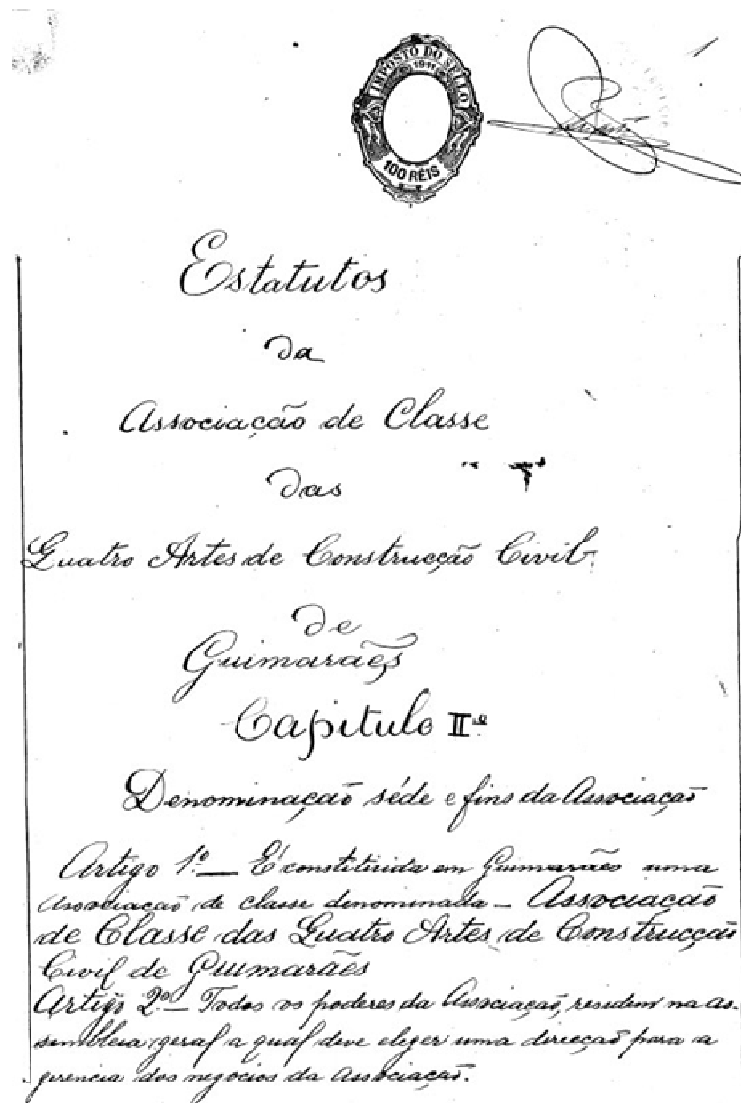
<sup>41</sup> Comércio de Guimarães, 18-02-1908, p. 3.

<sup>42</sup> Comércio de Guimarães, 14-04-1908, p. 3.

<sup>43</sup> O Republicano, 09-09-1916, p. 7.

<sup>44</sup> A Justiça de Guimarães, 27-11-1904, p. 3.

informação, significa que esta associação de classe funcionou durante cerca de 6 anos sem os estatutos superiormente aprovados.



Frontispício dos Estatutos da Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil de Guimarães, datado de 25 de Junho de 1911.



O mesmo jornal referiu ainda que esta colectividade operária tinha lançado as bases de uma cooperativa.<sup>46</sup> Esta intenção foi confirmada pelo jornal “Comércio de Guimarães”.

Na edição do dia 5 de Janeiro de 1912, este periódico noticiou que a Associação de Classe das Quatro Artes de Construções Civis pretendia criar uma Cooperativa destinada a estabelecer por contrato, ajuste ou qualquer outro meio, toda a obra de pedreiro, carpinteiro, caiador e pintor.<sup>47</sup> Não sabemos se efectivamente foi criada.

O artigo 9º dos estatutos estipula que todo o sócio desempregado, que não pudesse reempregar-se na cidade e fosse forçado a ir para outra localidade do país teria direito às mesmas regalias, desde que pagasse as suas quotas. Outro aspecto que merece destacar dos estatutos é a solidariedade exigida aos sócios no que respeitava à “aspiração da classe” (artigo 10º, nº 2).

Em 16 de Julho de 1939, o Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), criado em 1933, no sentido de cumprir o estipulado no Decreto-Lei nº 23050, que extingue todas as associações de classe, solicita informações sobre o momento e o modo como teve lugar a dissolução desta associação de classe. Não sabemos quando foi extinta esta associação.

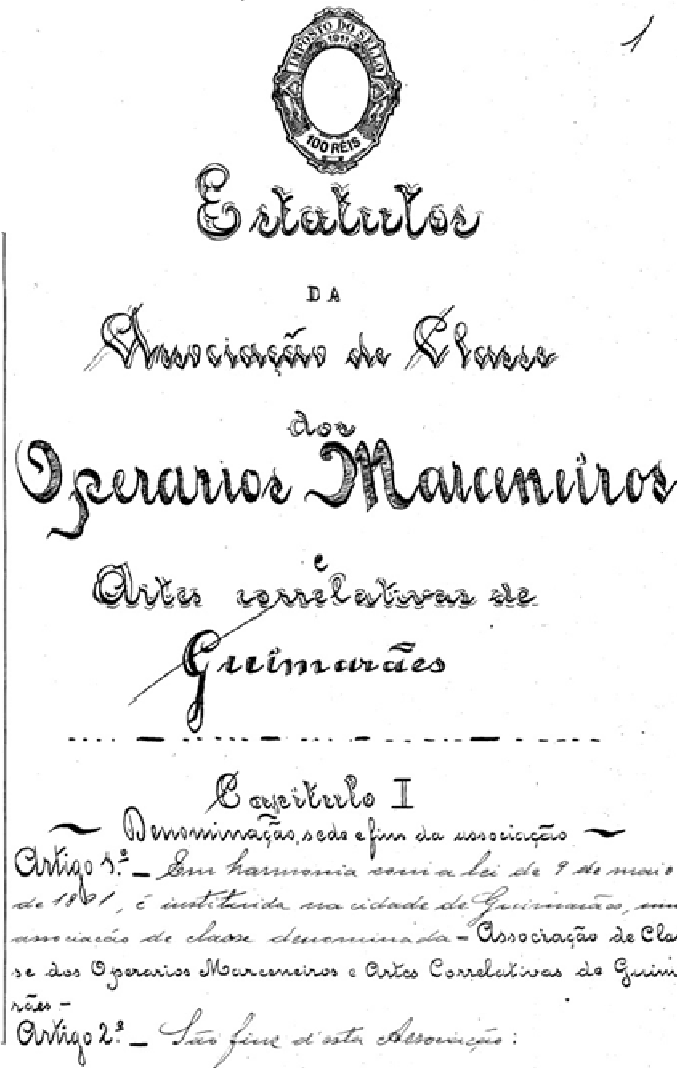
## A Associação de Classe dos Marceneiros e Artes Correlativas

A Associação de Classe dos Marceneiros e Artes Correlativas, criada em 1911, teve a sua sede provisória na Rua Nova do Comércio.<sup>48</sup> Os seus estatutos, aprovados 16 de Março de 1912, eram muito semelhantes aos das demais Associações de Classe, na medida em que se regulavam pelo Decreto de 9 de Maio de 1891. Destes Estatutos destacamos, no entanto, alguns aspectos que nos pareceram pertinentes: além da quota semanal de 40 réis, os sócios pagavam a quantia de 500 réis a título de jóia, que poderia saldar em duas prestações se o sócio julgasse conveniente (artigo 6.º, ponto 2). Deveria ainda pagar a quantia estipulada pelo exemplar dos estatutos sem contudo exceder os 200 réis, valor que poderia igualmente ser pago em prestações. Eram também obrigados a servir no cargo para o qual fossem eleitos, embora não sendo obrigados a aceitar nova eleição sem que tivesse decorrido o prazo de um ano depois da primeira. Tinham o dever de sujeitar-se rigorosamente a todas as indicações prescritas pela direcção, desde que fosse em conformidade com os estatutos.

<sup>46</sup> A Alvorada, 14-10-1911, p. 3.

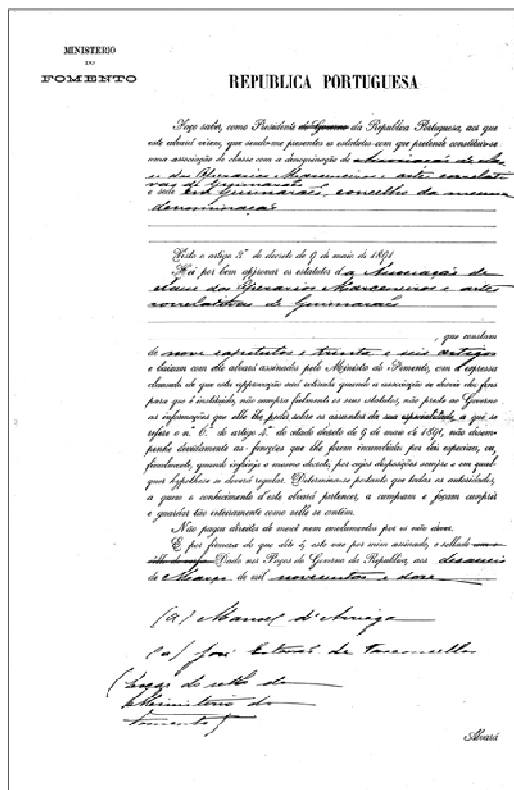
<sup>47</sup> Comércio de Guimarães, 05-01-1912, p. 2.

<sup>48</sup> Comércio de Guimarães, 09-06-1911, p. 3.



Frontispício dos Estatutos da Associação de Classe dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas de Guimarães, datados de 09 de Julho de 1911.

Perdiam a qualidade de sócio e as quantias entretanto entregues, se devessem mais de dez quotas semanais. No entanto, podia ser readmitido se pagasse as quotas em débito. Perderia ainda essa qualidade quem, de alguma forma, desprestigiasse a associação ou extraviasse qualquer quantia ou objecto a ela pertencente.



Alvará dos Estatutos da Associação de Classe dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas de Guimarães, datado de 16 de Março de 1912.

Para resolver as contendas entre sócios ou entre estes e a direcção, cada uma das partes nomearia dois consócios e estes, entre si, elegeriam um quinto para presidir. O parecer deste júri seria depois apresentado por escrito e seria com base nele que a Assembleia-Geral deliberaria.

Em meados de 1912, o ambiente vivido entre os operários marceneiros de Guimarães não foi pacífico, sobretudo para os que trabalhavam na oficina do industrial João de Sousa Neves, talvez o fundador da importante marcenaria dos anos 20, Neves & Companhia. A tensão entre estes operários teve origem na divergência de posições relativamente à criação de uma caixa de socorros na oficina. Acusava-se o industrial de tentar, através da criação de uma caixa de socorros

própria, enfraquecer e conduzir à dissolução da Associação de Classe dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas.

É um facto que as caixas de socorros criadas nas fábricas eram mal vistas pelas organizações operárias. Geralmente, os patrões impunham aos seus operários a quotização para essas caixas, sendo a sua gestão realizada por funcionários superiores.

Acabavam por ter o efeito perverso de prender o operário à fábrica, pois, de acordo com os estatutos, sendo despedidos, perderiam o direito aos benefícios para cujo fundo contribuíram com a sua quotização. Além disso,

os seus benefícios eram sempre diminutos, limitando-se a pequenas compensações por doença e direito a remédios.<sup>49</sup>

Estas acusações levaram este industrial a justificar-se no periódico vimaranense “Caloiro”. A sua exposição clara permite-nos perceber que os motivos das divergências entre patrões e operários não passavam necessariamente pelas questões salariais ou o horário de trabalho, por outro lado, demonstra que este industrial tinha a percepção clara dos papéis que deviam ser assumidos por patrões e operários na actividade industrial. Transcrevemos, quase na íntegra, esta exposição por a considerarmos extremamente esclarecedora:

“Um industrial que se justifica perante a atitude dos seus operários em greve:

Sr. Director do «Caloiro»

Não tencionava vir a público dar explicações acerca dos operários marceneiros, desta cidade, principalmente dos empregados na nossa oficina. (...) Vendo, porém que o jornal denominado «Alvorada» fundando-se nas afirmações do manifesto, descobre em mim uma intransigência incompatível com a minha educação e com o meu sentimentalismo, eu peço licença para nas colunas do «Caloiro» esclarecer o assunto (...) Quais são as principais acusações que me fazem?

São:

1º - Pretender fundar uma caixa de socorros para os operários da nossa oficina, com o fim de lançar por terra a Associação de Classe dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas.

2º - Despedir da nossa oficina, o operário Fernando Manuel Rodrigues.

Quanto à primeira acusação devo declarar que nunca me apavorei com a fundação da Associação de Classe.

Conheço bem o movimento associativo que caracteriza a nossa época, louvo todos os que se empenham em melhorar a sorte das classes proletárias, e só lamento que, em muitos casos, tais associações não possam preencher cabalmente o fim beneficente e de mútuo socorro a que geralmente se destinam.

E a prova de que o movimento associativo me é simpático, está no facto de eu aplaudir a iniciativa de uma Caixa de Socorros para os operários da nossa oficina. Como vem afirmar-se que o meu aplauso teria por fim lançar por terra a Associação de Classe dos Operários Marceneiros?

Não, visto que muito antes de existir essa Associação já os operários da nossa oficina haviam projectado fundar a caixa de socorros. No dia 5 de Dezembro de 1910, depois de uma festa ou magusto que os nossos operários costumam realizar, precedido dum espectáculo no salão da oficina, transformado em teatro, a que costumam assistir algumas famílias e pessoas das nossas relações e dos operários, o operário Fer-

---

<sup>49</sup> ALVES, Jorge Fernandes, Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) - Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, pp. 112-125.



nando Rodrigues pretendeu fazer uma quête com o fim de fundar nessa ocasião uma caixa de socorros. Resolveu-se, porém adiar, ficando todavia assente que se fundaria num futuro mais ou menos próximo, pois era essa a opinião da maior parte dos nossos operários, a quem eu animava, por me parecer que a caixa de socorros mais lhe convinha.

No Domingo, 14 do corrente, alguns operários pediram-me para convocar uma reunião dos seus companheiros, a fim de se discutir este assunto. Acedi ao seu pedido, reuni-os na oficina, compareceu a maior parte, e, se é certo que me diziam que a maioria votava pela fundação da caixa de socorros, outros notei eu de opinião contrária, declarando que lhes não convinha contribuir para a Associação e para a Caixa de Socorros.

Compreendi que o assunto estava prejudicado por não haver unanimidade de votos, e declarei que era melhor desistirem a fundação da Caixa.

Responderam-se que a Caixa devia ser obrigatória para todos, para assim ter a importância precisa, e que não desistiam da fundação da mesma, sendo dessa opinião também o operário Fernando Rodrigues.

Depois disto, nesse mesmo dia, alguns dos operários discutiram na Associação discutindo o assunto, protestando contra a fundação da caixa e atribuindo-me a intenção de destruir a sua Associação, como se eu tivesse nisso algum interesse. Nesse grito de revolta e nessas afirmações caluniosas salientou-se o operário Fernando, o mesmo que foi iniciador e apologista da caixa de socorros, incitando os companheiros à desordem, a insultar e agredir alguns dos companheiros especialmente um operário natural do Porto, chamado David.

Foram tais e tantas as queixas que me fizeram do operário Fernando que eu, vendo nele um elemento de desordem e de indisciplina, resolvi despedi-lo, convidando-o a procurar trabalho noutra casa no prazo de quinze dias.

É esta, sr. Director a segunda acusação que se me faz.

É possível que no meio de indisciplina que se nota nas diversas camadas sociais alguém censure o meu procedimento; eu, porém, estou com a minha consciência tranquila. Não nego aos nossos operários os direitos que lhes pertencem; mas exijo também o cumprimento dos deveres correlativos.

E, se é certo que o patrão não deve ver no operário um escravo, o operário não deve nem pode em nome das reivindicações sociais, faltar ao respeito que é devido ao patrão, que tem de manter a ordem e a disciplina dentro da sua casa.

Sr. Director: Eu tive uma grande aspiração - duma modesta oficina de marceneiros quis fazer uma escola. Alguma coisa consegui... Quis fazer do operariado da nossa casa uma família em que todos nos auxiliássemos e nos estimássemos como irmãos. Julgava que o tinha conseguido; mas o facto de que me estou ocupando veio trazer-me a triste tristeza de que ainda não consegui realizar esse desiderato.

Oxalá que se restabeleça a paz e a ordem.

Que todos tenham a nítida compreensão dos seus deveres, e que o operariado se habitue a ver nos seus patrões os amigos que o auxiliam e não os tiranos que o escravizam!..

Guimarães, 30 de Abril de 1912  
João de Sousa Neves<sup>50</sup>

Poucos dias depois, em 17 de Maio de 1912, o periódico “Comércio de Guimarães” informava os leitores que os operários marceneiros de Guimarães estavam em greve. Não sabemos mais pormenores desta greve, mas talvez fosse motivada pelos acontecimentos atrás descritos.

As intenções deste industrial terão sido as melhores. No entanto, no Vale do Ave, havia situações em certas fábricas ou oficinas que justificavam a desconfiança das Associações de Classe. Em 1910, a Associação de Classe dos Operários Fiandeiros descreveu o ambiente vivido na Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela:

"Na fábrica de Vizela existe uma caixa de socorros, quotizando os operários 60 réis e crianças 40 réis, porém tanto os adultos como os menores, quando doentes, ainda por desastre na fábrica, não têm socorros, mas apenas remédios e médico. Quanto à instrução, os operários, se não na sua totalidade, são quase em geral analfabetos: as crianças também não frequentam as escolas, visto que o tempo lho não permite. O salário nocturno é o mesmo que diurno. Empregam-se nestas fábricas milhares de mulheres e crianças que trabalham 14 horas por dia, tendo apenas uma hora e meia para refeições. Nestas fábricas há trabalho nocturno onde se empregam mulheres e crianças contra o exposto na lei, trabalhando dez horas consecutivas. É para esta barbáridade que a associação chama a atenção, esperando providências imediatas."<sup>51</sup>

Esta associação terá sido dissolvida em 1938 pelo Decreto-Lei nº 23050 de 1933, que extinguiu todas as associações de classe.

---

<sup>50</sup> O Caloiro, 12-05-1912, nº 11, ano I, pp. 2-3.

<sup>51</sup> Boletim do Trabalho Industrial, nºs 49, p. 139.

## A Associação de Classe dos Alfaiates e Costureiras de Guimarães

A edição do “Comércio de Guimarães” de 17 de Dezembro de 1909 anuncia que a classe dos alfaiates dessa cidade, em reunião, procurou encontrar a melhor forma de reorganizar a sua associação. Para tal, foi criada uma comissão instaladora. Temporariamente, a sede da associação funcionou na rua D. João I, nº 157. Não sabemos a data precisa da sua fundação. Os seus estatutos foram elaborados em 27 de Maio de 1910.

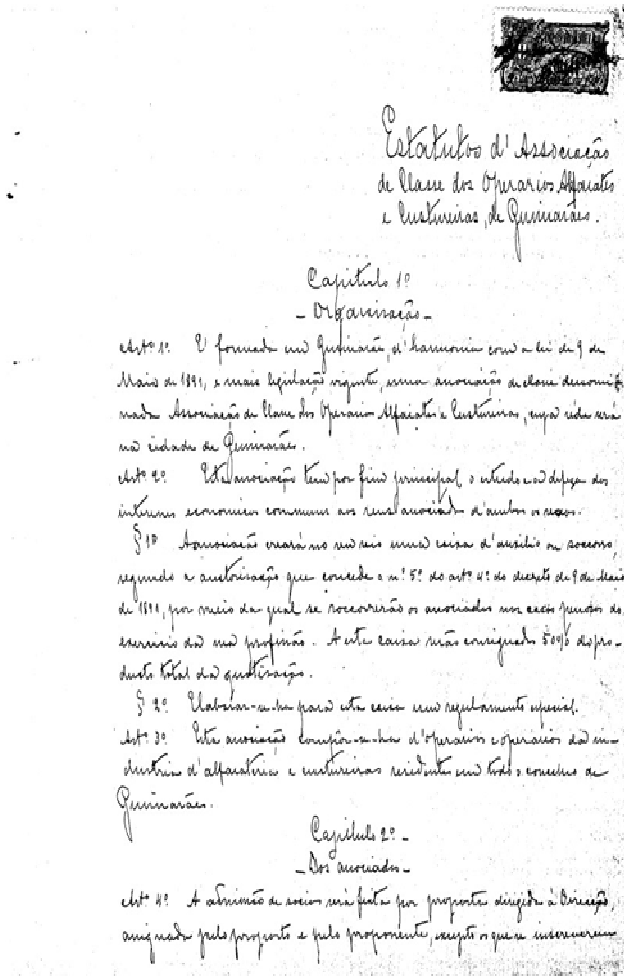
O 1º aniversário da Associação só foi comemorado quando os estatutos foram aprovados pelo governo.<sup>52</sup> O seu alvará foi aprovado pelo governo da Primeira República, em 14 de Janeiro de 1911. O Presidente da Direcção, no discurso que proferiu no dia da inauguração solene desta Associação de Classe, insistiu que “...esta associação estranha à política partidarista e sectária, procurará criar todavia cidadãos conscientes, orientando o espírito, formando a vontade, educando o carácter, para que assim melhor possamos combater a especulação da indiferença e o relaxamento cívico, orientando-nos e manifestando-nos sempre por aquelles princípios que mais auspícios de defeza tragam aos assalariados do trabalho e consequentemente aos interesses geraes da sociedade.”<sup>53</sup>

O ponto 2 do Artigo 2º dos Estatutos define que a associação criará uma “caixa d’auxílio ou socorro”, permitida pelo nº 5 do artigo 4º do Decreto de 9 de Maio de 1891, destinado a socorrer os associados no exercício das suas profissões. A essa caixa, com um regulamento especial, estavam consignados 50% do produto das quotizações. O ponto 2 do artigo 4 estabelece que os sócios teriam a faculdade de conferir poderes a seus pais, irmãos ou “pessoa que com elles conviva” para as representar na Assembleia-Geral. O acesso à associação exigia aos sócios o pagamento da quota semanal de 30 réis, o pagamento de 40 réis por uma caderneta, 20 réis pelo requerimento de admissão, 40 réis por um exemplar do estatuto, 80 réis pelo distintivo e 20 réis por mês para despesas de cobrança. Pagaria ainda, de uma só vez ou em 10 prestações no prazo de um ano, a quantia de mil réis como jóia de entrada, excepto os que se inscreveram antes da aprovação dos estatutos (artigo 5). Ficariam isentos do pagamento das quotas os sócios desempregados ou aqueles que fossem vítimas de doenças prolongadas. Esta associação terá sido dissolvida em 1938 pelo Decreto-Lei nº 23.050 de 1933, que extinguiu todas as associações de classe.

---

<sup>52</sup> A Velha Guarda, 14-11-1910, p.2.

<sup>53</sup> A Alvorada, 22-04-1911, p. 2.



Frontispício dos Estatutos da Associação de Classe dos Operários Alfaiates e Costureiras de Guimarães, datado de 27 de Maio de 1910.

Em 16 Junho de 1911, os alfaiates e costureiras de Guimarães deram por terminada a greve depois de conseguirem os seguintes aumentos:

- Obra de mangas: aumento de 100 a 300 réis;
- Calças: 40 a 100 réis;
- Coletes: 30 a 180 réis;
- Os operários que trabalhavam por dia conseguiram um aumento de 15% .

MINISTRO  
do  
FORNIMENTO

REPÚBLICA PORTUGUESA

*Logo antes, como Presidente do Governo Provincial da República Portuguesa, nos que este estatuto versa, que se tinham perante os estatutos com que se fundou constituída a Associação de Classe com a denominação de Associação de Classe dos Operários Alfaiates e Costureiras de Guimarães, de Guimarães, e nos seus estatutos.*

*12/4/12*

*Fôdo o artigo 3.º do decreto de 14 de maio de 1891.*  
*Não foi bem approvado os estatutos da Associação de Classe dos Operários Alfaiates e Costureiras de Guimarães.*

*que existiam de pouco, competidos se auctor, e tres, artigos e demais com este estatuto offerecidos pelo Alvará de 14 de maio de 1891, com a seguinte alteração de que este approvado com o seguinte se devesse dar para que o estatuto, não cumprissem os seus estatutos, não pôde ao governo as informações que elle lhe pede sobre os officios de sua responsabilidade, a que se refere o n.º 1.º do artigo 3.º do citado decreto de 14 de maio de 1891, não decompõe devidamente os officios que elle firmou incumbidos por dois officios, ou finalmente, quando violou o mesmo decreto, por não se desobrigar a ser qual que hypothese ou eventual regular. Deveria-se portanto, que todos os estatutos, e que em consequência do este estatuto se tornaram, e cumpriram e foram cumpridos e guardados tão evidentemente como cedeu ao contentor.*

*Não houve direito de usasí nem emolumentos por os não deves.*  
*E, por fim, de que este é, não mais por mais officios, e rellam com o dillo de arch. Quele nos Paços do Governo da República, em 14 de Janeiro de 1911, de nos mandamos e cccc.*

*Alvará de 14 de Janeiro de 1911*

*Alvará*


Alvará dos Estatutos da Associação de Classe dos Operários Alfaiates e Costureiras de Guimarães, datado de 14 de Janeiro de 1911.

Os serões seriam desde o dia 15 de Outubro a 28 de Fevereiro e deixariam de existir os ex-officios.<sup>54</sup>

Reagindo contra a carestia de vida perante as autoridades municipais, em especial contra a subida do preço do milho, em 24 de Julho de 1912 reuniu em assembleia magna.<sup>55</sup> Em 23 de Maio de 1919, os operários alfaiates e

<sup>54</sup> Comércio de Guimarães, 30-04-1911, p. 3.  
<sup>55</sup> Comércio de Guimarães, 23-07-1912, pp. 2-3.

costureiras de Guimarães, “mantendo uns e outros na mais completa harmonia e sossego”, declararam-se em greve exigindo aumento de ordenado.<sup>56</sup>

<p><b>Indicações de serviço</b></p> <p>Linha _____</p> <p>Estação _____</p> <p>E. _____</p> <p>Recebe _____</p>	 <p>Modelo n.º 78-B</p> <p>Nos telegrammas internacionais deve remanes pelo aparelho telegráfico a primeira figura depois do nome da estação expeditora e o número de ordem do telegramma, o segundo entre as palavras taxadas e os restantes designam a data e a hora do despacho.</p> <p>O Estado não é responsável pelas consequências resultantes de erro, demora ou extravio das correspondências telegráficas.</p> <p><b>Advertências.</b> — Esta mensagem deve acompanhar qualquer reclamação que o expeditor ou o destinatário fizerem acerca de erros na transmissão ou demora na entrega.</p> <p>1908 - JORNADA NACIONAL - 1910-1911</p>	<p><b>Recepção</b></p> <p>N.º _____</p> <p>Registado por _____</p> <p>Expedido às _____</p> <p>por _____</p> <p>Marcas de dia da estação _____</p>
<p><b>Indicações eventuais</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>		
<p>Os guimaraes (31,-51,-7,-10/45' W Polares _____ Em _____ de _____ de _____)</p> <p>a associacao de classe operarios e operarias alfaiates e costureiras de guimaraes reunida em assembleia geral deliberou por unanimidade felicitar na pessoa de v. excia o governo da republica portuguesa e pedir a aprovacao dos seus estatutos _____</p> <p>_____ o presidente + joao cardoso _____</p>		

## A Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil de Guimarães

A Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil de Guimarães foi criada em 1911. O requerimento da aprovação dos Estatutos, dirigido ao Presidente do Conselho de Ministros, tem a data de 15 de Abril de 1912. O Alvará desta associação de classe foi concedido em 13 de Setembro do mesmo ano.

Nos termos do Decreto de 9 de Maio de 1871, esta associação, além de defender os interesses económicos comuns aos associados, procurava a ilustração dos operários deste ramo, criando escolas para os sócios e seus filhos, uma biblioteca e um gabinete de leitura (nº 1, artigo 2º). Previa ainda a realização de conferências e preleções “sobre assumptos económicos ou quaisquer outros de interesse geral da classe” (nº 2, artigo 2º).

Além disso, o artigo 3º previa a criação de uma caixa de socorros para os sócios doentes ou incapacitados e o estabelecimento de cooperativas de crédito e consumo. Podiam ingressar nesta associação todos os indivíduos de ambos os sexos, maiores, sem distinção de nacionalidade, mas residentes no concelho de Guimarães, que laborassem em qualquer ramo da indústria têxtil, desde que não fossem industriais.

No momento em que esta associação de classe foi criada, vivia-se um ambiente de entusiasmo republicano. Além de se apresentar como um

<sup>56</sup> Comércio de Guimarães, 23-05-1919, pp. 2-3

movimento de união operária contra os abusos do patronato, procurou instituir uma caixa de socorros. A sua gestão e a forma como distribuía os subsídios, constituiu fonte de discórdia, gerando mesmo propaganda anti-associação, dados os escassos recursos existentes e as aparências de favorecimento que suscitava.<sup>57</sup>

A acta da Assembleia-Geral de 25 de Outubro de 1914 dá conta de conflitos internos, resultantes da divisão entre os operários na secção de Pevidém. Refere que "os patrões que até aqui tinham andado receosos pela boa união e camaradagem que notavam entre os seus operários, começam agora a levantar a cabeça, fazendo vociferações absurdas e destemperadas, que até agora tinham sofreado"<sup>58</sup> Outras acções perpassam pelas actas desta Associação. Em 17 de Outubro de 1915, toma a decisão de retirar a sua adesão à União Nacional Operária (Manuel da Silva Guimarães era delegado nesta União), por desencontro ideológico, ao que parece.

Com a Grande Guerra, as dificuldades de trabalho acentuaram-se. Os operários têxteis mostraram preocupação com o abastecimento nacional de rama de algodão e carvão, que era insuficiente e punha em causa os postos de trabalho.

Em 1919, instada por circular do Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral a indicar três nomes de operários para constarem de uma relação de nomes, em relação aos quais o Ministro do Trabalho escolheria os representantes portugueses ao Congresso do Trabalho, a realizar em Washington, a Associação indica três nomes, com a proposta, aprovada na Assembleia, de que "se fizesse saber a S. Ex.<sup>a</sup> que a nossa classe no momento actual não acha que os mesmos companheiros ou outros estejam na altura de poderem cumprir o mandato de representarem o operariado português no mesmo congresso".<sup>59</sup>

No início da década de 30, esta associação atravessou uma fase de grande conflitualidade. Foram enviadas exposições ao governo, aprovadas em Assembleia Geral, sobre as arbitrariedades dos Directores da Fábrica de Fiação e Tecidos de Guimarães, em Campelos, e as violações no cumprimento do horário de trabalho de 8 horas<sup>60</sup>, um problema que vai manter-se, nesta fábrica de Campelos e em quase todas as fábricas da região.

Na acta da Assembleia-Geral de 19 de Abril de 1931, reconheceu-se "grande necessidade de ser levantada esta Associação visto a mesma encontrar-se em decadência, pois se a mesma tivesse vida e forças não haveria tantas dificuldades quando do movimento para o horário de trabalho de 8 horas"<sup>61</sup>. Nada consta sobre a participação desta associação nos movimentos de protestos e greves que, em Maio de 1932, sacudiram o mundo do trabalho,

---

<sup>57</sup> Alves, Jorge Fernandes Alves (2002) - Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. In Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (Coord.) - Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, pp. 112-125.

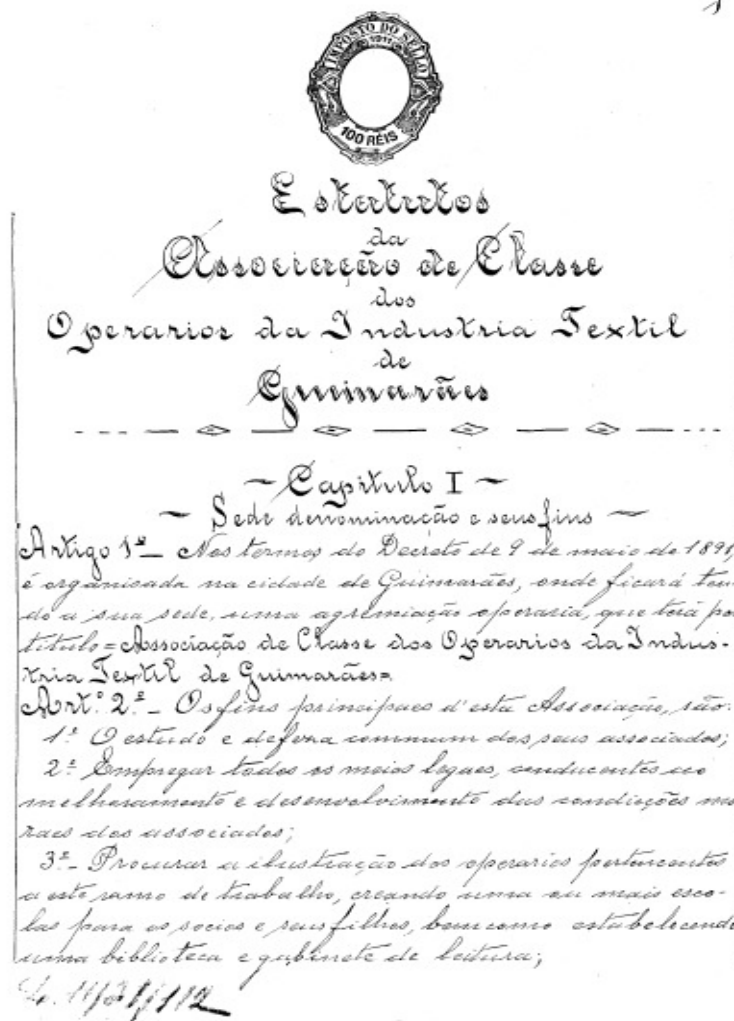
<sup>58</sup> Acta da Assembleia-Geral de 25-10-1914, cit. por Jorge Fernandes Alves, op. cit.

<sup>59</sup> Acta da Assembleia-Geral de 15-09-1919, cit. por Jorge Fernandes Alves, op. cit.

<sup>60</sup> Acta da Assembleia-Geral de 23-05-1930, *idem*

<sup>61</sup> Acta da Assembleia-Geral de 19-04-1931, *ibidem*.

nomeadamente no têxtil algodoeiro nortenho, contra o desconto obrigatório de 2% sobre o salário para a Caixa de Auxílio aos Desempregados.<sup>62</sup>



Frontispício dos Estatutos da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil de Guimarães, aprovados em Assembleia-Geral realizada a 12 de Abril de 1912.

<sup>62</sup> Alves, Jorge Fernandes (2002) – *op. cit.*, p. 125.



Não conhecemos o processo de transformação desta associação de classe em sindicato nacional, consequência da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional. Parece certo que o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga se constituiu em torno desta associação. Pela memória das dificuldades associativas, esta mudança era vista pelos operários com alguma expectativa. Esperavam um tempo de paz no sector têxtil. O Governador Civil, presente na festa da inauguração, discursou referindo-se às vantagens que o Estado Novo traria ao operariado e à sociedade: "a organização corporativa vem livrar o operário da trágica situação que o liberalismo lhe deixou. Nela encontrarão os trabalhadores a defesa que desejam e o bem-estar que nunca conseguiram daqueles que falavam em seu nome". Não se eximiu de condenar o sistema liberal que, "usando da trilogia da liberdade, igualdade e fraternidade, perseguem os operários metralhando-os quando eles pedem pão para os seus filhos".<sup>63</sup>

A "burocratização dissuasora"<sup>64</sup> exigida pelo sindicato aos operários queixosos das arbitrariedades cometidas pelas entidades patronais, sobretudo na região de Riba d'Ave, desencorajaram os mais activos e convidaram à inércia.

As dificuldades em realizar sessões de propaganda sindical junto das fábricas eram cada vez mais visíveis. Tal aconteceu quando o Administrador do Concelho de Famalicão proibiu a sessão de propaganda do Sindicato em Delães, obrigando o delegado do Instituto Nacional do Trabalho a fazer ele mesmo essa sessão de propaganda a favor do sindicato e pelo cumprimento do horário de trabalho (acta de 01-04-1935).

Estando já fora do período cronológico deste estudo, podemos dizer que, de modo progressivo, se procurou enquadrar o operariado no ideal corporativo do Estado Novo.

## A Associação de Classe dos Operários Pentieiros de Guimarães

As informações sobre esta associação de classe são escassas. Sabemos apenas que a Associação de Classe dos Operários Pentieiros reuniu na segunda quinzena de Fevereiro de 1917 com o objectivo de estudar as medidas a tomar perante a crise que a sua classe atravessava. Considerou-se que grande número destes operários estava sem trabalho devido ao elevado preço a que chegou a matéria-prima, situação atribuída ao "desenfreado açam-

---

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Ibidem.

barcamento da referida matéria-prima por parte de regatões espanhóis que em toda a parte aparecem e com tudo negociam."<sup>65</sup>

## A Associação de Classe dos Empregados de Comércio de Guimarães

A Associação de Classe dos Empregados de Comércio foi criada em Fevereiro de 1900. A sua sede localizava-se na Rua da Rainha, contudo, é provável que tenha funcionado inicialmente na Rua das Lamelas.<sup>66</sup>

A criação desta associação foi considerada pela imprensa local como “um importante melhoramento, que constitue uma garantia para a classe onde encontrão instrucção e recreio bastante a desvia-los d'outros centros que lhes possam prejudicar a sua carreira.” Os negociantes da cidade apoiaram esta iniciativa que “mais garantias lhes offerece para o bom emprego das horas de folga que dispensam aos seus empregados.”<sup>67</sup>

O alvará dos estatutos desta associação apenas foi aprovado no dia 28 de Dezembro de 1901.<sup>68</sup> Em Maio, a direcção informava todos os sócios que se encontrava aberta a inscrição para as aulas do instituto desta associação. Eram leccionadas as disciplinas de Língua Francesa, Conversação Francesa, Contabilidade, Escrituração Comercial e Geografia (a necessária à actividade do comerciante). A inscrição fazia-se na sede da associação, aos domingos, das 3 às 4 horas da tarde.<sup>69</sup>

Em 22 de Agosto de 1901, na sede da associação, houve uma reunião da comissão incumbida de aplicar a decisão de encerramento das lojas de comércio aos domingos, a partir das duas horas da tarde. Essa medida seria implementada a partir do dia 15 de Setembro. Para tal, dariam conhecimento dessa resolução a todos os comerciantes da cidade, à Associação Comercial e ao público.<sup>70</sup> Mais adiante, na edição de 3 de Setembro, o jornal “Comércio de Guimarães” noticiava que a mesma comissão se propôs criar “escolas, biblioteca e outros melhoramentos de grande vantagem para os sócios”. A implementação da medida foi comemorada pela associação. Nessa cerimónia inaugurou-se um curso destinado ao aperfeiçoamento dos marçanos, dirigido pelo professor de instrucção primária da cidade, João de Deus Pereira.<sup>71</sup>

---

<sup>65</sup> O Republicano, 24-02-1917, p. 3.

<sup>66</sup> Comércio de Guimarães, 23-02-1904, p. 2.

<sup>67</sup> Comércio de Guimarães, 23-02-1900, p. 2.

<sup>68</sup> Comércio de Guimarães, 31-12-1901, p.2.

<sup>69</sup> Comércio de Guimarães, 15-05-1900, p. 2.

<sup>70</sup> Comércio de Guimarães, 27-08-1901, p. 2.

<sup>71</sup> Comércio de Guimarães, 10-09-1901, p. 3.

O encerramento dos estabelecimentos aos domingos não foi uma medida fácil de implementar. Na edição de 31 de Dezembro de 1901, o jornal “Comércio de Guimarães” faz referência a algumas irregularidades no cumprimento desta resolução, atribuídas, na opinião da referida comissão, às transacções próprias da época natalícia. Apesar deste constrangimento, a comissão congratulou-se pela manutenção da resolução do encerramento. No entanto, o mesmo semanário, ao referir-se à eleição da direcção para o ano de 1902, aludiu à falta de lealdade de alguns comerciantes relativamente a esse encerramento.<sup>72</sup>

Em Fevereiro do ano seguinte ainda se discutia o descanso semanal. Em reunião da direcção, foram apresentados diversos ofícios das colectividades congéneres do Porto e de Lisboa e da Associação Comercial de Guimarães em resposta a uma missiva que lhes foi enviada, na qual declarava aderir ao movimento do descanso hebdomadário, apontando o Domingo como o dia mais indicado.<sup>73</sup> Um artigo sobre este assunto, publicado no mesmo jornal em 17 de Fevereiro desse ano, considerava que o descanso dominical propiciava “a instrução recreativa, o estudo necessário na sua associação, o recreio civilizador, o passatempo enfim inoffensivo, que venham substituir essas longas horas passadas ao domingo junto ao balcão...”<sup>74</sup>

O 2º aniversário do encerramento dos estabelecimentos ao domingo foi comemorado por esta Associação de Classe, no dia 17 de Setembro. A comissão dos encerramentos resolveu que a sua comemoração fosse feita num “jantar em classe” e com um embandeiramento e iluminação “à veneziana” na fachada da sua sede à rua Paio Galvão.<sup>75</sup>

Uma notícia, publicada na edição de 25 de Setembro do referido jornal, faz referência a um “opíparo e variado jantar”, servido pelo Grande Hotel do Toural, na Quinta do Campo, ao ar livre, acompanhado pela “Nova Philarmónica Vimaranense” que executou um hino musical original do “distinto professor de música Rev. Padre Eugénio da Costa Araújo Motta com letra do primoroso poeta dr. Braúlio Caldas.”<sup>76</sup>

A intervenção desta associação de classe extravasava por vezes a vida local. Numa reunião da direcção, no dia 21 de Abril, em resultado de um ofício que recebera da Sociedade Literária Almeida Garrett, fazendo referência à trasladação dos restos mortais de Almeida Garrett para os Jerónimos, prevista para o dia 3 de Maio, foi resolvido, por unanimidade, officiar à sua Associação congénere de Lisboa para a representar no Cortejo e embandeirar e iluminar a sua sede. Nesta mesma sessão, também se decidiu telegrafar ao ministro do Reino da Justiça, pedindo-lhe a sua coadjuvação no pro-

<sup>72</sup> Comércio de Guimarães, 07-02-1902, p. 3.

<sup>73</sup> Comércio de Guimarães, 06-02-1903, p. 3.

<sup>74</sup> Comércio de Guimarães, 17-02-1903, p. 1.

<sup>75</sup> Comércio de Guimarães, 15-09-1903, p. 3.

<sup>76</sup> Comércio de Guimarães, 25-09-1903, p. 2.

jecto de lei para o descanso dominical, que brevemente iria ser apresentado em cortes.<sup>77</sup>

A criação da Caixa de Socorros da Associação de Classe dos Empregados de Comércio só foi discutida na reunião da Assembleia-Geral, realizada nos finais de Maio de 1906. Esta assembleia, convocada com o objectivo de nomear para sócio honorário António Henriques dos Santos, pelos serviços prestados à Associação, decidiu também a criação de uma Caixa de Socorros anexa à corporação. Para tal, propôs-se a cada sócio um acréscimo de 100 réis na sua quota. A proposta foi aprovada por unanimidade.<sup>78</sup>

As informações que conseguimos obter sobre a Associação de Classe dos Empregados de Comércio de Guimarães revelam que o final da primeira década do século XX foi agitado. Num manifesto que circulou no dia 14 de Maio de 1908, a Direcção reprovou os distúrbios que nos últimos tempos tinham ocorrido, consequência da luta entre alguns comerciantes e os estudantes, insistindo que os empregados de comércio foram sempre ordeiros e pacíficos.<sup>79</sup> Desconhecemos as causas dessa luta. Na Assembleia-Geral convocada para o dia 19, domingo, com o propósito de eleger os seus Corpos Gerentes, constatou-se que o “infeliz insucesso de factos recentes” (não diz quais) abalaram a instituição.<sup>80</sup>

**Tabela 5 - Movimento associativo da Associação de Classe dos Empregados de Comércio (ano de 1924)**

	Honorários	Protectores	Correspondentes	Beneméritos	Efectivos	Total
Sócios em 31 de Dez. de 1923	9	53	23	1	159	245
Sócios eliminados em 1924		5			30	35
Falecidos em 1924					3	3
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>48</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>126</b>	<b>207</b>
Sócios admitidos durante o ano de 1924		13	3		40	56
Sócios em 31 de Dez. de 1924	9	61	26	1	166	263

Relatório cota: SMS BS 1-2-26

<sup>77</sup> Comércio de Guimarães, 21-04-1903, p. 3.

<sup>78</sup> Comércio de Guimarães, 01-06-1906, p. 2.

<sup>79</sup> Comércio de Guimarães, 15-05-1909, p. 2.

<sup>80</sup> Comércio de Guimarães, 21-12-1909, p. 2.

Em Fevereiro de 1912, o bissemanário “Comércio de Guimarães” informou sobre a confusão na Assembleia-Geral da Associação de Classe dos Empregados de Comércio por causa do retrato do vimaranense João Franco, sócio honorário, exposto na sede. O desacato chegou ao ponto de partirem o vidro do quadro e rasgarem o retrato. No dia 4 de Fevereiro, houve outra reunião de sócios convocada para apreciar os incidentes e para novamente ser recolocado o referido quadro. A sessão foi agitadaíssima. Como o conflito não ficou sanado, foi convocada nova reunião para o domingo seguinte.<sup>81</sup> Não conhecemos o desfecho desta contenda.

Em Abril deste ano, reinava novamente a confusão nesta Associação de Classe. O motivo da polémica foi o assalto e o roubo do quadro do sócio honorário Marianno Felgueiras.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> Comércio de Guimarães, 06-02-1912, p. 2.

<sup>82</sup> Comércio de Guimarães, 19-04-1912, p. 1.

## O Cooperativismo

O Cooperativismo nunca teve a amplitude e a prosperidade do mutualismo associativo. Embora as primeiras cooperativas de consumo tenham surgido em Portugal também na segunda metade do século XIX, elas não eram mais do que 17 ao entrar no século XX, agremiando menos de 4.000 pessoas. Durante a Primeira República, eram 62 e o número de sócios rondaria os 20.000. Em 1919, havia 136, com cerca de 43.000 associados. No início da década de 20, verificou-se um significativo aumento destas instituições. Em 1920, eram 421, com mais de 100.000 sócios, e em 1922, altura em que atingiram o seu apogeu, o seu número chegou a 472, com 116.000 sócios. Em 1929, eram só 271, com 76.214 sócios. Destas, 150 eram de consumo e 37 de produção.<sup>1</sup>

### A Económica Vimaranesa - Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada

Segundo o jornal “Comércio de Guimarães”, a fundação desta instituição, em Setembro de 1916, criou bastante entusiasmo devido à enorme carestia dos géneros alimentícios. Lê-se neste periódico que a abertura da “Económica Vimaranesa” foi aguardada com muita ansiedade, num momento em que se procurava atenuar o problema da subida dos preços que afectava, em especial, os pobres.<sup>2</sup>

O semanário “O Republicano”, na edição de 26 de Agosto deste ano, noticia que Guilhermino Barreira, Joaquim Penafort Lisboa e Guilhermino Alberto Rodrigues, tiveram a iniciativa da criação de uma cooperativa de géneros alimentícios em Guimarães. O capital seria convertido em acções de 5\$00 cada uma, não podendo, cada accionista, possuir mais de 10 acções. Foram pedidos os estatutos ou regulamentos de cooperativas do Porto, Vila Nova de Gaia e Coimbra que se encontravam então “em estado florescente”.<sup>3</sup> Passados alguns dias, a comissão fundadora da cooperativa reuniu na casa de Guilhermino Augusto Barreira. Nesta reunião, marcaram presença personalidades locais como Álvaro Costa Guimarães, João Rodrigues Loureiro,

---

<sup>1</sup> Nova História de Portugal, Direcção de SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES A. H.. Portugal, da Monarquia para a República. Coordenação de A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, 1991, p. 239.

<sup>2</sup> Comércio de Guimarães, 26-IX-1916

<sup>3</sup> O Republicano, 26-VIII-1916, p. 3

João de Faria e Sousa Abreu, José Gonçalves, José Jacinto, Gaspar Ribeiro da Silva Castro, Carlos Alberto Machado e Joaquim Penafort Lisboa. Este último e Guilhermino Barreira, como já referimos, os autores desta iniciativa, apresentaram a relação nominal dos indivíduos que integrariam a sociedade. Os seus corpos gerentes foram eleitos por aclamação.

Decidiu-se denominar esta cooperativa por "A Económica Vimaranesse". Inspirados em estatutos e regulamentos de outras cooperativas do país, João Abreu, tesoureiro da Câmara Municipal, José Jacinto e José Gonçalves ficaram com a incumbência de elaborar os desta cooperativa. Previa-se que, no prazo de oito dias, os novos estatutos seriam apresentados à Assembleia-Geral, para discussão, e que a nova cooperativa abriria as portas nos primeiros dias de Outubro. A Cooperativa "A Económica Vimaranesse" ficou instalada na Casa do Terrinha, no então chamado Passeio da Independência.<sup>4</sup>

Para a discussão e aprovação dos Estatutos, os accionistas da cooperativa reuniram em Assembleia-Geral no teatro D. Afonso Henriques. Esta sessão foi presidida pelo major de infantaria 20, o vimaranense Duarte Amaral, secretariado por Francisco José de Carvalho e Oliveira Júnior e João de Faria e Sousa Abreu. Foram 260 os accionistas e sócios fundadores. Os estatutos da Económica Vimaranesse foram aprovados em 11 de Outubro de 1916, mas a abertura só ocorreu no dia 6 do mês seguinte.<sup>5</sup>

O fim desta sociedade era o de fornecer aos sócios géneros alimentícios para eles e para as suas famílias, "podendo de futuro fornecer quaisquer outros artigos de economia doméstica, quando isso seja resolvido pela Assembleia-Geral".<sup>6</sup>

Podiam pertencer à sociedade todas as pessoas de maioridade, sem distinção de sexo e com residência no concelho de Guimarães, bem como os estabelecimentos de beneficência ou instrução, representados pelos seus administradores ou directores e as viúvas e filhas solteiras de sócios falecidos que estivessem a viver na dependência destes à data do seu falecimento e que quisessem continuar a pertencer à sociedade.

Não podiam ser sócios indivíduos estabelecidos ou societários de estabelecimentos cujo ramo de comércio fosse o mesmo da sociedade, sócios de ambos os sexos que se estabelecessem no mesmo ramo de comércio da cooperativa, ou ainda os que contraíssem matrimónio com indivíduos atingidos pelos impedimentos atrás referidos.

Entre os deveres dos sócios estava o pagamento da quantia de 1\$00 de jóia de inscrição e a de \$10 pelo exemplar dos estatutos e ter de sujeitar-se aos prejuízos sociais, proporcionalmente ao número de acções que possuíssem. A responsabilidade do sócio era limitada ao número de acções que possuíssem (nº 4, artigo 7º).

Os sócios tinham direito à parte proporcional dos lucros obtidos, salvo se houvesse prejuízos (nº 4, artigo 7º), e a fornecer-se de géneros alimentícios

<sup>4</sup> O Republicano, 09-09-1916, p. 7

<sup>5</sup> O Republicano, 11-09-1916, p. 3.

<sup>6</sup> Echos de Guimarães, 29-10-1916, p. 2.

conforme o determinado no capítulo 10º, referente ao consumo. Neste capítulo, pode ler-se que todos os sócios tinham direito a fornecer-se dos géneros para a sua alimentação e família. Os que se fornecessem a crédito teriam que pagar o seu débito até ao dia 10 do mês seguinte àquele em que se forneceram. Por outro lado, a importância dos géneros fornecidos a crédito durante o mês não poderia exceder 90% do seu crédito na sociedade. Ao sócio que deixasse de satisfazer o seu débito, na forma determinada anteriormente, ser-lhe-ia descontada a importância de todo esse débito no crédito que tivesse na sociedade, perdendo ainda a qualidade de sócio e o direito aos 10% restantes, os quais reverteriam em benefício da sociedade. Todos os sócios que recorressem ao fornecimento a crédito seriam obrigados a requisitar à direcção uma caderneta que pagariam pelo preço que custasse à sociedade. Nesse documento, a direcção anotaria o crédito do sócio, a importância do seu débito e as quantias que ele entregasse por conta desse débito.

Competia à direcção, entre muitas outras coisas, contratar o fornecimento ou fazer aquisição, pelos meios que julgasse mais vantajosos, de todos os bens destinados ao consumo dos sócios. Estes géneros seriam distribuídos pelo preço da factura e mais encargos, com um acréscimo nunca superior a 5%, em benefício da sociedade.

Os fundos da sociedade eram de dois tipos: o Fundo Disponível e o Fundo de Reserva. O primeiro foi fixado na importância mínima de 3.000\$00 e era constituído pelo capital da sociedade, representado por acções nominativas de 5\$00, cada uma. Estas acções só seriam transmissíveis aos sócios desta cooperativa. A sua transmissão a indivíduos estranhos à sociedade deveria ter a anuência da direcção, depois de lhe ter sido feito o pedido por escrito pelo possuidor da acção ou acções. As acções começavam a vencer juros seis meses depois da cooperativa principiar o seu funcionamento, nunca podendo ser superior a 6%. Por outro lado, o capital de cada sócio nunca poderia ser superior a 20 acções.

O fundo de reserva era constituído por 5% dos lucros anualmente liquidados, pelo produto das jóias dos sócios, pelas multas impostas aos sócios, pelos donativos ou legados, pelo capital dos sócios que falecessem sem herdeiros ou legatários e por quaisquer lucros desta sociedade. Este fundo podia ser utilizado, essencialmente, para fazer face aos prejuízos resultantes de operações legais e suportar as despesas de instalação.

Todo o sócio que recusasse servir no cargo para que legalmente fosse eleito (ou deixasse de exercer o cargo que estivesse a desempenhar) incorria na multa de 5\$00, considerando-se, nesse caso, como se o tivesse servido. No caso de reincidência, perderia o direito de sócio (Cap. XI, artigo 48º). Perderiam ainda o direito a sócio os que, por má fé ou negligência, quando provadas em Assembleia-Geral, tivessem causado qualquer prejuízo à sociedade, os sócios que não amortizassem as dívidas à cooperativa nas condições impostas ou os que, em seu nome, requisitassem artigos da cooperativa para pessoas estranhas. Ao sócio excluído, seria entregue o capital líquido de todos os seus compromissos. Ser-lhe-ia entregue 8 dias depois da sua exclusão, perdendo, no entanto, o dividendo relativo ao semestre em que foi excluído e o direito ao fundo de reserva.



As acções do sócio falecido que fossem para a posse, por meio de herança ou legado, de quaisquer pessoas que estivessem impedidas de serem sócios da sociedade deviam ser liquidadas pela direcção no prazo de quinze dias.

As funções dos corpos gerentes desta sociedade eram exercidas de forma gratuita.<sup>7</sup>

Do relatório de gerência de 1920 desta Sociedade Cooperativa de responsabilidade limitada, transparece uma situação desafogada. No entanto, sabemos que esta instituição, dada a insuficiência de fundos que assegurassem o cumprimento das suas obrigações, conseguiu, sob responsabilidade individual da sua direcção, um crédito de 40.000\$00 da filial do Banco Nacional Ultramarino, em Guimarães. O relatório da Gerência de 1920, apresentado em 21 de Fevereiro de 1921, pela direcção composta por Carlos Alberto Machado, João de Faria Sousa Abreu e Joaquim Penafort Lisboa, considera que este empréstimo permitiu “ver os armazéns desta Cooperativa reabastecidos de todos os géneros de consumo suficientes para satisfazer as requisições dos associados, e por preços mais baixos do que os do mercado local.”<sup>8</sup>

Esta sociedade cooperativa desempenhou um papel relevante no abastecimento à população operária de Guimarães em géneros de primeira necessidade. Os anos de 1920 e 1921 foram muito difíceis, devido à escassez desses bens e à carestia de vida. Em Outubro de 1920, esta Cooperativa terá evitado conflitos pela falta absoluta de azeite. Esta instituição manteve um certo equilíbrio no preço dos géneros e assegurou o azeite indispensável ao consumo de todos os seus sócios, que eram perto de mil. Rapidamente esgotou o que lá existia.<sup>9</sup> O valor das vendas (sobretudo as vendas a crédito) entre Agosto de 1920 e Abril de 1921 (gráfico 1) revela que os serviços da Económica Vimaranesse foram muito solicitados pelos vimaranenses, seguramente pelos mais necessitados. Em finais de Abril de 1920, os mesmos directores informaram os associados que, a partir de 1 de Maio, nos dias úteis, no horário de expediente, na sede da cooperativa, iniciava o pagamento dos juros das acções relativas aos anos de 1917, 1918 e 1919. As relações para receber os referidos juros podiam ser requisitadas na mesma Cooperativa no mesmo horário. O dividendo que deu aos seus associados foi, como já referimos, de 6%, o máximo permitido pelo artigo 40º do seu estatuto.<sup>10</sup> Na sua edição de 30 de Dezembro de 1924, o periódico “Comércio de Guimarães” informou que as eleições para a direcção que iria servir no ano de 1925 foram muito renhidas. Na sua tomada de posse, realizada em 1 de Janeiro, a nova direcção da Cooperativa Vimaranesse mostrou-se disposta a beneficiar

---

<sup>7</sup> Estatutos da Económica Vimaranesse, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, criada em 11 de Outubro de 1916 In jornal “Echos de Guimarães”, edição de 29 de Outubro de 1916.

<sup>8</sup> Relatório de Gerência de 1920, apresentado em 21 de Fevereiro de 1921 (SMS B.S. 1-2-25)

<sup>9</sup> Comércio de Guimarães, 08-10-1920

<sup>10</sup> Comércio de Guimarães, 15-03-1921, p. 2.

os sócios, “proporcionando-lhes benefícios que a sua antecessora nunca dera”. O jornalista considerou louvável esse desejo, pois a Cooperativa não tinha, até à data, desempenhado o papel para que tinha sido criada. Na mesma notícia, podia ler-se que em breve seria criada uma padaria para benefício dos seus sócios.<sup>11</sup>



As críticas ao funcionamento desta Cooperativa surgem noutros momentos. Em 28 de Fevereiro de 1928, o mesmo jornal divulgou a convocatória da direcção para uma reunião com os associados no dia 4 do mês seguinte, pelas quinze horas, no salão da Associação Artística Vimaranesse. O jornalista, fazendo alusão ao relatório da direcção onde esta lamenta que os sócios nem sempre preferem a sua associação “prejudicando o fim para que foi creada”, assume uma posição crítica relativamente à sua actividade. Refere-se aos rumores que circulam pela cidade e que afirmam que esta instituição não cumpre os seus objectivos. Considera que “se os sócios não preferem a sua Cooperativa, (...) deve haver motivos que a isso os obriguem. É preciso que esses motivos desapareçam...”.<sup>12</sup>

Do exercício de 1920 resultaram lucros de 5.642\$16, o que permitiria distribuir aos sócios um lucro superior aos 6% estipulado no artigo 40º do Estatuto. Tal não foi possível porque esse artigo não o permite. Em 1921, a “Económica Vimaranesse” tinha 980 sócios.

<sup>11</sup> Comércio de Guimarães, 30-12-1924, p. 2.

<sup>12</sup> Comércio de Guimarães, 28-02-1928, p.2.

## A Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães e Caixa de Socorros

A nossa referência à Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães justifica-se não só pela sua importância no tecido industrial local mas, sobretudo, porque foi uma referência local no apoio ao seu operariado, concretamente, através da criação de uma caixa de socorros mútuos, uma escola, um bairro operário, e outros serviços. Na nossa incursão pela imprensa vimaranense, nas três primeiras décadas do século XX, encontramos algumas referências à acção desta companhia na assistência aos seus operários.

A Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, também designada por Fiação e Tecidos de Guimarães, foi fundada em 12 de Janeiro de 1863, em Campelos. O seu primeiro gerente terá sido o Visconde de Sendello. O seu director foi o engenheiro James Lickfold.<sup>13</sup>

Em 1902, esta Companhia já possuía um bairro operário. Este edifício serviu como garantia de uma hipoteca.<sup>14</sup>

A preocupação social desta empresa, uma sociedade anónima, ganhou progressivamente visibilidade com a promoção de uma cooperativa de consumo, com a distribuição de socorros a doentes e enfermos, a subvenção de escolas e a construção de casas para operários.<sup>15</sup>

Em 1911, um articulista do semanário republicano “A Alvorada”, com ironia, duvidou das intenções filantrópicas dos responsáveis da Companhia,

“A Companhia da Fábrica de Campelos que sabe muito em reparar o espírito dos seus assalariados, deu-lhes há três annos, talvez, uma escola e uma capella - para se emanciparem. Os operários correspondendo à generosidade capitalista, vão à missa todos os dias, manhã em flor, e à escola quando podem. O padre capelão que também é pago pela fábrica, desvia-os carinhosa e attentamente dos perigos do socialismo, pregando-lhes, que, quem soffrer com resignação neste mundo, no outro(?) terá a recompensa.

Consta-nos que de certo modo é perigoso fallar ali em República. Acreditamos que assim seja, pois nem para outra coisa lá puzeram um reverendo ao serviço dos operarios... havendo um parcho a alguns minutos de caminho. Ai a philantropia capitalista!...”<sup>16</sup>

<sup>13</sup> O Trabalho de Guimarães, nº3, 16-01-1863.

<sup>14</sup> Comércio de Guimarães, 22-07-1902, p. 3.

<sup>15</sup> Alves, Jorge Fernandes, Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. In Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (Coord.) - Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 112-125.

<sup>16</sup> A Alvorada, 13-05-1911, p.2.

### CAPÍTULO III

## O MOVIMENTO OPERÁRIO E A CONJUNTURA ECONÓMICA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX



## O MOVIMENTO OPERÁRIO E A CONJUNTURA ECONÓMICA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

### Movimento operário e carestia de vida

A solidariedade operária extravasa os interesses das associações e mobiliza-as para movimentos regionais concertados que reivindicam melhores condições de vida para o operariado em geral.

O sociólogo Léon Poincard, na sua obra “Le Portugal Inconnu”, publicada em 1909, aborda a condição do operariado da indústria têxtil. Estuda a família de um operário de Campelos, arredores de Guimarães. Este operário, de nome A. Silva, tem 5 filhos, dos quais 3 raparigas trabalhavam consigo na fiação da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães. Um dos filhos mais velhos trabalhava como ferreiro nas redondezas. Vivendo num rés-do-chão alugado, com dois quartos e cozinha, cultivava uma horta, também arrendada, com árvores de fruto e legumes, e criava um porco que lhe assegurava o abastecimento de carne para o Inverno. Esta é a imagem de marca da família operária desta região. Ainda hoje é visível, sobretudo nos operários mais velhos, a complementaridade da agricultura doméstica, virada essencialmente para a produção hortícola e a pecuária, no rendimento familiar.<sup>1</sup> Na opinião deste sociólogo, a combinação destes dois tipos de trabalho (agricultura e indústria), tornava “a mão-de-obra pouco exigente, mas também pouco hábil”, com uma produtividade muito baixa em termos comparativos.<sup>2</sup> Esta indústria têxtil sustentava-se, então, de uma mão-de-obra barata e de uma forte protecção alfandegária, virada quase exclusivamente para o mercado interno.<sup>3</sup>

Poincard considerou que, nesta época, “a organização sindical e as greves são desconhecidas por esta população operária, composta por 4/5 de

---

<sup>1</sup> POINCARD, Léon (1909) - *Le Portugal Inconnu*. Paris: Bureaux de la Science Sociale. Cit. por ALVES, Jorge Fernandes, *Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave*. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) - *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 112-125.

<sup>2</sup> Um relatório, publicado em 1921, apresentava as calorias totais fornecidas pela alimentação do operário em diversos países europeus: português: 2373, no máximo (durante a guerra, o estado quase permanente de subalimentação ainda lhe fizera baixar as calorias para 2326); italiano: 2591; russo: 2796; alemão: 3135; francês: 3220 e inglês: 4210. O seu rendimento em cavalos-vapor, durante oito horas, era um dos mais baixos da Europa: 0,0068, contra 0,0074 para o italiano, 0,0321 para o francês e 0,0671 para o inglês. em cavalos vapor que em 1921 era de 0,0068 (máximo). Cfr. OLIVEIRA MARQUES, A. H. de; SERRÃO, Joel (1991) - *op. cit.*, p. 216.

<sup>3</sup> *Idem, op. cit.*, pp. 307-310.

mulheres”. Por outro lado, “a direcção da fábrica em questão preocupa-se de uma forma louvável com o bem-estar dos seus operários”. A impressão geral era a de que a população industrial do concelho de Guimarães, tal como a dos concelhos vizinhos, vivia miseravelmente. As famílias eram, geralmente, numerosas e os salários que auferiam eram muito baixos.

Em qualquer dos casos, o operariado tinha uma vida muito difícil. O de Guimarães não fugia a esta situação. A ainda débil capacidade reivindicativa, consequência da sua também fraca organização associativa, dificultava a resolução dos sérios problemas com que se confrontavam.<sup>4</sup>

Um inquérito da Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Trabalho Industrial, publicado em 1910 no Boletim de Trabalho, nº 49, descreve as condições do operariado desta região. Destaca, entre outros factos, a ausência de contrato de trabalho; o pagamento à jorna ou empreitada; os baixos salários; o trabalho feminino e infantil; a duração do trabalho entre as 10 e as 12 horas e o descanso para almoço de 1/2 hora no Inverno; a não distinção entre trabalho nocturno e diurno; a elevada sinistralidade e morbilidade (nomeadamente, tuberculose); a total ausência de protecção social e o incipiente desenvolvimento do mutualismo, etc.

Referindo-se especificamente aos operários da fábrica de Vizela, destaca a sua falta de protecção. Realça ainda a falta de instrução (operários na sua quase totalidade analfabetos e crianças que não frequentam a escola). Nesta fábrica, milhares de mulheres e crianças trabalhavam 14 horas por dia, tendo apenas uma hora e meia para as refeições. Empregava mulheres e crianças até no trabalho nocturno, à revelia da lei, laborando 10 horas consecutivas. O salário nocturno era o mesmo que o diurno.<sup>5</sup>

Os primeiros meses de 1905 terão sido particularmente adversos para o operariado vimaranense. O semanário “A Justiça de Guimarães” noticiou que as classes operárias estavam a viver uma das maiores crises que, até então, tinham assolado o concelho. A escassez de trabalho e o aumento excessivo do preço do pão de milho colocaram as classes trabalhadoras numa situação verdadeiramente crítica e insustentável. O articulista deste jornal apelou ao administrador do concelho que providenciasse no sentido de minorar o problema. Propôs que, pelo menos, o mercado de Guimarães fosse abastecido de pão de milho americano, para que o povo trabalhador desta cidade não viesse a sofrer dos “horrores da fome”.<sup>6</sup> Alguns dias depois, o governador civil do distrito, o Visconde do Paço de Nespereira (João), entregou ao ministro das Obras Públicas uma exposição em que a Câmara Municipal de Guimarães pedia providências ao governo para o “estado angustioso

---

<sup>4</sup> Apesar disso, no início do século são já detectados alguns focos de índole grevista com impacto reduzido em 1900 (Sant’Ana) e em 1903, em Riba d’Ave. PEREIRA, Augusto de Castro (1998) – Reacções operárias nos concelhos de Famalicão e Santo Tirso. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 15: 57-68.

<sup>5</sup> Boletim do Trabalho Industrial, nº 49, p. 139.

<sup>6</sup> A Justiça de Guimarães, 02-04-1905, p 2.

em que viviam as classes pobres do norte do país, e em especial as de Guimarães, pela falta de trabalho e excessiva carestia dos cereaes, especialmente do milho grosso, que é um dos principaes alimentos do povo..."<sup>7</sup>

Procurando atenuar a miséria que afectava as famílias operárias, em 1907, a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães criou uma creche, cumprindo as disposições testamentárias do falecido benfeitor António Francisco da Costa. Este legatário colocou como alternativas para aplicação do fundo legado subsidiar as amas de leite dos expostos ou criar a dita creche. Optou-se pela segunda, por se considerar ser essa a preferência do instituidor e pelo facto de as amas serem já subsidiadas pela Câmara.<sup>8</sup>

Referindo-se a esta iniciativa, o Jornal "Comércio de Guimarães", na edição de 22 de Janeiro de 1907, informou que esta cidade iria "ser dotada d'uma instituição altamente sympathica e que certamente há-de ser objecto da solicitude dos que se compadecem da miseria em que vivem a maior parte dos filhos das operarias das fabricas."<sup>9</sup>

A comissão encarregada de elaborar o regulamento da creche foi composta por Augusto Mendes da Cunha, ministro da V. O. T. de S. Francisco; Gaspar Roriz, padre comissário, e Francisco António Alves Mendes, síndico das aulas.<sup>10</sup> O primeiro membro desta comissão ofertou, para a creche, a mobília e a roupa. O médico Pedro Guimarães ofereceu os seus serviços clínicos às crianças"<sup>11</sup>

A alocução proferida por Augusto Mendes da Cunha, no dia da inauguração da Creche (5 de Maio) foi bem esclarecedora relativamente aos problemas que afligiam as famílias operárias e expôs claramente as vantagens da criação desta creche para as mulheres com filhos que trabalhavam nas fábricas:

"... V. Ex.<sup>a</sup> sabe Snr. Presidente [da Câmara], que nas terras onde mais se acentua o desenvolvimento fabril, existe uma multidão de mulheres que moirejam de sol a sol para com o producto do seu trabalho poderem contribuir para a sustentação da família.

Estas mulheres são obrigadas, na sua grande maioria, a deixarem seus filhos nos domicílios, sujeitos a mil perigos, muitas vezes mal agasalhados e mal alimentados. D'ahi o numero pavoroso de crianças rachiticas, infezadas que quasi sempre vão incorporar-se no sinistro cortejo das pobres vitimas da tuberculose."<sup>12</sup>

---

<sup>7</sup> A Restauração, 27-04-1905, p. 3.

<sup>8</sup> Comércio de Guimarães, 10-05-1907, p.2.

<sup>9</sup> Comércio de Guimarães, 22-01-1907, p.2.

<sup>10</sup> Comércio de Guimarães, 29-01-1907, p.2.

<sup>11</sup> Comércio de Guimarães, 11-06-1907, p.3.

<sup>12</sup> Comércio de Guimarães, 10-05-1907, p.2.



Na abertura desta creche foram admitidas 9 crianças. No entanto, a frequência total durante o mês de Maio foi de 182. Foram também concedidos muitos donativos em dinheiro e em géneros.<sup>13</sup>

Durante o ano económico de 1908-1909, o movimento de crianças foi o seguinte:

Crianças do sexo masculino	127
Crianças do sexo feminino	167
<b>Total</b>	<b>294</b>
<b>Crianças que passaram pela creche durante o ano:</b>	
Crianças do sexo masculino	3084
Crianças do sexo feminino	3910
<b>Total</b>	<b>6994</b>

Recebeu ainda de donativos a quantia de 284\$295 réis e roupas de cama, calçado e utensílios para uso das crianças. Como curiosidade, a caixa das esmolas para o Pão dos Pobres de St<sup>o</sup> António, da mesma Ordem Terceira, rendeu 41\$650 réis. Foram distribuídas durante o ano económico 1.046 broas de pão por igual número de pobres e, desde o início desta instituição, 10.914 broas pelo preço de 100 réis cada, ou seja um total de 1091\$400 réis.<sup>14</sup>

No entanto, estas iniciativas não resolviam os problemas de fundo que afectavam as condições de vida dos operários. Os abusos dos patrões só eram denunciados por algumas organizações radicais, através da imprensa, que se insurgia muitas vezes contra a falta de solidariedade de classe dos respectivos operários. Apesar disso, o movimento grevista do Verão de 1910, pouco antes da instauração da República, ainda num contexto ilícito<sup>15</sup>, chegou às principais fábricas do Vale do Ave. Comícios realizados na Vila das Aves, a 17 de Julho e a 19 de Julho, liderados por representantes da Federação Geral do Trabalho e da Associação de Fiandeiras do Porto, mobilizaram um operariado numeroso e contribuíram para criar o clima favorável ao surto grevista que se seguiu. Este movimento iniciou-se a 19 de Julho, na Fábrica do Rio Vizela, e estendeu-se a todo o Médio Ave, envolvendo cerca de 10 mil operários, só se verificando pacificação geral um mês depois. Às reivindicações salariais, juntavam-se protestos contra a rudeza dos capatazes, contra

<sup>13</sup> Comércio de Guimarães, 10-05-1907, p.2.

<sup>14</sup> O Regenerador, 09-07-1909, p. 3.

<sup>15</sup> É um decreto de 6 de Dezembro de 1910, já em plena República, que estabelece o direito à greve. Foi depois retirado com a instauração da Ditadura Nacional, decorrente do golpe militar de 28 de Maio de 1926.

os castigos corporais e multas a esmo e contra a arbitrariedade nos despedimentos.<sup>16</sup>

Na sequência deste movimento grevista, houve tentativas para a organização de associações de classe e surgiram alguns jornais de implantação local, de duração efémera, caso da “Luta Operária”, com sede em Burgães (S. Tirso), obra de um destacado militante operário, aparentemente ligado à Federação Geral do Trabalho.<sup>17</sup>

Em 1911, verificaram-se várias manifestações grevistas em Guimarães. Na rubrica “Lucta Operária”, na edição de 29 de Abril do semanário republicano “A Alvorada”, ao referir-se à greve dos curtidores e surradores, o articulista escreveu que os “moldes primitivos e antiquados” da indústria de couros, estiveram na origem da crise no sector e da redução do número de operários em cerca de um terço (para 350 a 400 homens, aproximadamente). Considerou que, embora este fosse um momento de relativa prosperidade para a indústria dos curtumes vimaranense, em virtude da sua produção ser preferida e “recomendada nas praças commercaes do paiz, (...), devido à justa fama de que gosa”, os operários curtidores e surradores, depois de 15 anos de paz laboral e de terem suportado, pacientemente, 12 horas e meia de trabalho por dia, resolveram exigir o aumento do salário e a redução do horário de trabalho. No dia 25 de Abril, esta associação de classe enviou um memorando impresso com as tabelas de preços e a proposta do horário de trabalho.

Essa exposição referia que, contrariamente ao que sucedia em Guimarães, os operários da indústria de curtumes do Porto trabalhavam 10 horas por dia, e não estavam tão expostos às adversidades do tempo. Em Lisboa e Alcanena, as indústrias de curtumes trabalhavam apenas 9 horas por dia e proporcionavam aos operários os meios necessários ao descanso e ao estudo. Além disso, auferiam salários “bem compensados”, tendo em conta o esforço do trabalho e dedicavam-se ao estudo, tornando-se “homens conscienciosos para saberem cumprir o seu mandato nas officinas, assim como pugnar sempre pelo que, de direito, lhes pertence.”

Nessa proposta reivindicava-se que, nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, a entrada se fizesse às 7 horas da manhã e a saída às 5 horas da tarde com uma hora para jantar. Nos restantes meses, a entrada aconteceria às 6 horas da manhã e a saída às seis da tarde com meia hora para o almoço e uma hora para o jantar. Mediante estas propostas, os industriais expressaram o desejo de conciliação propondo-se a nego-

---

<sup>16</sup> Alves, Jorge Fernandes, Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. In Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (Coord.) - Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, pp. 112-125.

<sup>17</sup> PEREIRA, Augusto de Castro (1998) – Reacções operárias nos concelhos de Famalicão e Santo Tirso. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 15: 57-68.

ciar com a comissão dos operários.<sup>18</sup> Tendo em vista facilitar o processo negocial, a “Comissão de Melhoramentos” constituiu uma comissão extra-*classe* para arbitrar este conflito. No entanto, este grupo de mediadores, composto pelos vimeiraneses Eduardo d’Almeida, Simão Costa Guimarães e António Lopes de Carvalho, depois de conferenciar e tentar chegar a um acordo com a comissão dos industriais, nada de positivo e seguro obteve. A greve foi inevitável. Poucos dias depois, um delegado do Governo Civil conseguiu um acordo entre as partes. As reclamações dos operários acabaram por ser atendidas, servindo como norma de comparação as condições de horário e salários pagos nas principais fábricas do Porto.<sup>19</sup>

Tal como já dissemos quando nos referimos à Associação de Classe dos Operários Sapateiros, esta classe esteve em greve durante 4 dias. Reivindicavam o aumento dos salários.<sup>20</sup> O semanário democrata “Povo de Guimarães” noticiou que, inicialmente, os industriais, sabendo da “falta de meios com que a maior parte dos operários lutava”, não atenderam às suas reivindicações e moveram-lhes “uma guerra surda mas tenaz e persistente, pretendendo aniquilá-los.” Porém, os operários, cerca de 600, “unindo-se como um só homem, em volta da Comissão de Melhoramentos” decidiram recorrer à greve. Este periódico apelidou esta luta operária de “encarniçada, mas pacata e ordeira.” À perseguição que alguns industriais lhes moviam, eles responderam com a sua “nobre camaradagem”. Não vacilando, conservaram-se firmes até ao fim.

No dia 1 de Junho, pelas 10 horas da noite, a “Comissão de Melhoramentos” dirigiu-se à associação, onde foi recebida com “estrondosas salvas de palmas e vivas à união operária e à República” por numerosos operários. A comissão leu aos presentes a acta da reunião com as comissões de industriais, na qual esteve também presente o administrador do concelho. Considerando que não conquistaram tudo o que os operários pediam, a comissão entendeu aceitar as propostas, até porque o fundo da associação não permitiria socorrer os sócios se a greve se mantivesse por muito mais tempo. O presidente incitou os operários a filiarem-se na associação de classe, “único baluarte que os defende do industrial egoísta, a fim de poderem montar uma cooperativa e crear o fundo necessário, para estarem precavidos contra qualquer cilada futura. Os industriais comprometeram-se pela sua honra na presença da autoridade a não exercer vingança sobre os seus operários...”<sup>21</sup>

Em Junho, os operários alfaiates e costureiras de Guimarães entraram também em greve. Reivindicavam a melhoria dos salários.<sup>22</sup> Foram enviadas novas tabelas aos industriais que reuniram na Associação Artística

---

<sup>18</sup> A Alvorada, 29-04-1911, p.3

<sup>19</sup> A Alvorada, 29-04-1911 e 06-05-1911, p. 3.

<sup>20</sup> Velha Guarda, 03-06-1911, p. 3 e A Alvorada, 01-06-1911, p. 3.

<sup>21</sup> Povo de Guimarães, 03-06-1911, p. 2.

<sup>22</sup> Velha Guarda, 17-06-1911, p. 3.

Vimaranense, para análise e discussão. Após 4 dias de greve, os operários retomaram o trabalho. O semanário republicano “A Alvorada”, ao noticiar esta greve, lamentou o facto, escrevendo: “dia virá em que a greve passe a ser do consumidor!”<sup>23</sup> Um diário portuense, “A Montanha”, referindo-se às greves das três classes (curtidores, fabricantes de calçado e alfaiates e costureiras), insinuou que elas tinham sido “fomentadas pelo dinheiro dos jesuítas”. Estas afirmações, consideradas injuriosas pelos vimaranenses, indignaram as associações de classe.<sup>24</sup>

À onda grevista juntaram-se os confrontos entre republicanos e monárquicos. Estes ocorreram aquando do encerramento das festas da cidade. O dia 13 de Agosto foi agitado. O semanário “A Alvorada” descreveu com pormenor os acontecimentos de domingo, iniciados no Jardim Público. Tudo começou quando, uma semana antes, de madrugada, algumas bandeirolas azuis e brancas, sem a coroa, expostas nas varandas de algumas casas, foram destruídas e lançadas ao chão. Uma das casas, adornada com essas bandeiras (cerca de uma dúzia), de forma “acintosa e provocante”, pertencia a um industrial de curtumes. Além disso, ostentava um enfeite azul e branco num dos balcões da mesma. A comissão de festas, a comissão das ornamentações e a autoridade concelhia não reagiram. Como este industrial exercia pressão sobre os seus operários, falou-se em manifestações de desagravo. Os representantes da classe foram avisados.

Entretanto, passou-se a semana. No domingo, no final do concerto, tocou-se o hino nacional. Um cabo, movido por zelo republicano, abordou um popular que assistia à “Portuguesa” de chapéu na cabeça. O cabo foi esmurrado. Os ânimos incendiaram-se e os conflitos prolongaram-se até de madrugada. Na Rua de Couros, local de onde vinham brados e correrias, houve escaramuças com manifestações a favor e contra o regime. Entretanto, ouviu-se o toque a rebate provindo de duas ou três torres de igrejas da cidade. Os bombeiros acorreram prontamente, pensando que se tratava de incêndio. A Guarda tentou o assalto às torres. Voltaram a ouvir-se gritos na rua de Couros. Era um bando armado com cacetes que pretendia entrar na cidade. As forças da Guarda procuraram segurá-los. O “Jornal de Notícias” do dia 14 referiu que eram 300 indivíduos, artistas da rua de Couros e lavradores de Abação, armados de cacetes, que levantaram vivas à monarquia, a D. Manuel e a Paiva Couceiro, ao mesmo tempo que soltavam morras à República.

Mais tarde, as atenções dirigiram-se para o largo da República do Brasil, onde um barracão de cinematógrafo foi assaltado à pedrada. Isto porque, durante o dia, um rapaz da rua de Couros que ostentava uma “venera thalássica”, na sequência de uma troca de palavras, resolveu rachar a cabeça ao filho do cinematógrafo. Também se dizia que este tinha ajudado a

---

<sup>23</sup> A Alvorada, 08-06-1911, p. 3.

<sup>24</sup> A Alvorada, 29-VI-1911, p. 2

destruir as bandeiras azuis e brancas ostensivamente colocadas em algumas habitações. Para impor a ordem, a administração concelhia requisitou a força armada sob o comando de um tenente. Este limitou-se a fazer rugas aos locais dos tumultos, retirando-se pouco depois.<sup>25</sup>

Durante a I República o sindicalismo teve um grande crescimento. Em termos ideológicos, o operário sindicalizado evoluiu de um mero reformismo pragmático para um sindicalismo anarquista de tipo revolucionário, já patente em 1912, aquando da tentativa de greve geral.<sup>26</sup> A repressão contra o movimento sindical, levada a efeito em 1913 e que tornou o Afonso Costa conhecido como o “racha-sindicalistas”, marcou definitivamente a ruptura do proletariado em relação ao republicanismo.

Após o Congresso Operário Nacional, a Federação das Associações do Porto enviou uma circular apelando às associações de classe que aderissem aos princípios federativos, integrando as Federações Locais e Confederação Nacional.<sup>27</sup>

Os sindicatos operários agrupavam-se em uniões e em federações várias, de carácter regional e profissional. Em 1914, foi constituída a União Operária Nacional, dividida em duas secções - Sul e Norte. Teve o propósito de unificar o movimento operário, integrando no seu seio o maior número possível de associações de classe. Em 1919, a União Operária Nacional transformou-se na Confederação Geral do Trabalho, com uma estrutura interna mais complexa. A CGT pretendia ser uma federação de federações. No entanto, este propósito nunca foi conseguido apesar de, até 1926, diversas uniões e federações terem votado a sua adesão à CGT. Em 1916, existiam apenas 15 uniões de sindicatos (denominadas, por vezes, câmaras sindicais), em Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra, Évora, Beja, Faro, Viana do Castelo, Tomar, Almada, Olhão, Portimão, Vila Franca de Xira, Seixal e Funchal. Dez anos depois, existiam mais de 90 sindicatos únicos. Representavam mais de um terço de toda a população operária sindicalizada. Foi nos distritos de Braga e de Faro que o princípio mais se desenvolveu e difundiu.<sup>28</sup>

Apesar do conservadorismo manifestado em diversos momentos pela sociedade vimaranense, nos primeiros tempos da República os socialistas do concelho mostraram sinais claros de actividade. Já em 18 de Março de 1905, o Centro Socialista de Guimarães assinalou o aniversário da Comuna de Paris com uma sessão solene presidida pelo “camarada” Raphael da Rocha Guimarães, secretariado por João de Macedo e Seraphim de Freitas. Usa-

---

<sup>25</sup> A Alvorada, 17-08-1911 p. 2.

<sup>26</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. e SERRÃO, Joel (1991) - Nova História de Portugal. Da monarquia para a República. Vol. XI. Editorial Presença, Lisboa, p.216.

<sup>27</sup> A Justiça de Guimarães, 20-11-1904, p. 2.

<sup>28</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. e SERRÃO, Joel (1991), op. cit., p. 221.

ram da palavra outros socialistas como José Salgado, Seraphim de Freitas, Albino Bastos, Manoel Ferreira, Luiz Garcia Martins e Álvaro Pinto Carreira. A sessão encerrou com a declamação, por um dos presentes, de uma poesia intitulada «A Fome e os Operários». <sup>29</sup>

Em 28 de Maio de 1912, a Confederação da Região Norte promoveu uma excursão Socialista a Guimarães. As Associações de Classe foram com as suas bandeiras para a estação do caminho-de-ferro, onde esperaram os excursionistas. Chegados à estação, os visitantes integraram o desfile até à sede do Centro Socialista de Guimarães, sito na praça da República do Brasil. Da varanda do edifício, discursaram o seu presidente, José Marques Aveiro, e os propagandistas Maravilhas Pereira e António Augusto da Silva. Mais tarde, os excursionistas, em grupos, dispersaram-se pela cidade para visitarem os seus monumentos. A Sociedade Martins Sarmiento esteve muito concorrida. De tarde, no lugar da “Vaca Negra”, realizou-se o comício socialista, presidido pelo operário portuense João Moreira da Silva. Enalteceram-se as doutrinas socialistas e condenou-se o capitalismo, contra o qual o operariado devia unir-se económica e politicamente. O piquenique foi animado por duas bandas de música que se alternaram. O regresso ao Porto aconteceu às vinte horas e trinta. <sup>30</sup>

A influência do socialismo revolucionário em Guimarães foi difícil de avaliar neste estudo. Em notícias esparsas da comunicação social local, foi possível constatar uma certa agitação dos núcleos socialistas locais. Em 14 de Novembro de 1913, o jornal “Comércio de Guimarães” informou que os socialistas de Guimarães iriam às urnas nas próximas eleições camarárias, contando eleger alguns dos seus membros. <sup>31</sup> Contudo, a impugnação da sua lista pela Câmara, mereceu a reacção da Federação das Associações Operárias de Guimarães. Apelou então a todos os operários que votassem “de chapa” a lista operária, “em protesto contra a forma por que foram vítimas as classe operárias desta cidade” <sup>32</sup>. No dia 2 de Dezembro, o mesmo jornal informou que, nas eleições em questão, venceu a lista republicana, visto haver como oposição apenas uma lista apresentada por operários, e essa mesmo não podia ser aceite por “deficiências”. <sup>33</sup> Os socialistas resolveram ainda disputar, sem carácter oficial, as minorias das comissões paroquiais em algumas freguesias do concelho como Oliveira, S. Paio, S. Sebastião, Creixomil, Selho, S. Jorge, Urgeses, Caldas (S. João) e Caldas (S. Miguel). <sup>34</sup>

A afirmação dos socialistas em Guimarães não foi fácil. No discurso que proferiu numa reunião de militantes, no Teatro D. Afonso Henriques,

---

<sup>29</sup> A Justiça de Guimarães, 26-03-1905, p. 3.

<sup>30</sup> Caloiro, 28-05-1912, p. 3.

<sup>31</sup> Comércio de Guimarães, 14-11-1913, p.3.

<sup>32</sup> Comércio de Guimarães, 14-09-1913, p. 2.

<sup>33</sup> Comércio de Guimarães, 25-11-1913, p. 3.

<sup>34</sup> Comércio de Guimarães, 12-12-1913, p. 2.

Martins Santareno, um operário de Lisboa, considerou Guimarães uma “terra de monárquicos e uns poucos republicanos.”<sup>35</sup>

O periódico “Comércio de Guimarães”, na sua edição de 19 de Abril de 1912, informa que as direcções das Associações de Classe dos Operários Curtidores e Surradores, dos Fabricantes de Calçado, dos Alfaiates e Costureiras, das Quatro Artes de Construção Civil, dos Marceneiros e Artes Correlativas e a da Indústria Têxtil, em reunião realizada no dia 15 desse mês decidiram, por unanimidade, convocar uma Assembleia-Geral para apreciar e apoiar as resoluções tomadas pela Federação Operária do Porto, demonstrando que “as classes operarias de Guimarães estão de commum acordo com a maneira de se conseguir a melhoria da situação que se pretende n’estes dois casos: carestia de alimentação e carestia de habitação.”

A Assembleia foi marcada para domingo dia 21 de Abril, às 9 horas da manhã, no salão da Associação dos Curtidores e Surradores, precisamente no dia em que estava marcado um comício público no Porto. O manifesto que foi distribuído pela Federação Operária do Porto resumia-se aos seguintes pontos,

“a - Revisão da pauta aduaneira na parte que se refere aos direitos de entrada de géneros de alimentação.

b - abolição dos impostos do consumo;

c - criação de Armazéns Municipais com viveres, com o fim de regular os preços de géneros alimentícios;

d - construção de casas a preço módico, por conta da administração directa das municipalidades;

e - inclusão no código administrativo, em discussão nas câmaras legislativas, de disposições que dessem às municipalidades atribuições para evitarem o açambarcamento dos géneros de primeira necessidade e corrigirem a ganância dos proprietários egoístas.”<sup>36</sup>

O jornal não evitou fazer os seus comentários à situação económica e social que se vivia:

“Efectivamente a alimentação está caríssima e com tenções de subir.

Um pobre trabalhador, que tenha 6 e mais filhos como os há-de sustentar, sendo os géneros caríssimos e os salários pequenos?

Todos os movimentos operários, dentro da ordem, nos merecem atenção, mormente estes que interessando-os também interessam o país inteiro. Dentro da ordem pois reclamem e peçam, que se não forem

---

<sup>35</sup> Comércio de Guimarães, 21-07-1914, p. 2.

<sup>36</sup> Comércio de Guimarães, 19-04-1912, pp. 2-3

atendidos por completo, podem ser em parte, o que será um benefício..."<sup>37</sup>

Constatámos que as associações de classe e mutualistas vimaranenses, tal como as suas congéneres de outros pontos do país e até a nível internacional<sup>38</sup>, revelaram-se movimentos reivindicativos na luta contra a pobreza e a desigualdade social, problemas tão presentes entre os operários. Esta intervenção passa, por vezes, por movimentos concertados entre as diversas associações operárias.

Em Dezembro de 1912, foi grande a preocupação das Associações de Classe da cidade de Guimarães relativamente à escassez de milho no concelho e à fome que grassava entre os mais pobres, devido ao açambarcamento e à subida de preços. A notícia do “Comércio de Guimarães” é esclarecedora dessa mobilização das Associações de Operários para fazer face a esse grave problema:

"A carestia dos generos  
Das Associações dos Operarios Alfaiates e Costureiras, Associação de Classe dos Operarios fabricantes de Calçado, da Associação de Classe dos Operarios de industria textil, também recebemos o que segue:

Illm. e Exmo. Snr Administrador do Conselho  
As Associações de Classe d'esta cidade reunidas na sede da Associação de Classe dos Operarios Alfaiates e Costureiras d'esta cidade, em reunião magna de 24 do corrente, resolveram vir perante V. Ex.<sup>a</sup>. reclamar contra a carestia do pão, genero este de primeira necessidade.

Illmo. e Exmo. Snr.  
A crise de trabalho em todas as classes trabalhadoras d'esta cidade, o preço excessivamente caro a que tem chegado o milho nos ultimos mercados, devido à ganância dos açambarcadores; pois que estes por debaixo de mão o açambarcam; e vem dificultar o viver económico das classes pobres, chegando a sentir-se em muitas famílias a fome.

A miseria sente-se; e as classes proletarias teem de morrer de fome, se um remedio prompto não vier immediatamente acudir-lhes.

Este remédio Exmo. Snr. está na mão de V. Ex.<sup>a</sup>. pois que se sabe que não é à falta d'este cereal que elle esta caro, mas sim, repito, a mão criminosa dos açambarcadores, por isso queira V. Ex.<sup>a</sup>. ordenar immediatamente medidas energicas contra esses que ousam enriquecer à custa do suor do proletario; queira V. Ex.<sup>a</sup>. obrigar os que teem os seus celeiros cheios a virem ao mercado com elle, a fim de que se possa comprar milho em condições mais favoráveis.

<sup>37</sup> *Idem*, p.3

<sup>38</sup> BARROS Carlos Pestana, *Mutualismo Português*, p. 85.



Mas Exmo. Snr. não é só a sua venda que pedimos é para que o seu preço seja estabelecido por conta de V. Ex<sup>a</sup> e vendido no mercado pelas auctoridades, por que não sendo assim em vez de beneficiar as classes pobres só virá a beneficiar meia duzia de gananciosos, que querem enriquecer à sombra da miséria: se ao menos houvesse abundância de trabalho, e este bem remunerado... mas não acontece assim, nem uma coisa nem outra.

Com o pão caro e o preço dos géneros de 1<sup>a</sup> necessidade também caríssimos, como é que um operario rodeado de familia há-de provêr as mais urgentes necessidades de Vida?!

Por isto Exmo. Snr. pedimos providencias pois que é uma necessidade imposta pela força de circumstancias e sobretudo imposta por um dever de humanidade.

Saúde e fraternidade,  
Guimarães 25-07-1912

Seguem-se as assinaturas dos delegados das differentes collectividades.

Pela Associação dos alfaiates e costureiras, Bento José Baptista  
Pela Associação dos Fabricantes de Calçado, António Rodrigues  
Pela Associação de Marceneiros e Artes Correlativas, Ventura de Freitas Roriz  
Pela Associação de Industria Textil, José Marques Aveiro.

Em resposta a este officio, dignou-se o snr administrador do concelho enviar a seguinte reposta:

Daria providencias para que não houvesse açambarcadores; enquanto ao preço, não podia estabelecer preços.

As collectividades acima mencionadas vão nomear quem possa fiscalisar o rigoroso cumprimento das ordens dadas pelo digno administrador"<sup>39</sup>

Não foi em vão que as Associações de Classe reclamaram providências contra os açambarcadores de milho. No dia 27 de Julho desse ano, a autoridade administrativa do concelho obrigou-os a “encolherem as garras que sorratamente queriam lançar sobre o milho, sustento da pobreza” e a baixarem os preços.<sup>40</sup>

Na edição de 16 de Agosto de 1912, o mesmo jornal refere, mais uma vez, o elevado preço do milho e louva as diligências da Comissão Administrativa da cidade em requisitar 150 mil quilos de milho para abastecer os mercados. Previa-se um ano de más colheitas e fome<sup>41</sup> devido a um ano chu-

---

<sup>39</sup> Comércio de Guimarães, 26-07-1912 pp. 2-3.

<sup>40</sup> Comércio de Guimarães, 30-07-1912 p. 2.

<sup>41</sup> Comércio de Guimarães, 16-08-1912 p. 2.

voso e com temperaturas baixas (a temperatura média do mês de Julho foi de 18,4 graus).<sup>42</sup>

Na edição do mesmo periódico de 3 de Setembro de 1912, lamentou-se, mais uma vez, a falta de trigo e apelou-se aos que o tivessem para o venderem. Esta situação de escassez de trigo na região de Guimarães foi acompanhada por um importante movimento grevista. Em 25 de Fevereiro de 1913, o mesmo jornal dá conta de uma “greve turbulenta” dos operários da importante fábrica de Riba D’Ave, Sampaio Ferreira & Comp<sup>a</sup>. O motivo desta greve terá sido o despedimento de um antigo operário. Receavam-se graves conflitos, tanto mais que os donos das fábricas pediram que os edifícios fossem protegidos por forças armadas. A este respeito, o jornalista não evita o seguinte comentário:

“Se não aprovamos a tyrania exercida contra os operarios também reconhecemos aos patrões direitos para poderem despedir quem muito bem o mereça, sem que se atemorise com as imposições do seu pessoal. Pelo que nos dizem e lemos, receiam-se complicações. Oxalá nos enganemos.”<sup>43</sup>

Esta greve prolongou-se até ao dia 25 de Março, depois de várias tentativas para conciliar patrões e operários. O jornal “Comércio de Guimarães” refere, na sua edição de 25 de Março, que, na sequência desta greve, os operários pediam esmola pelos arrabaldes de Guimarães e vários foram detidos.<sup>44</sup> Continuava também sem solução o movimento grevista dos operários da fábrica de Sant’Ana, obrigando os operários a pedir esmola para poderem sustentar os filhos.<sup>45</sup>

Neste clima de agitação social, a Federação das Associações Operárias de Guimarães distribuiu um convite ao povo de Guimarães para que, no dia 6 de Abril, às 9 horas, comparecesse numa reunião magna, a fim de decidir sobre a melhor forma de reclamar junto dos poderes constituídos contra a execução da lei que estabelecia a contribuição industrial sobre os salários operários, já cobrada em certas regiões do país.<sup>46</sup>

A crise afectou de forma violenta a indústria de curtumes de Guimarães. O mesmo periódico, na edição de 12 de Abril de 1913, referiu que esta crise deixou sem abrigo e sem pão centenas de operários e que tomava proporções terríveis, pois “a maioria dos operarios não tem trabalho e os que trabalhavam de sol a sol veêm-se a braços com a miséria”. Em Setembro, o mesmo jornal escreveu que “a industria decahiu rapidamente e os operarios que estavam habituados a trabalhar de noite e de dia, com bons salários,

<sup>42</sup> Comércio de Guimarães, 20-08-1912 p. 2.

<sup>43</sup> Comércio de Guimarães, 25-02-1913, p. 2.

<sup>44</sup> Comércio de Guimarães, 25-03-1913, p. 2.

<sup>45</sup> Comércio de Guimarães, 07-03-1913, p. 2.

<sup>46</sup> Comércio de Guimarães, 04-04-1913, p. 2.

vêm-se na miséria e para não morrerem de fome teem esgotado todos os recursos disponíveis na sua caixa de socorros...". O jornal apelou à solidariedade de todos.<sup>47</sup>

No dia 21 de Julho, os operários das Quatro Artes de Construção de Guimarães entraram em greve geral. Reivindicavam 10 horas de trabalho e queixavam-se que trabalhavam de "dia a dia". Reclamavam o seguinte horário: a entrada às seis, o almoço às oito, a retoma do serviço às oito e meia, o jantar às doze e a reentrada às duas da tarde, para sair novamente às seis e meia.

Foi grande a preocupação de impedir os colegas de "furar" a greve. No entanto, estas reivindicações mereceram a concordância de grande número de patrões.<sup>48</sup> Esta greve terminou com o seguinte acordo: de Abril a Setembro a entrada aconteceria às 6 da manhã e a saída às sete da tarde, tendo meia hora para almoçar e duas para jantar. Nos restantes meses, a entrada acorria ao amanhecer e a saída ao escurecer. Aos sábados, as entradas seriam estabelecidas pelas duas épocas e as saídas às cinco da tarde com os mesmos descansos. O acordo que colocou um fim à greve foi conseguido muito perto da meia-noite, momento em foram "queimados" alguns foguetes.<sup>49</sup>

Mais uma vez, a Federação das Associações Operárias de Guimarães toma uma posição firme relativamente ao aumento do preço dos géneros alimentícios, consequência da Grande Guerra. Em reunião realizada no dia 15 de Agosto de 1914, aquela instituição decidiu "conservar-se em sessão permanente" para receber as queixas contra aqueles que aumentassem o preço dos géneros de consumo, a fim de serem denunciados às autoridades. Foi ainda decidido dar todo o apoio às medidas do governo contra a carestia e açambarcamento dos géneros alimentícios.<sup>50</sup>

Mais uma vez, esta federação reagiu negativamente à passividade da Câmara de Guimarães em solucionar a falta de trabalho e a carestia de vida no concelho.

No dia 14 de Março de 1915, um domingo, pelas 9 horas, no campo de Vila Pouca, a Federação das Associações Operárias de Guimarães realizou um comício contra a carestia de vida e os açambarcadores dos diversos géneros de consumo. Estiveram presentes operários e propagandistas do Porto e de Gaia. Estava ainda prevista a presença do deputado socialista Manoel José da Silva, mas não compareceu. O Jornal "Comércio de Guimarães" noticiou que estiveram presentes centenas de pessoas.<sup>51</sup>

Em Novembro de 1915, houve conflitos graves em Pevidém, consequência do incumprimento do horário de trabalho pelo patronato. Aquele

---

<sup>47</sup> Comércio de Guimarães, 23-09-1913, p. 2.

<sup>48</sup> Comércio de Guimarães, 22-07-1913, p. 3.

<sup>49</sup> Comércio de Guimarães, 25-07-1913, pp. 2-3

<sup>50</sup> Comércio de Guimarães, 21-08-1914, p. 2.

<sup>51</sup> Comércio de Guimarães, 12-03-1915, p. 3.

bissemanário escreveu que nunca uma greve tinha tomado tais proporções. Esta greve ainda se mantinha no dia 30 desse mês. Neste movimento grevista, morreu o operário Joaquim Machado, um jovem de 19 anos, abatido a tiro pela GNR. Este facto originou a destruição do quartel desta força da ordem em Pevidém por um grupo de operários, obrigando, por sua vez, ao cerco desta localidade pela Guarda Republicana, infantaria e cavalaria. Foram presos muitos operários, mais tarde libertados. Estes acontecimentos tornaram-se motivo para uma greve geral em Guimarães. A sede das associações operárias desta cidade, depois de evacuada, foi mandada encerrar, sendo reaberta mais tarde. As bandeiras das associações foram colocadas a meia haste em memória do operário vítima da greve.<sup>52</sup>

Em meados de Dezembro deste ano, havia a ameaça de uma greve geral em Famalicão, envolvendo os operários das fábricas e os mestres particulares, contra a fome e a carestia de vida. Acabou por não se realizar.<sup>53</sup>

Em 18 de Fevereiro de 1916, o “Comércio de Guimarães” informava que tinham chegado a Guimarães algumas centenas de operários das freguesias de Lordelo e Moreira de Cónegos dirigindo-se à administração do concelho, “na mais ordeira atitude”. Pediam que aquelas localidades fossem abastecidas de milho. Recusando a exigência dos operários em criar um depósito que os abastecesse, o Administrador do Concelho concedeu uma guia de livre-trânsito a uma pessoa que se encarregasse desse abastecimento no mercado de Guimarães.<sup>54</sup>

Na sequência de um edital do administrador do concelho, que pretendia reter 600 carros de milho para que ele não faltasse ao consumidor, a Associação de Lavradores de Guimarães reuniu e deliberou propor à Câmara Municipal que ela comprasse aos proprietários o milho necessário pelo preço de 300\$000 réis o carro. No intuito de facilitar a transacção, a Câmara devia pagá-lo por meio de vales transmissíveis, a vencer no S. Miguel seguinte, podendo os proprietários dispor livremente do milho que lhes restasse.<sup>55</sup>

O ano de 1916 foi extremamente difícil para os vimaranenses. A carestia de vida, devido à escassez e açambarcamento dos géneros, foi referida inúmeras vezes pela imprensa local. Lamentou-se a falta de géneros, denunciaram-se açambarcadores, criticou-se a apatia da administração concelhia comparando, várias vezes, os preços praticados em outros concelhos com aqueles que eram executados em Guimarães. Na edição de Março de 1916, o “Comércio de Guimarães” informou que, devido ao açambarcamento, o preço do azeite subiu de “maneira assustadora”. Na edição do dia 31 do mesmo mês, o mesmo jornal noticiou:

---

<sup>52</sup> Comércio de Guimarães, 30-11-1915, p. 3.

<sup>53</sup> Comércio de Guimarães, 17-12-1915, p. 3.

<sup>54</sup> Comércio de Guimarães, 18-02-1916, p.3.

<sup>55</sup> Comércio de Guimarães, 29-02-1916, p. 2.

"por toda a parte se esboçam symptomas alarmanes por causa da carestia de vida, principalmente pela falta de pão. O que motivou isso, pois que houve bastante pão? De duas, uma: ou está armazenado ou foi exortado para fora e agora temos à porta a fome. Pessoa competentíssima nos garantiu ha pouco que para Hespanha passam diariamente milhares de ovos! O que se dá com os ovos, dá-se indubitavelmente com o pão e os restantes comestíveis. Cautela pois; a fome é negra e má conselheira..."<sup>56</sup>

No mês de Abril de 1916 continuava a faltar milho no mercado. Houve dias em que, ali, não apareceu um único alqueire. Para fazer face ao problema, a autoridade administrativa do concelho conseguiu que os lavradores o vendessem directamente nas suas casas.<sup>57</sup>

Os inquéritos realizados durante a Primeira República são bem demonstrativos das dificuldades das famílias operárias. Neste ano de 1916, foram estudadas 538 famílias operárias, entre as quais 118 do Minho. Quase metade daquele número (538) vivia em déficite orçamental. Os gastos com a alimentação destacavam-se entre estas despesas, chegando a absorver 99% das receitas das famílias mais pobres, e, em alguns casos, podiam mesmo excedê-las. Até nos orçamentos mais equilibrados, estes gastos nunca seriam inferiores a 56%.<sup>58</sup>

A carestia de vida fazia-se sentir no preço dos géneros essenciais, como o açúcar, o bacalhau, o arroz e, sobretudo, o pão. Mas é a falta deste último que mais preocupa: na edição de 28 de Abril deste ano, o "Comércio de Guimarães" informava que algumas padarias iriam fechar e outras só forneciam broa para os fregueses e em pequena quantidade.<sup>59</sup>

Na sequência desta crise de pão, a Câmara Municipal decidiu, numa das sessões camarárias, comprar todo o milho possível para abastecer o povo do concelho até 31 de Agosto desse ano.

O fornecimento seria feito nas seguintes condições: toda a pessoa que desejasse comprar o milho da câmara teria de, previamente, requisitar na Junta de Paróquia tantas senhas quantos os alqueires que precisasse, pois seria em troca dessas senhas que a Câmara concederia o milho correspondente. A Câmara forneceria às Juntas de Paróquia as senhas correspondentes a um alqueire de milho mas estas só requisitariam tantas senhas quan-

---

<sup>56</sup> Comércio de Guimarães, 31-03-1916, p. 2.

<sup>57</sup> Comércio de Guimarães, 14-04-1916, p.2.

<sup>58</sup> Nova História de Portugal, Direcção de SERRÃO Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. Portugal, da Monarquia para a República. Coordenação de A. H. de OLIVEIRA MARQUES, vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, 1991, p. 216.

<sup>59</sup> Comércio de Guimarães, 28-04-1916, p. 2.

tos os alqueires de milho que calculassem ser necessários para o consumo das respectivas freguesias durante uma semana. As Juntas obrigar-se-iam a fornecer as senhas só a indivíduos que residissem dentro da área da freguesia e depois de terem averiguado que o milho era destinado, exclusivamente, para a sua própria alimentação, durante uma semana. Por outro lado, as mesmas Juntas não poderiam fornecer senhas para padarias.<sup>60</sup>

Em Julho do mesmo ano, continuava a “falta absoluta de açúcar em quase todas as lojas da cidade” e o mesmo sucedia com o pão.<sup>61</sup>

O “Comércio de Guimarães”, pela sua notória inclinação monárquica, procurou retirar desta crise dividendos políticos. Com alguma frequência, desacreditava a acção da câmara municipal republicana. Em 26 de Maio de 1916, reagiu contra a decisão da câmara em contrair um empréstimo de 490 contos de réis para a construção de um parque à volta do Castelo e a construção de um edifício público. Na opinião deste jornal, era mais importante baixar os preços dos géneros e lutar contra os açambarcadores. Considerava que esse empréstimo sobrecarregaria os munícipes de impostos, numa altura em que a conjuntura internacional pedia muita prudência.<sup>62</sup>

Não obstante as determinações da Comissão Distrital de Subsistências, que concederam a liberdade de transaccionar o milho e, conseqüentemente, garantiram a liberdade de trânsito dentro do distrito, a população de certas localidades não acatou tais determinações. Em meados de Junho, na noite de uma terça-feira, no percurso entre Roças e Póvoa de Lanhoso, alguns populares apropriaram-se, pela força, de, aproximadamente, trezentos alqueires de milho, que vinham para o celeiro paroquial de Pevidém, importante centro industrial onde aquele cereal escasseava por completo, abundando nas terras de onde provinha. Esta ocorrência foi participada ao administrador do concelho e ao governador civil pelos industriais de Pevidém e procedeu-se a averiguações para apurar responsabilidades.<sup>63</sup>

Por seu turno, no dia 24 de Junho desse ano, as direcções das associações de classe reuniram na sede da Federação das Associações Operárias, para debater o problema da carestia do milho.<sup>64</sup> Provavelmente, estes problemas motivaram a greve dos curtidores e surradores, no início do mês de Julho. O semanário “O republicano” apelou ao bom senso dos trabalhadores. Questionou o momento da greve numa altura em que a guerra na Europa fazia muitas vítimas. Apontou como bom exemplo a decisão tomada na conferência nacional das *Trade Unions* inglesas de suspender o descanso todos

---

<sup>60</sup> Comércio de Guimarães, 05-05-1916, pp. 2-3.

<sup>61</sup> Comércio de Guimarães, 25-07-1916, p. 3.

<sup>62</sup> Comércio de Guimarães, 26-05-1916, p. 3.

<sup>63</sup> O Republicano, 17-06-1916, p. 3.

<sup>64</sup> O Republicano, 24-06-1916, p. 3.

os dias, enquanto durasse a guerra.<sup>65</sup> No entanto, esta greve manteve-se até aos primeiros dias de Agosto, na mais completa ordem.<sup>66</sup>

Na mesma altura, precisamente nos dias 8, 9 e 10 do mesmo mês, decorreu o 3º Congresso Regional do Norte do Partido Socialista. Realizou-se no salão da Associação Artística Vimaranense. As sessões foram concorridas e os trabalhos do congresso decorreram de forma ordeira. Estiveram presentes delegados do partido de diversas localidades, comissões paroquiais socialistas da cidade e concelho, e as direcções das associações de classe vimaranenses. Na sessão nocturna do dia 9, discursaram Manoel José da Silva, Maravilhas Pereira, António Augusto da Silva e outros congressistas. Ao ex-deputado socialista, Manoel José da Silva, foi dirigida uma entusiástica manifestação de simpatia.<sup>67</sup>

Nos finais de Agosto, a autoridade administrativa do concelho aliviou a pressão social ao adquirir 36 carros de milho destinados ao fornecimento semanal das associações operárias, conforme as requisições das respectivas direcções.<sup>68</sup>

Na edição de 25 de Agosto, ao referir-se à falta de açúcar, o articulista do “Comércio de Guimarães” ataca as autoridades municipais, que não evitaram o esgotamento de açúcar. A imprensa acusava as autoridades municipais de desleixo e de abandonarem o povo, em particular os pobres. Em Guimarães vendia-se açúcar em uma ou duas lojas a 1\$500 e a 1\$800 réis o quilo.<sup>69</sup> Na edição de 15 de Setembro, o mesmo periódico, mais uma vez, culpou a Câmara pelo altíssimo preço do açúcar, constatando que, em Guimarães, custava 600, 650 e 750 réis enquanto que, em Viana e Santo Tirso, custava apenas 400.

Dada a enorme carestia dos géneros alimentícios, a abertura da cooperativa de consumo “Económica Vimaranense”, em Setembro de 1916, criou bastantes expectativas entre os vimaranenses.<sup>70</sup>

A Federação das Associações de Guimarães manteve-se sempre muito activa e atenta às condições do operariado. No dia 24 do mesmo mês, pelas 10 horas, os delegados, as direcções, os dirigentes dos Centros Socialistas de Guimarães e de Pevidém, os representantes das Comissões Paroquiais Socialistas, bem como os representantes das demais organizações operárias da cidade e do concelho, reuniram em sessão conjunta. O objectivo desta reunião foi a troca de impressões acerca dos últimos acontecimentos ocorridos no Porto e a decisão sobre as diligências a tomar no sentido de fazer face à precária situação económica em que se encontravam os operários, motiva-

---

<sup>65</sup> O Republicano, 02-07-1916, p. 3.

<sup>66</sup> O Republicano, 29-07-1916, p. 3 e 05-08-1916, p. 3.

<sup>67</sup> O Republicano, 15-07-1916, p. 3.

<sup>68</sup> O Republicano, 29-07-1916, p. 3.

<sup>69</sup> Comércio de Guimarães, 25-08-1916, p. 3.

<sup>70</sup> Comércio de Guimarães, 19-09-1916, p.2.

da pela crise das subsistências e pela carestia de vida. As deliberações tomadas, não sendo divulgadas, seriam postas em prática oportunamente, quando as circunstâncias o exigissem.<sup>71</sup>

Em 27 de Março de 1917, uma vez mais, o jornal monárquico “Comércio de Guimarães” culpa a Câmara da falta de milho no concelho. O preço desse cereal oscilava entre 1.350 e 1.400 réis. Este periódico referiu que,

"Effectivamente os principais celeiros do nosso concelho estão vãos...A última colheita, embora não fosse muito abundante, talvez chegasse para fornecer todo o concelho. O que ella não dava era para fornecer syndicatos nem para abastecer mercados extranhos...

E disse-se, e a imprensa ao facto opportunamente se referiu, - que havia ali um syndicato que estava mercadejando infamissimamente com o pão do Povo. Apontaram-se, citaram-se nomes, como nomes se chegaram a pronunciar dos açambarcadores que levaram às centenas de saccos de milho para outros concelhos..."<sup>72</sup>

A saída de milho do concelho de Guimarães foi novamente referida na edição de 30 de Março do mesmo jornal. Relatou que vários oficiais do exército, dizendo-se delegados da manutenção Militar, percorriam as casas dos proprietários do concelho e levavam os últimos grãos que restavam daquele cereal. Lê-se na notícia: “Fallam de sacrificios, dizem que esse milho segue para França, aonde estão a combater milhares de filhos portuguezes. ... Mas então, para soccorrer uns, deixam-se outros na miséria?”<sup>73</sup>

Em 21 de Abril, a Câmara distribuiu 7 carros de milho pela população de Guimarães, ao preço de 1\$150 réis.<sup>74</sup> No início de Junho deste ano, chegaram a Guimarães 58 carros de milho, oriundos de Vieira do Minho.<sup>75</sup>

Em Março de 1918, foi criado o Celeiro Municipal de Guimarães, ainda antes de ser publicado o decreto 4.125 de 20 de Abril de 1918, que instituiu os celeiros municipais no país. A Comissão Administrativa da Câmara Municipal, presidida por João Rocha dos Santos, como já tinha sucedido com a vereação democrática, resolveu adquirir milho para vender aos pobres, especialmente às classes operárias. Para tal, a Comissão Administrativa contraiu um empréstimo de 50.000\$00, na casa bancária Souza Júnior e Sucessores, nesta cidade. Para contrair legalmente o empréstimo, era indispensável a autorização do Governo e o acordo das Juntas. Como a demora no cumprimento desta formalidade era incompatível com a urgência que havia

---

<sup>71</sup> Comércio de Guimarães, 26-09-1916, p. 3 e O Republicano, 07-10-1916, p. 2.

<sup>72</sup> Comércio de Guimarães, 27-03-1917, p. 3.

<sup>73</sup> Comércio de Guimarães, 30-03-1917, p. 1.

<sup>74</sup> Comércio de Guimarães, 20-04-1917, p. 3.

<sup>75</sup> Comércio de Guimarães, 31-06-1917, p. 3.



em adquirir milho, principalmente para os operários, que ameaçavam declarar greve geral, João Rocha dos Santos resolveu contrair o empréstimo, em conta corrente, ao juro de 6%, caucionado por si e pelo seu colega Álvaro da Costa Guimarães, director do Celeiro Municipal, então designado por Comissão de Subsistências.

Foi com esse dinheiro que se adquiriu milho neste concelho e nos de Fafe, Cabeceiras de Basto, Celorico, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho. Inicialmente, este milho foi vendido directamente ao consumidor, mediante senhas distribuídas pelas Juntas de Freguesia, pelo preço da tabela, fixado pelo Governo, o que, na opinião de João Rocha dos Santos, ficaria mais caro à Comissão de Subsistências, por causa dos transportes, do ordenado dos empregados, das ajudas de custo à Guarda Republicana e à Polícia que acompanhavam o milho, do custo dos sacos e juros do capital emprestado.

Na actividade do Celeiro, detectaram-se algumas irregularidades. Várias pessoas, a quem a Comissão forneceu milho, venderam-no a regatões por preço superior ao do custo e depois levavam-no clandestinamente para o Porto. Devido a estas dificuldades, o mesmo João Rocha dos Santos propôs à Comissão Administrativa, em sessão de 20 de Março de 1918, que o milho fosse vendido panificado. Nessa mesma sessão, decidiu-se fornecê-lo ao preço de 10 centavos o quilo, preço idêntico ao praticado em outros municípios. Este processo foi conturbado, havendo suspeitas de má gestão dos fundos, que recaíram sobre os dois homens que deram cobertura ao próprio empréstimo bancário. Em 1928, dez anos depois, João Rocha dos Santos escreveu um extenso artigo no jornal “Echos de Guimarães”, demonstrando estar inocente das acusações de má gestão do celeiro que resultaram de uma sindicância realizada após a revolução de 13 de Fevereiro de 1919, em Guimarães. Esta sindicância obrigou-o a repor a quantia de 22.153\$34 em falta, no cofre da tesouraria das Finanças.

Este Celeiro Municipal foi administrado pela direcção presidida por João Rocha dos Santos, desde Março de 1918 até 24 de Janeiro de 1919, pela Câmara Monárquica, até 13 de Fevereiro de 1919 e pelos democráticos, até 13 de Junho do mesmo ano, data em que foi extinto.<sup>76</sup>

A escassez de milho continuou a provocar distúrbios em várias localidades. Aconteceram em S. Torcato, praticados pelo “povo faminto”.<sup>77</sup> Foi também referida a morte de um açambarcador em Santo Tirso.<sup>78</sup> O “Comércio de Guimarães”, na edição de 1 de Junho, informou que a situação, em vários concelhos do Minho, era de grande apreensão. Os jornais davam conta de sucessivos assaltos em Riba de Ave, em Sant’Ana e outras localidades. Os operários das fábricas daquelas localidades tinham assaltado e incendiado diversas casas. Numa casa importante, completamente destruída pelas

---

<sup>76</sup> Echos de Guimarães, 12-05-1928, pp. 2-3.

<sup>77</sup> Comércio de Guimarães, 20-04-1917, p. 3.

<sup>78</sup> Comércio de Guimarães, 25-05-1917, p. 3.

chamas, morreram 7 cabeças de gado, obrigando à concentração, nesse local, de grandes forças de cavalaria e de infantaria da Guarda Nacional Republicana. Em Guimarães, o Regimento de Infantaria 20 e o telégrafo estiveram de prevenção."<sup>79</sup>

Uma vez mais, o bissemanário “Comércio de Guimarães” não se inibe de atacar as autoridades municipais, acusando-as de desleixo na defesa dos mais necessitados:

"A carestia de vida.

Não será em vão que recorreremos a quem compete para que ponha um dique aos açambarcadores que se propoem beber até á última gotta o sangue do nosso povo!

Estamos na epocha das colheitas, e quando o milho costuma vender-se a 800 réis, o máximo, está-se vendendo a 1\$800 e 2\$000 réis!...

Não pode ser!

O povo não pode comprar o pão por tal preço, pois não ganha o preciso para isso!

Providencias que o povo morre de fome!

O azeite está a 800 réis o litro, o milho a 1\$800 e o centeio a 2\$000 réis!

Snr., Administrador: snrs da Câmara:

Quem é que há-de olhar pelos interesses do povo? Somos nós? Que fez ou que faz a Câmara para matar a fome aos seus munícipes?

Em Braga a Câmara esta vendendo actualmente cada kilo de pão a 70 réis; e aqui?

Se o queremos havemos de paga-lo a 110 e 120 réis!...

Snrs.: a fome é má conselheira!

Ella já nos bate a porta, e depois...

Se grande parte das camaras do paiz teem posto a venda, por preços relativamente baixos alguns generos alimenticios, porque não o fara a Camara de Guimarães?

Não teremos os mesmos direitos que teem os outros povos?

Ou tentar e levar o povo a violencias sempre condemnaveis?

Em Guimarães, ha fome, snrs.

Obstar a que ella augmente é um dever de quem se senta nas cadeiras do poder.

O pão não deve pagar-se ao preço a que actualmente está!

Até nos chegam rumores de violências praticadas em algumas freguezias ruraes, e é para obstar a isso que repetiremos bem alto:

Quem pode ponha um dique à ganância dos açambarcadores, fazendo abaratecer os géneros de primeira necessidade!"<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> Comércio de Guimarães, 01-06-1917, p. 2.

<sup>80</sup> Comércio de Guimarães, 22-09-1917, p. 3.

Na edição de 6 de Outubro de 1917, o mesmo periódico informou que, em dia de feira, não havia milho nem feijões, a não ser por preços exorbitantes. Referiu-se ao desespero do povo que pedia apoio às autoridades e “em piedosa peregrinação e com toda a ordem assaltava inúmeros celeiros que existem na cidade de Guimarães”. O operariado conduziu dezenas ou centenas de alqueires de feijão para a esquadra policial, procedeu aí ao seu arrolamento e depois vendeu-o por preço módico ao povo que morria de fome. Deste modo, alguns alqueires foram vendidos ao preço de 1\$200. A este respeito, o articulista escreveu: “rosna-se que novos assaltos se darão a diversos esconderijos de generos alimenticios, incompatíveis com a bolsa do povo e que allias não pode prescindir d'elles para o seu alimento...”<sup>81</sup>

No dia 14 de Novembro de 1918, foi inaugurada a “benéfica instituição de caridade” denominada “Sopa Económica Vimaranense”.<sup>82</sup> Funcionou numa dependência do Convento das Dominicás (extinto Convento de Santa Rosa de Lima). Tratou-se da iniciativa de um grupo de vimaranenses liderados pelo industrial João Rodrigues Loureiro, que se propôs “minorar a fome de tantas crenças, que nesta hora bem trágica se definham à mingua de pão...”. Tinha como objectivo fornecer uma refeição diária (ração de pão e de caldo) gratuita, a 100 crianças pobres.<sup>83</sup> Criou-se uma subscrição pública que, durante cerca de 2 anos, rendeu a quantia de 6.086\$68.<sup>84</sup>

Mais uma vez, o periódico “Comércio de Guimarães”, na sua edição de 30 de Novembro de 1918, divulgou uma reunião promovida pela Associação de Classe dos Alfaiates e Costureiras, realizada no último domingo no salão da Associação dos Curtidores e Surradores, onde estiveram presentes os presidentes de todas as associações da cidade. O objectivo era essencialmente decidir sobre as diligências a tomar no sentido de conseguir que a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães vendesse mais em conta o milho que se encontrava no celeiro municipal. Após larga discussão, foi resolvido que os representantes das Associações de Classe se dirigissem à Câmara Municipal. Depois de ouvir as suas reivindicações, o presidente aconselhou-os a dirigirem-se ao Presidente da República, pedindo que o milho existente no celeiro municipal, fosse vendido à razão de 1\$600 réis o alqueire. As associações de classe assim procederam.<sup>85</sup>

Na edição de 13 de Abril 1919, o periódico “A Velha Guarda” informava que um dos vereadores socialistas não concordou com a decisão da Câmara em vender o milho do celeiro municipal ao preço de custo e mobilizou as associações de classe para uma manifestação de força contra a autarquia. Essa manifestação veio a concretizar-se num assalto a padarias e mercearias.

---

<sup>81</sup> Comércio de Guimarães, 06-10-1917, p. 2.

<sup>82</sup> Comércio de Guimarães, 19-11-1918, p. 2.

<sup>83</sup> Gil Vicente, 24-11-1918, p. 2.

<sup>84</sup> Gil Vicente, 01-01-1919, p. 2.

<sup>85</sup> Comércio de Guimarães, 30-11-1918, p. 2.

rias, “cometendo-se os mais revoltantes excessos e roubos”. O mesmo jornal criticou a Câmara Municipal de Vieira do Minho que exigia à de Guimarães preços superiores àqueles que se poderia obter pela compra directa aos proprietários.<sup>86</sup>

A direcção do Celeiro Municipal, na sequência dos tumultos, mandou encerrá-lo temporariamente e dirigiu-se a Braga para expor a situação ao Governador Civil. Este prometeu fazer seguir, imediatamente, para Guimarães todo o milho colonial que estivesse disponível no Porto e enviar milho de Vieira do Minho na maior quantidade e ao melhor preço. O director do celeiro, em conversa com o Presidente da Câmara de Braga, tomou conhecimento que esta Câmara fez uma encomenda de mil toneladas de milho de Benguela, cujo preço, suportadas todas as despesas, não seria superior a 2\$80 o alqueire. Dado que a entrega do cereal seria efectuada no fim desse mês, o presidente da autarquia bracarense propôs que se acrescentasse a essa encomenda qualquer quantidade que ao Celeiro de Guimarães conviesse. Posteriormente, o presidente do Celeiro propôs que se telegrafasse ao presidente da Câmara de Braga pedindo-lhe para incluir na referida encomenda 500 toneladas de milho para o concelho de Guimarães.

A direcção do Celeiro propôs que este contraísse um empréstimo para custear esta despesa. Para tal, telegrafaria ao Governador Civil, para saber se esse empréstimo poderia ser obtido através do Estado, nos termos do artigo 7º do Dec. nº 4637 de 13 de Julho de 1918, ou, se tal não fosse possível, se poderia recorrer-se a um empréstimo bancário. Propôs ainda que, em vez de se continuar a vender milho, este fosse fornecido aos padeiros que mais credibilidade tivessem junto da Direcção do Celeiro, pelo preço do custo, acrescido das despesas. Esses padeiros teriam a obrigação de vender o pão pelo preço estipulado por aquela direcção e fornecê-lo ao público mediante senhas de 3 quilos que, tal como acontecia com as cartas de consumo, eram mensais e na proporção aproximada de 750 gramas por pessoa. Se esta proposta fosse aceite, a partir da primeira entrega de milho aos padeiros, as entregas seguintes só seriam feitas mediante as senhas que eles apresentariam no acto da requisição e na quantidade correspondente ao número de quilos de pão por essas senhas representado. O Tesoureiro da Direcção do Celeiro concordou com todas as propostas, excepto com a de entregar o pão aos padeiros. Considerava que competia à Câmara controlar este processo, mobilizando fornos e empregando o pessoal assalariado da autarquia para os diversos serviços, contratando apenas um ou dois forneiros, à semelhança do que se fazia em outras câmaras como Braga, Porto, Famalicão, Póvoa de Varzim etc.<sup>87</sup>

Em fins de Maio, os jornais anunciaram a chegada de milho colonial a Guimarães. O semanário “A Velha Guarda”, no dia 8 de Junho, informava

---

<sup>86</sup> A Velha Guarda, 13-04-1919, p. 1.

<sup>87</sup> A velha Guarda, 13-04-1919, p. 3.

que, por aqueles dias, chegaria a Guimarães, uma grande quantidade de milho colonial.<sup>88</sup> Não possuímos dados que comprovem a chegada do cereal.

A luta contra a falta de víveres e a carestia de vida não impediram o operariado vimaranense de reclamar a redução do horário de trabalho. Estas reivindicações vacilantes vêm na sequência das também tímidas medidas dos governos republicanos no intuito de fixar o número de horas de trabalho. Em 22 de Janeiro de 1915, o governo democrático de Azevedo Coutinho, através da acção do seu ministro Alexandre Braga, tinha já publicado o decreto que estabelecia sete horas diárias para empregados de escritório e bancários, oito a dez para operários de fábricas e oficinas e dez para empregados de lojas, com intervalo de duas horas para almoço. Contudo, não estipulava penalizações para os contraventores, nem a obrigatoriedade de encerramento dos locais de trabalho, dificultando a sua efectivação na província.

A intenção do operariado vimaranense de dar execução ao horário das 8 horas de trabalho, em 17 de Maio de 1919, terá sido motivada pelo Decreto n.º 5516, publicado poucos dias antes, em 7 de Maio de 1919, pelo primeiro ministro socialista Augusto Dias da Silva, no ministério de Domingos Pereira, que estendeu a todo o território do Continente e Ilhas Adjacentes, a obrigatoriedade das oito horas de trabalho diárias, no máximo, para o operariado e para os empregados de comércio, instituindo assim a semana de quarenta e oito horas.

Esta decisão foi contestada pelos industriais e comerciantes vimaranenses. No início do mês de Outubro de 1919, foi convocada uma reunião magna no Salão Nobre da Associação Comercial, com o objectivo de tomar uma decisão sobre a referida lei. Foi uma reunião largamente concorrida na qual discursaram o Dr. Eduardo Almeida, presidente da Associação Comercial, e Augusto José Domingues Araújo, director da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães e co-proprietário da Fábrica de Tecidos do Castanheiro.

Depois de acesa discussão, decidiu-se não se acatar o novo regulamento sem que para isso fossem apresentadas ao governo as reclamações das classes interessadas. Nesse sentido, foi enviado um telegrama à Associação dos Lojistas de Lisboa, apelando a uma reunião com as associações patronais. Entretanto, esta Associação enviou à Associação Comercial de Guimarães um telegrama informando que tal reunião já tinha sido realizada na sede da Associação Industrial de Lisboa com representação das congéneres do país.

No sábado, 17 de Maio de 1919, foi distribuído um panfleto pela Federação Operária Vimaranense, em que se anunciava, após vários considerandos, ter-se resolvido dar execução ao horário das 8 horas de trabalho. Contudo, o “Comércio de Guimarães” escreveu que, na segunda-feira seguinte, os

---

<sup>88</sup> A velha Guarda, 08-04-1919, p. 3.

operários e lojistas entraram nos seus empregos às horas regulamentares”.<sup>89</sup> O mesmo sucedeu em Outubro, quando, apesar de muitos operários, principalmente os marceneiros, não se apresentarem ao trabalho e estarem resolvidos a não o retomar enquanto lhes não fossem concedidas as oito horas, outros operários “resolutos”, não acatando as resoluções tomadas pelas suas associações de classe, retomaram o trabalho à hora habitual.<sup>90</sup>

Aqui, como noutros lugares, esta medida não teve aplicação prática, transformando-se numa “frustração e reivindicação dolorosas”.<sup>91</sup>

Um articulista do jornal “Gil Vicente”, semanário monárquico, referindo-se ao voto de protesto da Associação Comercial de Guimarães contra o novo regulamento, considerou que esta medida era inadequada ao modo de vida da província pois o aldeão, para aproveitar a jornada de trabalho, ia cedo à cidade fazer as suas compras e o novo horário do comércio era desajustado a tal estilo de vida.<sup>92</sup>

Em 3 de Outubro deste ano, também os operários das Quatro Artes de Construção Civil não retomaram o trabalho, por não lhes ser concedido o horário de 8 horas de trabalho. O “Comércio de Guimarães”, no entanto, previa que voltariam ao trabalho, pois o governo tinha adiado a execução da lei.<sup>93</sup> De facto, apesar desta exigência do proletariado de Guimarães, o decreto só entrou em vigor em 1 de Novembro desse ano, facto que, mesmo assim, mereceu muitos protestos por parte dos industriais.<sup>94</sup> A luta pelo cumprimento da lei das 8 horas de trabalho vai prolongar-se até á década de 30.

Segundo o bissemanário “Comércio de Guimarães”, outras greves ocorreram no mês de Novembro “na mais completa harmonia e sossego”. A Associação de Classe dos Alfaiates e Costureiras entrou em greve, reivindicando aumento do ordenado.<sup>95</sup> Após dois dias de descanso e com garantia de melhoria da situação, voltaram ao trabalho. Estiveram também em greve os operários das Quatro Artes de Construção Civil.<sup>96</sup>

Era, contudo, a carestia de vida que mais afligia o operariado vimaranense. A este respeito, o articulista do “Comércio de Guimarães” escreveu:

---

<sup>89</sup> Comércio de Guimarães, 20-05-1919, p. 2.

<sup>90</sup> Gil Vicente, 05-10-1919, p. 2.

<sup>91</sup> ALVES, Jorge Fernandes, Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) - Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, pp. 112-125.

<sup>92</sup> Gil Vicente, 12-10-1919, p. 2

<sup>93</sup> Comércio de Guimarães, 03-10-1919, p. 2

<sup>94</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. e SERRÃO, Joel (1991) - Nova História de Portugal. Portugal, da Monarquia para a República. Vol. XI, pp. 208-210.

<sup>95</sup> Comércio de Guimarães, 23-05-1919, p. 2.

<sup>96</sup> Comércio de Guimarães, 27-05-1919, p. 2.

" Sobem vertiginosamente os preços a todos os artigos de consumo, esperando-se que em breve o arroz e o azeite adquiram preços só acessíveis a bolsas ricas.

Com a carne de vaca a 20\$000 e 25\$000 réis a arroba, as batatas a 240 o kilo e a pescada a 1\$200 réis que se há-de comer? Terminou a guerra e, quando tudo devia baixar de preço, é o contrário: - tudo sobe e tudo desaparece!

D'onde partirá tão infame e torpe especulação?<sup>97</sup>

Por diversas vezes a imprensa alertou para as consequências da saída de milho para fora do concelho. Na mesma edição, o mesmo periódico difundiu que de Guimarães ia milho em grandes quantidades para o Porto e outros concelhos, sendo difícil encontrar um alqueire à venda. Apelou para que as autoridades não permitissem que saísse do concelho aquilo que a breve prazo lhes poderia fazer falta. O pouco pão que se poderia encontrar podia custar mais de 3\$500 réis, muito próximo dos valores do último ano. Considerava que, com essa subida vertiginosa, o milho chegaria aos valores atingidos no último ano.

Em Agosto de 1919, Guimarães foi autorizada a criar Bolsas de Trabalho.<sup>98</sup> As Associações de Classe desta cidade reuniram com o objectivo de elegerem dois delegados seus para integrarem a comissão directora dessa Bolsa de Trabalho.<sup>99</sup> Foram nomeados para fazerem parte das comissões das Bolsas Sociais de Trabalho desta cidade José Pinheiro, como presidente; Mário de Sousa Azevedo, no papel de secretário e António Lopes Carvalho, como vogal.<sup>100</sup>

A Bolsa de Trabalho foi uma instituição pública destinada ao encontro diário dos operários e dos seus agentes síndicos, para ajustarem os seus contratos, para se engajarem e para darem ou receberem informações sobre o mercado de trabalho. Destinada ao melhoramento das condições do trabalho do operário, teve a sua origem, entre nós, em 1889, depois da visita de alguns operários portugueses à Bolsa de Trabalho de Paris, por ocasião da Exposição Universal.

A comissão executiva do Congresso das Associações Operárias, em 1889 e 1890, não desprezou a ideia de adoptar em Portugal esta instituição. O Governo mostrou-se receptivo a estas aspirações dos operários. Destinou parte da receita proveniente das taxas dos passaportes à constituição do capital necessário à formação dessas Bolsas (Lei de 30 de Junho de 1891).

Em 14 de Julho, decretou-se a nomeação de uma comissão incumbida de formular as bases para a criação de Bolsas de Trabalho. Entretanto, o

---

<sup>97</sup> Comércio de Guimarães, 09-01-1920, p. 2.

<sup>98</sup> Comércio de Guimarães, 12-08-1919, p. 2.

<sup>99</sup> A Velha Guarda, 05-09-1919, p. 2.

<sup>100</sup> A Velha Guarda, 02-01-1920, p. 2.

Ministério das Obras Públicas oficiou à Associação dos Trabalhadores convidando-a a eleger, de acordo com as diversas classes do operariado, cinco membros, os quais, juntamente com os outros escolhidos pelo Governo, elaborariam as bases das bolsas. No entanto, a crise financeira terá impedido que a ideia das bolsas se concretizasse.

Em 9 de Março de 1893, Bernardino Machado decretou as normas para a organização das Bolsas de Trabalho. Declarou-as estabelecimentos públicos legalmente autorizados, destinados a servir de intermediários para a oferta e procura de trabalho, promovendo não só as relações entre patrões e empregados, operários e aprendizes da respectiva especialidade (para facilitar a colocação destes), mas também a recolha e a divulgação de informações precisas sobre o estado do mercado de trabalho de cada especialidade no país, a fim de dar a conhecer aos empregados, operários e aprendizes, as condições de oferta e de procura nos principais centros industriais.

Segundo o regulamento de 25 de Maio do mesmo ano, as Bolsas ficariam sob a inspecção do Ministério das Obras Públicas e seriam administradas por comissões compostas por um presidente nomeado pelo governo e por quatro vogais eleitos de dois em dois anos pelas associações de classe legalmente constituídas, da localidade, exercendo gratuitamente as suas funções. O Decreto criava uma Bolsa em Lisboa e outra no Porto e permitia a criação de outras nas capitais de distrito ou sedes de concelho que fossem centros industriais de reconhecida importância, desde que o requeressem a maioria das associações de classe da localidade ou as respectivas corporações administrativas.

Em cada Bolsa, devia organizar-se, semanalmente, o preço corrente dos salários de cada profissão (máximo e mínimo), baseados nos ajustes feitos por intermédio dos agentes. As ofertas e os pedidos de trabalho seriam afixados em dois quadros na sala de espera da Bolsa.

O semanário “A Alvorada”, na edição de 29 de Abril de 1911, escreveu que, estando Bernardino Machado à frente dos destinos do país, deveria lembrar-se destas leis por si criadas.<sup>101</sup>

Voltando à questão do abastecimento de cereais, em Dezembro de 1919, o Comércio de Guimarães fez referência à decisão das autoridades do concelho que ordenavam que o milho transitasse livremente, sem auxílio de guardas, apesar da oposição de alguns regedores, sem sucesso, à saída de pão para esta cidade. A tabela estipulada foi de 5\$000 réis e a autoridade concelhia garantiu o pão, que adquiriu em outros concelhos, para o consumo de todo o ano.<sup>102</sup>

Estas medidas mantiveram-se nos anos seguintes. No entanto, em Setembro de 1921, foram apreendidos em Brito seis carros de feijão que se destinavam a outros concelhos. Este cereal seria posto à venda na esquadra

---

<sup>101</sup> A Alvorada, 29-04-1911, p. 2.

<sup>102</sup> Comércio de Guimarães, 17-12-1920, p. 2.



da polícia<sup>103</sup>. Um ano depois, a autoridade administrativa do concelho proibia a exportação de milho, trigo, feijão, centeio, batata, cebola, ovos e galinhas. Os produtos excedentes só poderiam ter saída mediante guia passada na administração.<sup>104</sup>

A conjuntura era, portanto, extremamente penosa para o operariado. O ano de 1920 ficou marcado por grande agitação operária, os trabalhadores dos centros populacionais mais pequenos sentiram duramente os efeitos da crise. Com a guerra, a inflação aumentou de ano para ano, floresceu o mercado negro dos açambarcadores e especuladores. Quase todos os géneros alimentares eram desviados para Lisboa e Porto, onde eram vendidos mais caros. Face a esta situação, os operários, afastados da orgânica sindical, dispersos e sem organização, não tiveram outra opção senão assaltarem lojas e armazéns, indo buscar a comida onde ela se encontrava. Uma onda de assaltos varre o País de Norte a Sul. Esta vaga de assaltos foi precedida por numerosas greves, levadas a cabo logo no princípio do ano. Foram as greves dos corticeiros no Barreiro, em Évora e Lisboa; dos curtidores em Guimarães (da qual nos referiremos a seguir); dos padeiros em Braga; dos telefonistas, descarregadores e pessoal de viação no Porto. Nesta cidade, as lutas converteram-se, no dia 19 de Janeiro, numa greve geral por aumento de salários, que abarcaria mais de 50 mil operários de diferentes indústrias. Deram-se recontros entre grevistas e a polícia e a GNR e, no dia 21, foi decretado o estado de sítio. Foram encerradas as sedes dos sindicatos e presos dezenas de militantes sindicais. A greve e as batalhas campais entre grevistas e a polícia prolongaram-se. Num desses confrontos morreram dois operários. Perante a firmeza dos trabalhadores, o governo-civil foi obrigado a ceder e a pressionar o patronato para que fizesse uma série de concessões. A greve terminou pouco depois, com a vitória dos grevistas.<sup>105</sup>

Em Guimarães, os operários também reagiram à conjuntura extremamente penalizadora. Logo em 20 de Janeiro, o “Comércio de Guimarães” anunciava, para toda essa semana, uma greve geral dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil. Dava conta de que operários curtidores e surradores ainda continuavam em greve, realçando, o seu comportamento ordeiro.<sup>106</sup> No dia 23, esta greve ainda decorria, sem solução à vista. Entretanto, a greve dos padeiros, iniciada no mesmo dia 20, tinha terminado. Esta classe conseguiu um aumento de 30% dos salários. Apesar da greve, o pão nunca faltou.<sup>107</sup>

---

<sup>103</sup> Comércio de Guimarães, 23-09-1921, p. 2.

<sup>104</sup> Comércio de Guimarães, 05-09-1922, p. 1.

<sup>105</sup> Rocha, Francisco Canais - unidade e solidariedade - armas dos trabalhadores. as greves vitoriosas de 1920. in

[http://fiequimetal.pt/fstiep/index.php?option=com\\_content&task=view&id=413&Itemid=41](http://fiequimetal.pt/fstiep/index.php?option=com_content&task=view&id=413&Itemid=41)

<sup>106</sup> Comércio de Guimarães, 20-01-1920, p. 2.

<sup>107</sup> Comércio de Guimarães, 23-01-1920, p. 2.

No dia 27 do mesmo mês, ainda durava a greve dos operários curtidores e surradores.<sup>108</sup> Não tinha sido possível obter um acordo entre operários e patrões. Uma comissão de grevistas percorreu “ordeira e pacatamente a cidade, angariando donativos para os ajudar na sua triste situação. Alguns foram para o Porto procurar trabalho”.<sup>109</sup> Em 6 de Fevereiro, voltámos a ter notícias de que esta greve ainda persistia.<sup>110</sup>

No dia 9, explodiu uma bomba colocada nas traseiras da casa do industrial António Martins Leite, na rua de Couros<sup>111</sup>. O jornal “Comércio de Guimarães”, de uma forma dissimulada, associou este atentado aos grevistas. O título da notícia, “Triste desfecho d'uma greve!”, é elucidativo. Uma filha do referido industrial, de nome Antónia Maria, com cinco anos de idade, manuseou o engenho (“bomba de colorato”) e provocou a explosão. Foram também atingidos com gravidade outros dois filhos. O pai, que estava perto das crianças, foi também atingido por estilhaços. A criança que manuseou a bomba morreu e o industrial ficou com a mão direita esfacelada. O jornal não deixou de associar este atentado às más condições de vida e à subida dos preços. A autoridade administrativa mandou proceder a inúmeras detenções.<sup>112</sup>

Acerca destes operários “agitadores”, o jornal monárquico “Gil Vicente” escreveu:

“sabendo, porque mais cultos dos que os que os ouvem, ser uma utopia a igualdade que impingem, e que nunca poderá tornar-se em realidade, não teem um rebate de consciência quem os determine a pôr cobro a propagandas assim tão dissolventes, tão absurdas e tão asnáticas!

E então veem aos centros do proletariado, tirar-lhe o socego, arrancá-lo ao trabalho, introduzir-lhe no cérebro inculco ideias libertárias de revolta, de indisciplina e de ferocidade.

Haja em vista o que se passa. Em Portugal, o operário era um ser pacato, fiel, submisso e respeitador. Hoje, o que é? Hoje que fizeram d'elle? Um indisciplinado, um agente da desordem, um instrumento servil dos palradores e comicieiros sem escrúpulos.

O que se passou em Guimarães prova-o eloquentemente...

A associação dos curtidores e surradores não se honrou em nada com o desastre succedido. Queremos com isto dizer que foram elles os cauzadores do desastre, ou por outra que foram elles quem collocou a bomba na residência do Sr. Martins? Não; não temos provas d'isso.

Mas o que também podíamos jurar é que não pertencem aos patrões taes instrumentos de destruição e de morte. Quem sabe se seriam ele-

---

108 Gil Vicente, 25-01-1920, p. 2

109 Comércio de Guimarães, 27-01-1920, p. 2.

110 Comércio de Guimarães, 06-02-1920, p. 2.

<sup>111</sup> Segundo o jornal A Velha Guarda este acidente terá ocorrido na Rua de Vila Verde.

<sup>112</sup> Comércio de Guimarães, 10-02-1920, p. 2.

mentos perturbadores, - que os ha sempre em todas as greves- que assim enlamearam e envileceram um movimento de classe?

Quem sabe! Que os elementos honestos dos operarios curtidores e surradores se acautellem! Casos como o que aconteceu dehonram quem os pratica ou quem com elles é solidário..."<sup>113</sup>

O periódico "A Velha Guarda" escreveu que "como os operários surradores e curtidores estavam em greve, suspeitou-se que fossem eles que a colocaram no quintal, pois ela explodiu, pelas 16 horas... Foram presos 16 operários, que passados dias foram soltos." À cidade chegaram dois agentes da polícia de investigação criminal do Porto, a fim de descobrirem os autores de "tão lamentável e criminoso acto".<sup>114</sup>

Entretanto, em Março, entraram em greve os funcionários dos correios de Guimarães.<sup>115</sup> Tal como em outras localidades do país, a violência operária continuou. No início de Junho do mesmo ano, os operários grevistas das quatro artes da construção civil maltrataram um patrão por não querer assinar a tabela salarial por eles apresentada. Algumas obras estiveram guardadas. No entanto, a edição de 8 de Junho do "Comércio de Guimarães" anunciava que a greve tinha terminado.

O mesmo jornal, na sua edição de 9 de Julho, anunciava uma greve do pessoal da Fábrica de Fiação e Tecidos de Guimarães. Devido a esta greve, foi requisitado o auxílio da Guarda Republicana para garantir a liberdade de trabalho.<sup>116</sup> No dia 13 do mesmo mês, este bissemanário, numa notícia extensa com o título "Guimarães em «pé de guerra»", informa sobre uma greve geral em Guimarães. No mesmo texto, referindo-se ao fim da greve operária do pessoal da Fábrica da Avenida, transcreve os officios trocados entre a União dos Sindicatos Operários de Guimarães e os Directores da Fábrica de Fiação e Tecidos de Guimarães.<sup>117</sup>

Na edição do dia 6 deste mês de Julho, o mesmo periódico fez menção de uma carta do Presidente da Comissão Administrativa da Cozinha Económica Vimaranense, D. José Ferrão, na qual lamentava a difícil situação dessa associação, criada dois anos antes. Considerava que se não acudissem de forma pronta, essa instituição jamais abriria e assim ficariam "por essas ruas dezenas de creanças, que diariamente alli iam receber alimentação. E é sabido de todos a crise que atravessam as casas de caridade..." Neste artigo, o articulista questionava: "não poderá manter-se esta casa reduzindo o número de creanças? Se alli se alimentavam 200 ou 100 porque não reduzi-

<sup>113</sup> Gil Vicente, 15-02-1920, p. 1.

<sup>114</sup> A Velha Guarda, 25-02-1920, p. 2.

<sup>115</sup> Gil Vicente, 14-03-1920, p. 2.

<sup>116</sup> Comércio de Guimarães, 10-07-1920, p.2.

<sup>117</sup> Comércio de Guimarães, 13-07-1920, p.1.

las a 50, escolhendo aquelles que disso mais necessitem?...Amparai pois a Sopa Económica."<sup>118</sup>

Em Novembro, a agitação operária causada pela carestia de vida agrava-se. No dia 12 desse mês, a União dos Sindicatos Operários distribuiu profusamente, pela cidade, uma convocatória dirigida ao operariado, para uma reunião magna a realizar na sua sede. O objectivo era, mais uma vez, discutir a questão da subida do preço do milho e outros cereais que escasseavam no mercado.<sup>119</sup>

A 19 de Novembro, o Comércio de Guimarães escreveu:

“Enganam-se aquelles que julgam terminado o conflicto aberto entre a classe operaria e a assustadora carestia de vida(...)

A classe operaria, que em Guimarães é numerosíssima, espera vêr realisadas as suas aspirações que em parte são justas. (...) Temos ouvido alguns operarios que, fazendo bem as contas e ganhando n'uma semana o que os privilegiados da sorte ganhavam antigamente n'um mez, não lhes chega para seu sustento e dos seus.(...)

A nosso ver, o que veio contribuir para a carestia de vida foi o miliciano e o agiota que têm dezenas de negócios, centenas de empresas, que, exploradas vão sempre difficultar e encarecer a vida.(...)”

O mesmo artigo fez alusão à reunião na sede das Associações Operárias. Estas, de forma ordeira, reuniram-se e dirigiram-se à Câmara Municipal, reclamando medidas urgentes contra a carestia de vida. Referiu-se ainda que mais reuniões estavam previstas.

Aludindo a essa reunião das classes operárias, um artigo do jornal Gil Vicente, aconselha prudência e bom senso:

"...Sabemos de famílias compostas de 4 indivíduos que vão até 8 e que sam precisamente aquelas que auferem mais baixos salários variando entre 1\$20 e 3\$000 réis [diários]. Duma família sabemos nós que tem cinco crianças que são sustentadas, vestidas e educadas pelo trabalho de duas senhoras que exercem a modesta profissão de costureiras. Afirmam-nos que só em pão gastam 1\$600 (4 quilos) diariamente que com azeite, feijão, lenha, renda de casa, etc. não chegam 5 mil réis por dia!<sup>120</sup>

Na sequência deste artigo, foi publicado um edital assinado por António Lopes de Carvalho, vice-presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal:

---

<sup>118</sup> Comércio de Guimarães, 06-07-1920, p. 1.

<sup>119</sup> Comércio de Guimarães, 12-11-1920, p. 2.

<sup>120</sup> Gil Vicente, 14-11-1920, p. 2.

“EDITAL

António Lopes de Carvalho, Vice-presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, servindo de Administrador do Concelho de Guimarães:

Tornando-se necessário dar satisfação a justas reclamações das classes pobres e ainda por que se torna indispensável averiguar a veracidade da maior parte dos manifestos relativos à produção - Hei por bem determinar, para conveniência e garantia da ordem publica, que, até ordem em contrário, não seja permitida a saída do milho produzido no concelho para fora do mesmo.

Mas faço saber: que toda a alteração da ordem pública, seja sob que fundamento for, será reprimida com toda a energia, porquanto, como é evidente, nenhum sistema social pode funcionar em regime de desordem, de violência e de indisciplina.

Guimarães, Administração do Concelho, 17 de Novembro de 1920.

A. L. de Carvalho”.<sup>121</sup>

Esta posição de força do vice-presidente da comissão executiva da Câmara Municipal não impediu o clima de revolta que se viveu em Guimarães nos dias 18 e 19 de Novembro (sexta e sábado). O jornal “Comércio de Guimarães” descreve de forma pormenorizada os acontecimentos. Refere que “a cidade e as aldeias estiveram entregues à população”. Na sequência da proibição de um comício marcado para essa sexta-feira, pelas forças operárias de Guimarães, a população assaltou o estabelecimento de Francisco Joaquim da Costa Magalhães, esvaziando a loja num abrir e fechar de olhos. Apenas restaram as estantes.

O mesmo jornal refere:

“Rua abaixo todos sobraçavam com a maior tranquilidade, saccas de arroz, de assucar, de café, queijos, barris de vinho fino, garrafas do dito, vassouras, sabão, massas, fardos de fazendas, que n'aquelle estabelecimento estavam a guardar, emfim até as balanças lhe roubaram!...

O povo amotinado espalha-se e a pouca força pública que apparece, apenas chega para policiar o Largo do Toural, obstando a repetição dos acontecimentos.

A cidade entregue às suas próprias forças passa horas de incerteza e sobressalto...

Esboçam-se assaltos e o povo entra em outros estabelecimentos, roubando tudo...Uma multidão enorme se dirige a S. Miguel, subúrbios

---

<sup>121</sup> Comércio de Guimarães, 19-11-1920, p. 2.

d'esta cidade, ao estabelecimento do Rev.mo Ramalho. Foi uma razia completa...

Até nos dizem que subiram à casa, levando roupas, utensílios de cozinha, viveres que estavam para gasto da casa, tudo que puderam!... Os sinos tocaram a rebate mas ... quem fazia frente à multidão amotinada?

Durante a noite dirigiram-se a vários celeiros e saquearam tudo! Não numeramos nomes porque a todo o momento nos chegavam notícias de violências praticadas no concelho de Guimarães.

No sábado, a cidade amanheceu como que coberta de lucto e dôr.

Os estabelecimentos e casas comerciais conservavam-se hermeticamente fechados. Era dia de feira, e a cidade apresentava um aspecto melancólico e triste. Lavradores conduziam carros de hortaliça para o mercado. O povo invade-o e rouba tudo o que encontra!

Mais tarde, a força pública, já então mais numerosa, invade o mercado e garante a ordem. Era tarde!

Quase nada alli appareceu!

Foi então, tardiamente, entregue a cidade ao commando militar, tendo chegado a cavallaria e reforços militares. Succedeu-se um pouco, e os estabelecimentos, protegidos pela força, foram abrindo, a medo encerrando-se às primeiras horas da tarde.

Durante todo o dia grupos de populares se dirigiram às nossas aldeias, saqueando tudo que pacatamente conduziam para suas casas (...)

À prudência de muitos se deve não termos a registar algumas mortes.

No sabbado, o (...) fidalgo D. José Ferrão que também viu a sua casa invadida pela população, pôz na feira cinco carros de milho, protegido pela força, foi vendido a quatro mil réis. O povo durante o dia, em attitude hostil, invadiu grande numero de casas de proprietarios, obrigando-os a vender o milho a 4\$000 réis o alqueire. A venda era protegida pela força pública.

As padarias, bancos e recebedoria, etc. estiveram guardadas militarmente....

No sabbado à tarde chegou a esta cidade o snr. governador civil do districto, que ainda encontrou Guimarães no estado lastimoso que acima se descreve.

No meio d'uma multidão que reclamava, dirigiu-se à administração do concelho, d'onde fallou ao povo.

Pediu ordem, o regresso aos trabalhos e prometeu providenciar, parecendo que se pensa em tabelar os generos em Guimarães..."<sup>122</sup>

Por sua vez, o semanário republicano "A Velha Guarda" manifestou-se contra as greves e a favor da mobilização dos operários na criação de coope-

---

<sup>122</sup> Comércio de Guimarães, 23-11-1920, pp.1-2.

rativas de consumo, dando como exemplo de boas práticas a cooperativa Económica Vimaranesense. O articulista considerou que,

"Já que os operários gastando o dinheiro da suas associações em palavreados político-socialistas e na fomentação de greves, que, quando melhor sucedidas mais os prejudicam, não podem realizar os capitais necessários para uma grande cooperativa de consumo, e esse deveria ser o seu ideal, obriguem a Câmara a substituí-los, que a esta não falta agora o dinheiro, de tal forma agravou as contribuições."<sup>123</sup>

Em 26 de Novembro de 1920, o Comércio de Guimarães escreveu que as razias continuavam. Bandos de populares continuavam a invadir as aldeias, exigindo a venda imediata do milho existente à razão de 4\$000 réis o alqueire.

O jornalista lamentou que os caseiros tenham sido invadidos e obrigados a vender o milho que possuíam pois, desse modo, o cereal esgotaria rapidamente na cidade. Defendeu que o pão devia ser transportado para Guimarães, para aí ser vendido à população. Sugeriu que os proprietários se reunissem e decidissem abastecer semanalmente o mercado com o milho necessário.

A Associação Comercial enviou um telegrama ao Governador Civil, pedindo-lhe que tomasse diligências na defesa dos proprietários e comerciantes vítimas do assalto à cidade perpetrado pelos operários. Exigia medidas que assegurassem a ordem pública e atendessem às reclamações das classes trabalhadoras. A mesma Associação enviou um telegrama ao Presidente do Ministério, em Lisboa, que informava que a cidade de Guimarães e as freguesias rurais estavam à mercê dos operários por falta de milho. Pedia-se providências, nomeadamente, a remessa de algum milho para abastecer a cidade e o concelho.<sup>124</sup>

Em resposta ao telegrama que o Governador Civil enviou ao governo, foi-lhe solicitado que continuasse nas suas funções e providenciasse, para Guimarães, as medidas que fossem necessárias, de acordo com a gravidade da situação, dado que o governo central era incapaz de resolver por si este problema.

Na mesma edição de 26 de Novembro, o jornal "Comércio de Guimarães" informou que a autoridade administrativa enviou uma circular aos industriais de Guimarães, pedindo-lhes para criarem celeiros junto das suas fábricas.<sup>125</sup>

Poucos dias depois, o Sindicato Operário de Guimarães reuniu repetidas vezes e conferenciou com o Governador Civil do distrito na intenção de encontrar uma solução para o conflito provocado pela carestia do pão. Não

---

<sup>123</sup> A Velha Guarda, 20-11-1920, p. 1.

<sup>124</sup> Gil Vicente, 28-11-1920, p. 2.

<sup>125</sup> Comércio de Guimarães, 26-11-1920, p.1.

houve resultados. Foram chamados os padeiros da cidade e foi-lhes dito que não deveriam vender o pão a mais de 250 réis o quilo. Os padeiros, porque só conseguiam a matéria-prima por preços elevados, resolveram não cozer no dia 3 de Dezembro.

Segundo o jornal “Comércio de Guimarães”, os vimaranenses assistiam ao “doloroso espectáculo de não ter pão para o seu consumo. Quase todas as padarias abriram as suas portas, mas não tinham pão à venda, e por um padeiro foi dito que enquanto não adquirissem milho a 4\$000 réis, o não poderão dar a 250 réis o quilo.”<sup>126</sup>

Nos primeiros dias Dezembro, num sábado, por haver falta de pão no mercado, houve ali alguns conflitos entre o povo e a guarda republicana. Houve feridos, embora sem gravidade. Porém, as padarias já tinham pão à venda, embora ao preço de 300 réis o quilo pelo facto de os cereais lhes terem sido vendidos a 5\$000 réis o alqueire. Condenam-se novamente os açambarcadores, de “bico amarelo”, que conduziam o concelho praticamente à guerra civil.

Nas freguesias do concelho, criaram-se celeiros. Os Bombeiros Voluntários também continuavam a sua altruísta missão, angariando o pão indispensável para o sustento dos seus membros.<sup>127</sup>

Esta instabilidade ainda se sentia no ano seguinte. Em 23 de Agosto de 1921, o jornal “Comércio de Guimarães” informava que, na tarde do dia anterior, bandos de operários percorreram as ruas da cidade de Guimarães. Temia-se desordem pública, tal como tinha ocorrido alguns meses antes. Alguns dos manifestantes faziam-se acompanhar de sacholas e alguns estabelecimentos de mercearia e padaria, precavendo-se contra um assalto, encerraram as suas portas. A autoridade administrativa tomou as devidas providências.<sup>128</sup>

Em Dezembro do ano seguinte, na sede da União de Sindicatos Operários, as classes trabalhadoras locais protestaram, uma vez mais, contra a carestia de vida, em particular, contra o “fabuloso preço do pão”.<sup>129</sup>

Na edição de 16 de Fevereiro de 1923, o “Comércio de Guimarães” relata cenas de violência entre os operários da marcenaria Neves & Companhia<sup>130</sup>:

---

<sup>126</sup> Comércio de Guimarães, 03-12-1920, p. 1.

<sup>127</sup> Comércio de Guimarães, 07-12-1920, p. 2.

<sup>128</sup> Comércio de Guimarães, 23-08-1921, p. 1.

<sup>129</sup> Comércio de Guimarães, 05-12-1922, p. 2.

<sup>130</sup> Para podermos avaliar a importância desta empresa em Guimarães, transcrevemos a notícia publicada no “Comércio de Guimarães”, no dia 30 de Maio de 1924: “A conceituada firma vimaranense Neves & C<sup>a</sup> Lda. enviou um offício ao comandante dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, Simão da Costa Guimarães, acompanhado com a quantia de 1 conto de réis para auxílio da Caixa de Socorros daquela benemérita instituição.” p. 2.



"...a classe operária de Guimarães que se conta hoje por alguns milhares, voltou, ultimamente, a fazer novas reclamações.

Os operários da importante marcenaria dos snrs. Neves & Companhia fizeram reclamação de 40%.

Foram atendidos em parte, isto é, auferiram um aumento de 20%.

Não se deram porém por satisfeitos e reclamaram agora 8 horas de trabalho com os salários actuais.

Há já bastante tempo que andam estes operários em «greve», sem que se tenha chegado a resoluções satisfatórias. Na segunda-feira transacta alguns artistas, poucos, foram trabalhar. Não o levaram a bem os seus companheiros, e, esperando-os, agrediram-nos rijamente.

N'aquelle momento (...) vimos o operariado de Guimarães, em geral tão cordato, em verdadeira campanha sanguinolenta. Cavallos marinhos, revolveres, pedradas, grossas bengalas, machadas de bombeiros, tudo serviu, podendo ter havido mortes a lamentar.

Houve alguns ferimentos de certa gravidade, e muito mais haveria se não apparecessem dois guardas que se esforçaram por serenar o conflicto, levando alguns presos e outros à pharmacia..."<sup>131</sup>

No final desse ano, em meados de Novembro, o mesmo jornal refere o rebentamento de uma bomba de dinamite junto a um barracão de curtumes, na Rua de Couros. Foram presos alguns operários desta indústria, sob suspeita de conivência no lançamento dessa bomba, mas seriam libertados dias mais tarde, por não haver provas que os compromettessem.<sup>132</sup> Após uma reunião na sede da Associação das Classes Operárias, em sinal de regozijo por terem sido postos em liberdade, grupos de operários atravessaram algumas ruas da cidade, "entoando hinos revolucionários e dando vivas à anarquia, revolução social, etc., etc. misturados com os morras do estylo."<sup>133</sup>

A partir de 1924, os operários vimaranenses debateram-se com uma grave crise de trabalho. Em 27 de Outubro desse ano, o operariado reuniu em massa, no salão do teatro Gil Vicente, para apreciar o comportamento dos industriais vimaranenses face à crise de trabalho que ia alastrando "pavorosamente" pelo concelho. Nessa reunião, em sinal de protesto, o operariado declarou uma greve geral. No dia seguinte, via-se um grande número de operários pelas ruas da cidade.<sup>134</sup> Lamentando a atitude pouco correcta e digna de alguns dos reclamantes, o jornal "Comércio de Guimarães" escreveu que

<sup>131</sup> Comércio de Guimarães, 16-02-1923, p. 1.

<sup>132</sup> Jornal Comércio de Guimarães, 20-XI-1923, p. 1

<sup>133</sup> Comércio de Guimarães, 20-11-1923, p. 2.

<sup>134</sup> Comércio de Guimarães, 28-10-1924, p. 2.

“... os operários, em número de algumas centenas, na terça e quarta-feira passada abandonaram o trabalho e percorreram a cidade em atitude hostil... Houve comícios, e dizem-nos, que alguns oradores proferiram frases que feriram o brio e a dignidade das classes militar e eclesiástica. Isto mais veio acirrar os ânimos, e se não houvesse o bom senso de entregar a cidade ao commando militar, haveria hoje, estamos convictos, casos dignos de censura. Os ânimos estavam exaltados. Houve tentativas de assalto, correrias, violências várias, e tudo se preparava para reagir.

A auctoridade administrativa, em virtude das reclamações recebidas, entregou a cidade ao commando militar sendo severas as ordens dadas.

Além das 9 horas, ninguém podia transitar, sem motivo justificado, e, mesmo de dia, não eram contentidos grupos parados nas ruas.

As ordens foram tão acertadas, que os "grevistas" houveram por bem desistir dos seus intentos e retomar o trabalho.

Tinham os artistas de Guimarães motivo para fazerem o que fizeram? Não nos parece ainda que era chegado o momento.

Nos grandes e importantes centros, como seja o Porto, organizam-se socorros para os sem trabalho, mas, por enquanto, em Guimarães, o número de desempregados ainda não é avultado.

Os snrs. industriaes teem procurado repartir o trabalho, diminuindo às horas de labutação.

É possível, e bem possível mesmo, que amanhã, a classe operaria tenha necessidade de fazer o que as suas congêneres fazem. Por enquanto não!..”<sup>135</sup>

Na sequência destes acontecimentos, foram presos alguns operários acusados de crime de assalto à propriedade e ameaças de agressão.<sup>136</sup>

Perante esta grave crise de trabalho atribuída, por alguns, à instabilidade cambial, no dia 14 de Novembro, um grupo de vimaranenses, em reunião assaz concorrida, condoendo-se da lamentável situação em que se encontravam os operários e suas famílias e tendo em conta que havia já operários que lutavam contra a fome, tiveram a iniciativa louvável de minorarem a comovente e dramática situação daqueles necessitados, fornecendo-lhes uma sopa diária. Esta medida foi calorosamente aplaudida e acolhida com entusiasmo pelos presentes. Para o efeito, foram eleitas duas comissões: uma encarregada de angariar os meios necessários, a outra responsável pela sua administração e pela gestão da “sopa”. Estas duas comissões foram integradas por António Francisco Ferreira de Castro, Augusto J. D. d'Araújo, Francisco Ribeiro Martins da Costa, João Martins de Freitas, João Rodri-

---

<sup>135</sup> Comércio de Guimarães, 31-10-1924, p. 2.

<sup>136</sup> Comércio de Guimarães, 07-11-1924, p. 1.

gues Loureiro, José Ferrão, José Pinto Teixeira d'Abreu e Luís Cardoso Martins de Menezes.

Os membros da primeira comissão tinham a tarefa de esmolar, junto dos seus concidadãos, para os operários sem trabalho e sem pão. Todas as dádivas, preferencialmente mensais, constituiriam “uma letra sacada que a aceitante pagará com generosos juros na ocasião solene e oportuna do seu vencimento.”

Os responsáveis por esta iniciativa tinham a convicção que todos “corresponderiam de bom grado e com prazer a este apelo de solidariedade cristã, confirmando assim as tão notáveis qualidades de generosidade vimaranense assaz aprovadas. Dar aos pobres é emprestar a Deus; amar o próximo é amar-se a si próprio.”<sup>137</sup> Nas edições dos dias 2 e 5 de Dezembro, o “Comércio de Guimarães” publicou uma extensa lista de contribuições para esta sopa económica. Os donativos oscilavam entre os 5\$00 e os 500\$00 réis. Nesta lista são também apresentadas contribuições em géneros: azeite, milho, centeio, arroz, bacalhau e cebolas.<sup>138</sup>

Na edição de 9 de Dezembro, o mesmo periódico informou também sobre a abertura da inscrição para o auxílio domiciliário, em géneros, aos operários sem trabalho. Esses subsídios seriam entregues, até ao dia 14, na residência do António Luíz da Silva Dantas, sita na rua 31 de Janeiro, das 2 às 5 da tarde.<sup>139</sup> Uma nota oficiosa da comissão executiva do auxílio aos operários sem trabalho de Guimarães informou que, na distribuição extraordinária do Natal, realizada no dia 23 de Dezembro, foram distribuídas 3.298 rações no valor de 3.403\$80.<sup>140</sup> No entanto, este jornal faz referência a que, em Guimarães, como em outras localidades do país, houve abusos nestas subscrições a favor dos operários sem trabalho, apesar de haver um diploma do governo que reprimia esses abusos. Exigia-se uma autorização da polícia administrativa e as respectivas folhas de subscrição deviam ser autenticadas por quem de direito.<sup>141</sup>

Este mesmo periódico informou que “as principais fábricas do país notificaram aos seus operários que, a partir de Janeiro, baixariam os salários 50 e 70%.”<sup>142</sup> No dia 9 de Janeiro de 1925 noticiou que:

“...Por todo o Portugal, principalmente nos meios industriaes ou fabris, a família operaria, atravessa a crise mais grave de que há memória....

<sup>137</sup> Comércio de Guimarães, 21-11-1924, p. 1.

<sup>138</sup> Comércio de Guimarães, 02 e 05-11-1924, p. 1.

<sup>139</sup> Comércio de Guimarães, 09-12-1924, p. 1.

<sup>140</sup> Comércio de Guimarães, 09-01-1925, p. 2.

<sup>141</sup> Comércio de Guimarães, 24-04-1925, p. 1.

<sup>142</sup> Comércio de Guimarães, 02-01-1925, p. 1.

As fábricas vão trabalhando em dias alternados, para o seu pessoal não morrer de fome, mas... os salários baixam, e o custo de vida é pavoroso!...

Guimarães, cidade essencialmente industrial e commercial, não foge também a esse triste e doloroso pesadelo.

Não há trabalho, não há aonde o adquirir, e os operários contam-se por alguns milhares.

Foi Guimarães uma das cidades mais beneficiadas com o aumento da indústria e commercio, como está sendo uma das mais experimentadas nos revezes.

Já diminuíram muitos salários, e em breve, nos dizem, diminuirão outros, para que o trabalho não falte por completo, vindo avolumar o quadro dos sem pão....

Estão paralisadas as obras, as fábricas veem recambiadas as suas fazendas, os negociantes teem os viajantes parados, o retalhista não vende, que fazer?"

Face a estes anúncios da descida dos salários, distribuíram-se manifestos pela cidade convocando os operários para uma reunião no dia 21 do mesmo mês.<sup>143</sup>

Em 1926, a comemoração do 1º de Maio em Guimarães passou despercebida. Nenhum operário abandonou o trabalho e tudo continuou normalmente.<sup>144</sup> Em Setembro, continuam as referências à falta de trabalho. Os operários vimaranenses, em reunião, resolveram protestar contra a carestia de vida, pedindo providências, nomeadamente, a construção do almejado bairro operário e a limpeza dos prédios para colmatar a falta de casas.<sup>145</sup>

Como referimos anteriormente a questão do horário de trabalho, concretamente o cumprimento da lei que estabelecia, no máximo, oito horas de trabalho por dia, prolongou-se até à década de 30. Como refere Fátima Patriarca, em 1932, na conjuntura da Ditadura Nacional, os patrões têxteis do Norte, ignorando as leis vigentes, praticavam horários de dez horas e dez horas e meia, sem pagar o trabalho extraordinário como tal e usavam mulheres e crianças nos turnos da noite, conforme denúncias do jornal "República Social", em títulos do tipo "Por Delães, Riba d'Ave, Bairro e Caniços – os tralfulhas da lei". Os protestos pelo não cumprimento do horário legal tiveram como consequência a prisão de alguns operários.<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> Comércio de Guimarães, 23-10-1925, p. 2.

<sup>144</sup> Comércio de Guimarães, 04-05-1926, p. 2.

<sup>145</sup> Comércio de Guimarães, 10-09-1926, p. 2.

<sup>146</sup> PATRIARCA, Fátima – artigo "Greves" in Dicionário de História de Portugal, 8, Suplemento. Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 135-141.

No dia 10 de Março de 1930, as direcções das Associações Operárias de Guimarães, reunidas expressamente para apreciarem as vantagens ou desvantagens da lei que estabelece o dia máximo de oito horas de trabalho, depois de várias considerações, resolveram por unanimidade solicitar ao presidente do Conselho de Ministros de Lisboa que fosse “mantida integralmente, rigorosamente, a lei das 8 horas de trabalho diário máximo no comércio e na indústria conforme o decreto n.º 5.5516”. Tendo conhecimento de pedidos tendentes à revogação ou alteração da lei, nessa exposição as associações de classe lembraram ao ministro que “a maior crise que actualmente asoberba a vida social de todos os Povos do Mundo é a falta de trabalho; e essa crise, como o esclarecido espírito de V. Ex<sup>a</sup> facilmente o reconhecerá, aumentaria com a ampliação das 8 horas de trabalho.”<sup>147</sup> Entretanto, em Fevereiro do ano seguinte, a autoridade administrativa recebeu ordens do Governo Civil para não permitir que esta disposição fosse sofismada. O articulista do semanário “A Velha Guarda”, ao divulgar esta informação, demonstra a sua impaciência, considerando que havia “algumas desgraçadas que, sem a intervenção de ninguém, moirejam em certa fábrica até à meia-noite a troco dum soldo mínimo”. Desejava, portanto, que essas ordens fossem satisfeitas, “pondo cobro a esta espécie de escravatura ou infame exploração.”<sup>148</sup> No mês seguinte, nesse mesmo periódico, queixando-se da passividade das autoridades concelhias, o mesmo articulista escreveu,

“Em Guimarães - não sabemos por que capricho - tem sido atraído o regulamento das oito horas de trabalho, sobretudo na indústria têxtil. Dizem-nos que as operárias trabalham doze horas por um soldo vergonhoso. São três crimes que se cometem: desrespeito à lei, roubo às infelizes e o aumento dos tuberculosos que em Portugal toma o aspecto de uma horrível peste. Sobre isto ponhamos a crise aterradora do desemprego, circunstância aproveitada habilidosamente pelos industriais para lucrar. É certo que as actuais contribuições são deveras asfixiantes, sobretudo da pequena indústria. Mas esta habilidade custa caro muitas vezes. «O horário das oito horas» cumpre-se em Lisboa e Porto, etc. Na província é atraído; e cumpre ao governo zelar pelo seu rigoroso cumprimento. Em Guimarães acentua-se a iniquidade do horário. Esperamos melhores dias... para o operário.”<sup>149</sup>

Por seu turno, os industriais de Guimarães pretendiam cumprir o horário legal quando, no Porto ou Lisboa, os operários trabalhassem seis horas. Na proposta que os industriais de Guimarães, Fafe, Famalicão e San-

---

<sup>147</sup> Jornal A Velha Guarda, 16-03-1930, p. 2.

<sup>148</sup> Jornal A Velha Guarda, 15-02-1931, p. 2.

<sup>149</sup> Jornal A Velha Guarda, 15-03-1931, p. 2.

to Tirso apresentaram ao Governador Civil, propunham 48 horas de trabalho semanal assim distribuídas: quatro dias a dez horas, sendo o quinto de oito e o sexto era reservado para se proceder à limpeza das máquinas. O Governo Civil oficiou, neste sentido, ao Administrador Geral do Instituto de Seguros Sociais e Obrigatórios e de Previdência Social. Desconhecemos a reacção do governador civil a esta proposta.<sup>150</sup>

## A Habitação Operária

A habitação operária foi uma outra vertente da “questão social” gerada pela industrialização. A crescente preocupação dos higienistas dos meados do século XIX, relativamente ao problema da habitação operária nas cidades fabris da Europa, chegou ao Vale do Ave nos inícios do século XX, consequência do desenvolvimento industrial nesta região. A melhoria das condições da habitação operária era considerada pelos higienistas um passo decisivo para o combate à pobreza, à mortalidade infantil e às epidemias que afectavam sobretudo as famílias operárias.<sup>151</sup>

O movimento para a criação de bairros operários não teve grande fôlego em Portugal. Apesar de campanhas de sensibilização por parte de alguns publicistas, foram escassas as empresas que aderiram à estratégia de construção de casas para alugarem aos seus operários por preços acessíveis. Embora algumas empresas o fizessem, o número de casas foi sempre diminuto face à procura e ao volume do seu operariado.

No entanto, algumas fábricas do Vale do Ave desenvolveram iniciativas neste domínio, “exprimindo soluções paternalistas que procuravam dar uma satisfação às denúncias públicas”. Por vezes, estas iniciativas acabaram por ter efeitos perversos, gerando discriminação entre os operários, pois só tinham acesso a estas casas os que caíam nas boas graças do patrão.

Uma das fábricas referidas num estudo sobre esta situação, em 1912 (BTI, nº66), é a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, em Negrelos, que, pelos inícios do século XX, adquiriu terrenos contíguos à fábrica, nos quais abriu uma rua e delimitou parcelas para a construção de habitações. Criou-se assim uma pequena aldeia, com casas que custaram uma média de 750\$000 réis (edifício e custos de terreno e urbanização), a pagar durante 20 anos.

---

<sup>150</sup> A Velha Guarda, 05-04-1931, p. 1.

<sup>151</sup> Boletim do Trabalho Industrial, 66, VII.

Também a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Ave, em Vila do Conde, adaptou a 10 habitações um edifício (antiga moagem) que possuía em frente à fábrica, na margem oposta, arrendando essas habitações por 800 réis mensais, mantendo uma escola primária e uma de música para os operários, além da organização de uma cooperativa de consumo. A Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe construiu, como ensaio, 7 casas, pelas quais pediu 1\$500 réis por mês, mas o aluguer foi considerado excessivo, pelo que acabaram por não ser ocupadas por operários. Como referimos anteriormente, a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães construiu, em Campelos, 57 casas térreas, que alugava a 480 réis mensais, estabelecendo ainda uma cooperativa de consumo e uma escola para os filhos dos operários (BT n.º 66, 1912:1-11). Segundo o relatório oficial sobre o assunto realizado em 1909, no país havia um total de 723 casas.<sup>152</sup>

Já no Estado Novo, surgem alguns bairros operários, como o caso dos construídos pelas fábricas do grupo Narciso Ferreira, em Riba d'Ave e freguesias próximas, ou da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso. Contudo, o paternalismo industrial sempre teve pouca expressão e curto alcance, destacando-se a actividade de carácter social desenvolvida por Narciso Ferreira e, depois, pela Fundação que assumiu o seu nome, em Riba d'Ave, com um hospital, uma escola, uma igreja e arruamentos locais).<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> Nova História de Portugal, Direcção de SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. - Portugal, da Monarquia para a República. Coordenação de A. H. de OLIVEIRA MARQUES, Vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, 1991, p. 212.

<sup>153</sup> ALVES, Jorge Fernandes - Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) - Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 112-125.

## A onda epidémica

Entre 1910 e 1920, a tuberculose representava, em condições normais, a principal causa de morte dos portugueses. Provocou cerca de 100 mil mortes. Esta contabilidade difícil de fazer, uma vez que a inexistência efectiva de assistência médica deixava muitos elementos na sombra. Cerca de 45 por cento da população morria sem uma certidão de óbito, ou seja, sem que a causa da morte se tornasse conhecida.<sup>1</sup>

O momento mais dramático situou-se entre os anos de 1918 e 1919, quando um conjunto de epidemias ceifou a vida a cerca de 70 mil portugueses. Destas, a gripe pneumónica foi a mais mortífera. Atacando com mais intensidade durante o Outono de 1918, provocou aproximadamente 60 mil mortos. Apesar disso, o sofrimento popular causado pela guerra que acabava, a miséria social e a instabilidade política deram-lhe menos visibilidade.

As particularidades do vírus de 1918, tornaram-no verdadeiramente mórbido. Esta epidemia revelou-se muito mais letal do que a Primeira Guerra Mundial, vitimando, no espaço de poucos meses, entre 20 a 40 milhões de pessoas por todo o mundo. Também esta doença se revelou “mundial”. Aliás, estas duas catástrofes estão inter-relacionadas: disseminada essencialmente através das comunicações marítimas, o transporte de soldados desempenhou um papel fundamental na propagação. Por outro lado, esta teve também a sua influência no decorrer da luta: vitimou batalhões inteiros, e, no exército norte-americano, por exemplo, matou metade dos soldados que tombaram entre 1914 e 1918. Mas foram os alemães quem mais directamente relacionou os seus efeitos com o resultado da guerra. Contrariamente ao que era habitual, atingia sobretudo os jovens. Tanto podia revelar-se letal em menos de 24 horas, como provocar uma longa agonia. A medicina, perplexa, mostrou-se incapaz de combater este flagelo.<sup>2</sup>

Em Guimarães, como na maioria das localidades, existiam condições para a rápida propagação da doença. Às péssimas condições de vida da maioria da população, afectada pela subida dos preços e pelo desemprego, juntava-se a falta de higiene das ruas e das casas, situações várias vezes denunciadas na imprensa vimaranense.

No norte do país, a gripe pneumónica de 1918 foi antecedida pelo tifo, que, desde finais de 1917 até ao Verão do ano seguinte, apareceu de forma assustadora. Ao longo do ano negro da gripe, só o tifo ceifou, à sua conta, a

---

<sup>1</sup> TRINDADE, Luís - Epidemia da Gripe Pneumónica. A morte anunciada. In Revista História, ano XX (nova série), nº 8, Novembro de 1998, pp. 36-37.

<sup>2</sup> TRINDADE, Luís, op. cit. In Revista História, ano XX (nova série), nº 8, Novembro de 1998, p. 36.



vida a quase dois mil portugueses<sup>3</sup> Esta epidemia terá tido origem em Espinho, atingindo com alguma facilidade a cidade do Porto. As deploráveis condições de higiene, as habitações sórdidas e miseráveis, a alimentação insuficiente e o vestuário sem condições tornaram os habitantes das «ilhas» (cerca de um terço da população portuense, na época) alvos preferenciais.<sup>4</sup> O tifo manifestava-se através de erupções cutâneas que atacavam preferencialmente o tronco e os membros. Por outro lado, se se mostrou benigno para as primeiras idades, não poupou os mais velhos. Quando o ano de 1918 começou, o surto pareceu recuar. Contudo, foi aquilo que Ricardo Jorge chamou de «período premonitório», após o qual a doença regressou com força redobrada.

O tifo foi referido com alguma frequência pela imprensa vimaranense. O jornal Comércio de Guimarães só em 27 de Julho de 1918 fez alusão ao tifo exantemático.<sup>5</sup> Mais tarde, na edição de 2 de Maio de 1919, referiu a existência de algumas mortes provocadas pelo tifo e um número considerável de pessoas atacadas.<sup>6</sup> Em Outubro, o tifo continuava a afectar muitos vimaranenses.<sup>7</sup> No dia 9 do mesmo mês, o mesmo jornal noticiou a existência de 4 mortos e de muitos doentes em tratamento.<sup>8</sup> Em finais de Novembro, na sequência do alastramento da epidemia de tifo exantemático, o hospital de Santa Luzia, que então se encontrava sem recursos para sustentar os epidémicos, terá sido dotado de uma verba de 12 contos para o custeio das suas despesas.<sup>9</sup> No entanto, sabemos que por esta altura este hospital albergava apenas 7 doentes.

Em Janeiro de 1920, o jornal “Comércio de Guimarães” informava que, em algumas freguesias do concelho de Braga, a epidemia do tifo exantemático grassava com intensidade.<sup>10</sup> Em Julho de 1920, esta doença reapareceu em Guimarães, embora não houvesse notícia de mortes. A este respeito, o mesmo periódico criticou a intenção de encerrar o já referido “hospital de isolamento” dos “tifosos”, localizado em Santa Luzia, por falta de recursos.<sup>11</sup> Para agravar a situação, em meados de Agosto do mesmo ano, esta epidemia recrudescceu em Guimarães, havendo algumas mortes.<sup>12</sup> Face à emergência em combater este flagelo, no mesmo mês, a Associação Comercial consegue a

---

<sup>3</sup> Oliveira Marques, op. cit.

<sup>4</sup> RICARDO JORGE - Le typhus exanthématique à Porto, 1917,1919,1920, cit. por TRINDADE, Luís, Ob. Cit. In Revista História, ano XX (nova série), nº 8, Novembro de 1998, pp. 36.

<sup>5</sup> Comércio de Guimarães, 27-07-1918, p. 2.

<sup>6</sup> Comércio de Guimarães, 03-05-1919, p. 3.

<sup>7</sup> Comércio de Guimarães, 28-10-1919, p. 2.

<sup>8</sup> Comércio de Guimarães, 09-05-1919, p. 3.

<sup>9</sup> Gil Vicente, 30-11-1919, p. 2.

<sup>10</sup> Comércio de Guimarães, 13-01-1920, p. 2.

<sup>11</sup> Comércio de Guimarães, 30-07-1920, p. 2.

<sup>12</sup> Comércio de Guimarães, 13-08-1920, p. 2.

reabertura daquele hospital.<sup>13</sup> Em Setembro, continuam a aparecer na imprensa notícias sobre a difusão do tifo em Guimarães, mencionando a ocorrência de casos fatais.<sup>14</sup>

Na edição de 18 de Setembro de 1920, o semanário “A Velha Guarda”, associa a epidemia à falta de higiene que grassava na cidade,

“Guimarães é uma das terras onde esta terrível doença está fazendo mais vítimas(...) E, entretanto, a cidade continua porca como nunca esteve, as mulheres tiram piolhos umas às outras, assentadas pelos passeios das ruas principais, e rara é a casa onde, à mistura com crianças, se não encontram dormindo, numa confusão repugnante, porcos e galinhas. No Jardim Público é um perigo assentarmo-nos em qualquer banco. Temos visto nós ali assentadas criaturas miseráveis tirando piolhos do corpo; temo-las visto nós à hora do dia!...”<sup>15</sup>

Logo em Maio é declarada em Espanha uma epidemia gripal, que cedo se propagaria a Portugal. Dada a sua proveniência, ficou conhecida por «gripe espanhola». Naturalmente, as zonas fronteiriças foram as que mais cedo foram afectadas. As grandes cidades como Lisboa e Porto, centros de comunicação rápida com Madrid, estavam também atingidos. Em Junho e Julho, só em Lisboa, o número semanal mortos subiu de cerca de trinta para os quatrocentos, normalmente devido a complicações torácicas.<sup>16</sup>

No início de Agosto, dão-se alguns novos casos de pneumonia, fulminantes, em Vila Nova de Gaia. De Gaia, a doença demorou aproximadamente um mês a chegar ao Porto. Em primeiro lugar foi levada pelos soldados, às casernas de Amarante, Vila Real e Bragança e ao longo do Douro, até Trás-os-Montes. Desde finais de Setembro os jornais da capital começaram a dar notícia de uma «epidemia que zomba da medicina»<sup>17</sup> Nestas circunstâncias, as autoridades militares tomaram a mais imprudente das medidas: deram licenças aos recrutas para regressarem às suas regiões.<sup>18</sup>

As migrações internas facilitaram a disseminação da gripe. Para além dos militares, as populações movimentavam-se, sobretudo nesta época do ano, em direcção a feiras e romarias. Por outro lado, as vindimas provocavam também, em todo o país, a mobilidade de muitos trabalhadores. O

---

<sup>13</sup> Comércio de Guimarães, 27-08-1920, p. 1.

<sup>14</sup> Comércio de Guimarães, 28-09-1920, p. 2.

<sup>15</sup> A Velha Guarda, 18-09-1920, p. 2.

<sup>16</sup> Ricardo Jorge, *La grippe*, 1919.

<sup>17</sup> A Capital, 25-09-1918.

<sup>18</sup> Trindade, Luís, *op. cit.*, p. 40.

Verão é também, para os estratos sociais mais privilegiados, a época preferida para frequentarem termas e outras estâncias balneares.<sup>19</sup>

As primeiras referências, na imprensa vimaranense, à gripe broncopneumónica, surgem em 28 de Setembro de 1918. Na edição deste dia, o jornal “Comércio de Guimarães” noticiou que, em Barcelos, se encontravam centenas de pessoas doentes. Em S. Mamede, Alijó, nos dias anteriores, tinham falecido 17 pessoas. No sentido de dar mais autenticidade à informação, este jornal transcreveu uma notícia do “Notícias”, um periódico de Vila Real, que fez referência à “epidemia de Amarante”:

“VILA REAL, 16

É deveras alarmante o estado sanitario d'esta villa, onde estão atacadas de influenza mais de 500 pessoas. Alguns casos têm revestido a forma pneumónica, sendo quase todos fataes.

No hospital civil onde tem dado entrada mais de 80 praças de infantaria 16 quasi todo o pessoal de enfermagem está atacado. Já falleceram 14 praças. Na maior parte das freguesias do concelho e epidemia lavra com a mesma intensidade tendo havido muitos obitos”.

Em Amarante têm morrido dezenas de pessoas da classe civil e militar; os recrutas de artilharia 4 foram licenceados e os officiaes estão todos atacados.”

Esta terrível epidemia tinha chegado já a Guimarães. Nesta data, encontram-se muitas pessoas infectadas no Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Algumas, eram soldados do Regimento de Infantaria 20. Aquele jornal vimaranense, relatando que havia casas onde se encontravam infectadas 8 pessoas, algumas das quais em estado grave, e noticiando a existência de alguns óbitos, refere que os vimaranenses estavam “a contas com os tres peores fagellos - a peste, a fome, a guerra...”<sup>20</sup>

Quatro dias depois, surge uma outra referência a um funeral na Atouguia de uma jovem vítima da gripe broncopneumónica. Não havia quem a sepultasse, além do coveiro<sup>21</sup>

Na edição de 8 de Outubro do “Comércio de Guimarães”, lê-se que a gripe grassava em Vizela. Nesta localidade, rara era a casa que não tivesse pessoas atacadas com esta terrível doença. Além disso, escasseava ali o serviço clínico. A mesma edição descreve a situação vivida no concelho:

<sup>19</sup> Idem, Ibidem, p. 40.

<sup>20</sup> Comércio de Guimarães, 28-09-1918, p. 2.

<sup>21</sup> Comércio de Guimarães, 01-10-1918, p. 2.

"Os hospitaes e Ordens Terceiras teem avultado numero de doentes, tendo adoecido em todos elles as enfermeiras o que tem causado serios transtornos.

Os obitos teem sido bastantes, embora a maioria dos casos não tenha sido fatal.

Se na cidade é grande o número de doentes, muito mais o é em algumas freguezias ruraes, havendo alli bastantes óbitos, muitas vezes originados pella relutancia do povo em não querer recolher aos hospitaes.

As auctoridades teem tomado medidas tendentes a debelar tão grande calamidade, assim anteontem foi examinado o leite que é fornecido ao público, sendo applicadas algumas multas; foram por forma energica postos fora de barreiras todos os suinos que não estavam em condições hygiénicas, bem como foram prohibidos os cortejos fúnebres e ordenado que os cadáveres fossem levados ao cemitério depois das 8 horas da tarde."<sup>22</sup>

Na edição de 12 de Outubro, o mesmo jornal divulgou que, nas freguesias rurais, a doença tinha alastrado imenso. Havia freguesias que viam desaparecer homens e mulheres jovens e vigorosos. Viam-se, continuamente, carros de bois a atravessar a cidade, levando doentes aos hospitais, além dos que se tratavam em suas casas. Apesar disso, as autoridades autorizaram a celebração de missas e outros actos religiosos, bem como o enterro dos defuntos nas igrejas, desde que fossem fechados em caixão de chumbo. Nesta edição, há ainda uma referência aos Bombeiros Voluntários de Guimarães que angariaram fundos para ajudar as vítimas e para a manutenção do hospital de Santa Luzia.<sup>23</sup>

Devido às enormes despesas hospitalares e de farmácia decorrentes desta epidemia, a Santa Casa da Misericórdia reuniu em Assembleia-Geral extraordinária, para decidir sobre um empréstimo de 6\$000 réis, retirado do fundo de capital da mesma instituição.<sup>24</sup>

Com o fim de fazer face às despesas relacionadas com o combate à doença, Sidónio Pais concedeu a Guimarães a quantia de 600\$000 réis. Desta importância, a autoridade administrativa do concelho destinou 400\$000 réis ao hospital dos epidémicos, instalado no edificio das Escolas Centrais, e 200\$000 réis para serem distribuídos pelos pobres atacados pela doença nos seus domicílios. A mesma autoridade administrativa também concedeu a quantia de 1.000\$000 réis para combater este flagelo.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> Comércio de Guimarães, 08-10-1918, p. 2.

<sup>23</sup> Comércio de Guimarães, 12-10-1918, p. 2.

<sup>24</sup> Comércio de Guimarães, 26-10-1918, p. 2.

<sup>25</sup> Gil Vicente, 20-10-1918, p. 3

Com receio do contágio, as autoridades proibiram as cerimónias do Dia dos Fiéis Defuntos, no cemitério da Atouguia.<sup>26</sup> A proibição, pela autoridade sanitária, de enterrar os defuntos antes das 8 horas da noite foi muito criticada pelo bissemanário “Comércio de Guimarães”. Este jornal lamentava que, sendo realizados fora do horário laboral, os funerais seriam frequentados por mais gente e, por outro lado, a iluminação chamaria mais a atenção dos curiosos. A este respeito o periódico “Gil Vicente” escreveu

“... que é certo é que os enterros continuam a efectuar-se de noite à hora a que o comércio encerra as suas portas, em que ranchos de operários atravessam a cidade vindos das fábricas que a essa hora paralisam o trabalho.

Se o único fim desta medida é evitar que o povo presencie estes espectáculos, não podia ser escolhida peor hora.

Ex.mo Snr. Subdelegado de Saúde: É necessário que seja posta de lado uma medida tão contraproducente e com que, crêmos bem, não há uma só pessoa que concorde.

E para que ir contra a vontade do povo, mostrando-lhe o que recatadamente se pretende ocultar-lhe?”<sup>27</sup>

Em 3 de Novembro, o “Comércio de Guimarães” informava que tinha terminado a obrigatoriedade dos enterros a partir daquela hora.<sup>28</sup> Também o jornal “Gil Vicente” informou da revogação dessa medida pela autoridade administrativa e sanitária.<sup>29</sup>

De facto, tal como noutras zonas do país, o isolamento não deu resultado, apesar da suspensão do reinício das aulas e dos conselhos continuados para se evitarem grandes aglomerações. Nos primeiros dias de Outubro, a Autoridade Administrativa divulgou um edital com os cuidados a ter com as condições de higiene, a fim de evitar o alastramento da epidemia. Foi ainda retardada a abertura de todas as escolas oficiais e particulares por motivo de saúde pública.<sup>30</sup>

Várias feiras e romarias seriam também canceladas. A propagação generalizada da doença cedo levou ao levantamento destas medidas, por perderem o sentido.<sup>31</sup>

---

<sup>26</sup> Comércio de Guimarães, 29-10-1918, p. 2. e Gil Vicente, 03-11-1918, p. 3.

<sup>27</sup> Gil Vicente, 27-10-1918, p. 1

<sup>28</sup> Comércio de Guimarães, 03-11-1918, p. 3.

<sup>29</sup> Gil Vicente, 03-11-1918, p. 3.

<sup>30</sup> Echos de Guimarães, 06-10-1918, p. 3.

<sup>31</sup> “Houve quem sugerisse retirar de circulação as notas de tostão, por julgarem ser o meio de mais fácil contágio, assim como a adopção de algumas medidas dispendiosas e inúteis - como a desinfecção de ruas com cal, e ainda algumas outras, reveladoras de excesso de zelo, de que se

No final de Outubro, a autoridade administrativa dirigiu circulares a todos os regedores das freguesias do concelho, pedindo-lhes ramagens de pinheiro e eucalipto, a fim de serem queimadas nas ruas e largos da cidade, como medida profilática contra a epidemia.<sup>32</sup>

O jornal “Comércio de Guimarães”, na sua edição de 10 de Outubro de 1919, refere que, segundo uma estatística demográfica, durante os meses de Outubro e Novembro do ano transacto, a epidemia pneumónica vitimou, no distrito de Braga, 4772 pessoas, das quais 432 pertenciam ao concelho de Guimarães.<sup>33</sup> Em Fevereiro de 1920, houve ainda referência a alguns casos na cidade. Embora a maioria se tenha apresentado benigna, houve casos fatais.<sup>34</sup> Em finais de Maio, surge a referência a um outro caso de gripe pneumónica mas sem graves consequências.<sup>35</sup>

A epidemia da varíola também afectou os vimaranenses. A falta de higiene propiciava o alastrar desta doença. O semanário “O Regenerador” descreveu as condições de completa ausência de higiene pública, observadas em diversos locais da cidade:

“Nas traseiras das casas da rua de S. Dâmaso e da Rua Nova deixam ver o espectáculo mais nojento que é possível imaginar-se: um ribeiro de imundicies alimentado pelas várias afluentes que nascem das latrinas e para elle despejam a descoberto todos os dejectos humanos....Na rua D. João I ... mas para quê continuar a especialisar locais?”<sup>36</sup>

Na edição de 1 de Dezembro de 1918, o jornal “Gil Vicente” informou que, com o objectivo de evitar que a doença se propagasse, como sucedeu com a gripe broncopneumónica, o administrador do Concelho tornou público que, por determinação superior e sob pena de multa, era obrigatória a revacinação para todas as pessoas que ainda não o tivessem feito, desde 1 de Outubro.<sup>37</sup>

No início do mês de Março de 1919, esta doença atacou as zonas da Conceição e de Caneiros<sup>38</sup>. No dia 17 do mesmo mês, a imprensa escreveu “por todas as ruas [de Guimarães] se veem creanças e donzelas, e alguns até já entrados na idade horripelantemente desfigurados”.<sup>39</sup> Em Junho os jornais noticiavam,

---

salientou o rígido isolamento sanitário a que o governo espanhol votou Portugal com o encerramento das fronteiras terrestres.” TRINDADE, Luís, *op. cit.*, p. 41.

<sup>32</sup> Gil Vicente, 03-11-1918, p. 3.

<sup>33</sup> Comércio de Guimarães, 10-10-1919, p. 2.

<sup>34</sup> Comércio de Guimarães, 06-02-1920, p. 2.

<sup>35</sup> Comércio de Guimarães, 28-05-1920, p. 2.

<sup>36</sup> O Regenerador, 09-07-1909, p. 2.

<sup>37</sup> Gil Vicente, 01-12-1918, p. 3.

<sup>38</sup> Comércio de Guimarães, 03-06-1919, p. 2.

<sup>39</sup> Comércio de Guimarães, 17-03-1919, p. 2.

“alastra-se duma maneira pavorosa, a epidemia da varíola em Guimarães. Há bairros completamente atacados estando a maior parte das casas fechadas por estarem de cama todas as pessoas que as habitam. O obituário é numeroso.”<sup>40</sup>

Em Agosto esta doença continuava a alastrar pela cidade e arredores.

41

---

<sup>40</sup> A Velha Guarda, 08-06-1919, p. 3.

<sup>41</sup> Comércio de Guimarães, 12-09-1919, p. 2.

## A emigração

Ao longo do Primeira República, terão partido meio milhão de emigrantes, metade dos quais analfabetos, na sua grande maioria destinados ao Brasil.

Esta região, tal como sucedeu com outras partes do país, foi afectada pelo fenómeno migratório. Em 26 de Maio de 1916, a Associação dos Proprietários e Lavradores de Guimarães, preocupada com a falta de braços para trabalhar na lavoura, enviou ao presidente do governo uma representação pela qual alertava para as consequências da mobilização decretada pelo governo. Chamava a atenção, não só para o "enorme transtorno que o abandono dos campos pelos homens validos traria à lavoura", num momento em que os trabalhos agrícolas eram intensos, mas também para o conseqüente agravamento da terrível crise de subsistências.<sup>1</sup>

Na sua edição de 24 de Agosto, o periódico "Comércio de Guimarães" noticia a ida de trabalhadores portugueses para Inglaterra e França, numa altura em que faltavam braços para trabalhar em Portugal.<sup>2</sup> Este problema continuava a sentir-se em Fevereiro de 1920. O mesmo bissemanário escreveu que a "...crescente onda migratória (...) vae deixando a lavoura e a industria sem braços" e que dificilmente se consegue encontrar um operário para "obras soltas, e os poucos que aparecem é por favor e por preços fabulosos." O mesmo jornal referiu que a Câmara de Braga, preocupada com a emigração do operariado do distrito, enviou um telegrama ao governo pedindo providências. Considerou este periódico que, se não houvesse "medidas rápidas e enérgicas a lavoura e a industria paralysara um dia, porque os velhos e as crenças as não podem amparar!"<sup>3</sup>

Em Abril, uma nota do mesmo jornal refere que foi apresentado um projecto na Câmara dos Deputados, proibindo a saída do território português aos menores de 16 anos de ambos os sexos.<sup>4</sup> Na edição de 4 de Maio desse ano, o mesmo periódico refere que emigraram dezenas de pessoas para o Brasil naturais da Póvoa de Lanhoso.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Comércio de Guimarães, 02-06-1916, p. 2.

<sup>2</sup> Comércio de Guimarães, 24-08-1916, p. 2.

<sup>3</sup> Comércio de Guimarães, 10-02-1920, p. 2.

<sup>4</sup> Comércio de Guimarães, 30-04-1920, p. 2.

<sup>5</sup> Comércio de Guimarães, 29-08-1919, p. 2.







## Conclusão

Terminámos este curto percurso na história recente dos vimaranenses. A construção do passado, qualquer que ele seja, é sempre uma experiência aliciante, mas revela-se sempre um trabalho inacabado. Temos a certeza de que o que escrevemos sobre as primeiras décadas do século XX, fundamentalmente resultado da análise da imprensa local, foi uma abordagem segmentada e limitada da sociedade vimaranense. Por outro lado, lamentamos que por vicissitudes várias o nosso estudo esteja tão circunscrito no tempo.

Nas páginas deste estudo pudemos constatar que a gente de Guimarães, quando posta à prova, além de sofredora revela-se empreendedora, emotiva e, sobretudo, participativa, solidária e generosa. Estas características, foram evidenciadas pelas forças vivas de Guimarães, durante as três primeiras décadas do século XX.

Os múltiplos problemas que caracterizaram a Primeira República e que decorreram, sobretudo, da Primeira Guerra Mundial (a crise de subsistências, as greves, o desemprego e a onda epidémica), fomentaram a solidariedade entre os vimaranenses, especialmente entre os operários. O activismo operário traduziu-se na busca de soluções para os problemas já mencionados, na reivindicação de direitos e na luta contra as diversas formas de exploração laboral.

Como vimos, durante as três primeiras décadas do século passado, assistiu-se a um desenvolvimento do associativismo mutualista e cooperativo. A Associação Familiar Fúnebre Operária Vimaranense, que comemora o centenário da sua fundação, é um excelente exemplo de uma instituição que se manteve activa e serviu os seus associados desde 1908.

Assistiu-se também à criação de activas associações de classe, algumas delas com caixas de socorros mútuos, destinadas a ajudar os sócios em dificuldades. O socorro mútuo contituiu a forma de protecção social mais atractiva dado que a adesão se realizava de modo voluntário e sem contrangimentos sociais e, por outro lado, as quotizações eram suportáveis pelos baixos salários dos operários.

Também o cooperativismo assumiu o seu papel a nível local, fornecendo às classes mais desprotegidas os géneros de primeira necessidade, como o milho, produto que frequentemente escasseava no mercado e era vendido a preços exorbitantes.

O conhecimento do impacto que o movimento associativo e mutualista teve em Guimarães, nos primeiros anos do século XX, período extremamente difícil, tornará mais fácil avaliar o contributo do mutualismo na actualidade. Embora em contextos diversos, vivemos uma conjuntura económica negativa em que o endividamento e o desemprego são as principais ameaças à estabi-

lidade das famílias. Se esta situação persistir, o Estado social terá dificuldade em responder aos novos desafios que se vão colocando aos cidadãos. O combate a estas dificuldades exigirá, cada vez mais, a mobilização dos indivíduos para o exercício da solidariedade e da reciprocidade, ou seja, para o mutualismo. Esta adesão implica que o cidadão se torne verdadeiramente consciente dos problemas que o rodeiam e ajude a enfrentá-los em espírito de solidariedade humana. Esta é, na nossa opinião, a verdadeira cidadania.

Após um período de atrofia do mutualismo, chegou o momento de, mais uma vez, repensar e estimular esta prática social.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes impressas

#### Estatutos e Regulamentos

A Económica Vimaranesa - Relatório de Gerência de 1920, apresentado em 21 de Fevereiro de 1921 (SMS B.S. 1-2-25)

Boletim do Trabalho Industrial, nºs 49.

Estatutos da Associação Artística Vimaranesa, Tipografia «Religião e Pátria», Guimarães, 1870. (SMS B.S. 1-2-28).

Estatutos da Associação de Classe dos Operários Curtidores e Surradores de Guimarães in <http://www2.gep.mtss.gov.pt/arquesoc>

Estatutos da Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado de Guimarães in <http://www2.gep.mtss.gov.pt/arquesoc>

Estatutos da Associação de Classe dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil in <http://www2.gep.mtss.gov.pt/arquesoc>

Estatutos da Associação de Classe dos Marceneiros e Artes Correlativas in <http://www2.gep.mtss.gov.pt/arquesoc>

Estatutos da Associação de Classe dos Alfaiates e Costureiras de Guimarães in <http://www2.gep.mtss.gov.pt/arquesoc>

Estatutos da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil de Guimarães in <http://www2.gep.mtss.gov.pt/arquesoc>

Estatutos da Associação de Classe dos Empregados de Comércio de Guimarães in <http://www2.gep.mtss.gov.pt/arquesoc>

Estatutos da Caixa Filantrópica Académica Vimaranesa (Liceu Nacional de Guimarães). Papelaria e Tipografia Minerva Vimaranesa, Guimarães, 1913. SMS BS-1-1-59.

Estatutos da Económica Vimaranesa, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, criada em 11 de Outubro de 1916 In jornal Echos de Guimarães, edição de 29 de Outubro de 1916.

Estatutos do Monte-Pio Comercial Vimaranesa aprovados por alvará de 3 de Abril de 1872. Sociedade Martins Sarmento (SMS), cota: 25 BS 1-2-25.

Organização das Associações de Classe – Decreto de 9 de Maio de 1891. Biblioteca Popular de Legislação (periódico jurídico). Tipografia da Biblioteca Popular de Legislação, Lisboa, 1904.

Relatório e contas da Associação Artística Vimaranesa apresentado em sessão ordinária de 19 de Janeiro de 1879. Guimarães Tipografia Religião e Pátria (SMS Dep 7-2-80).

## Periódicos

- Comércio de Guimarães
- O Baluarte
- Gil Vicente
- O Caloio
- Echos de Guimarães
- O Republicano
- A Velha Guarda
- Imparcial

## Fontes historográficas

ALVES, Jorge Fernandes (2002) - Estruturas do Patronato e do Operariado no Vale do Ave. In Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (Coord.) - Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave, p. 112-125.

FREIRE, João (2006) – Um olhar sociológico sobre o associativismo: o clássico e o contemporâneo. In Ventura, Maria da Graça A. Mateus, (coord.) - O Associativismo – das confrarias e irmandades aos movimentos sociais contemporâneos. Décimas primeiras jornadas de História Ibero-Americana. Edições Colibri, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, pp. 15-26.

- LEÃO XIII, Papa. Encíclica Rerum Novarum de sua Santidade o Papa Leão XIII - sobre a condição dos operários.
- LIMA Carlos, O Socialismo e a Igreja Católica (III parte), In <http://www.jornalfeirahoje.com.br/conteudo.php?codcolunista=5&codconteudo=154>
- MELO, Lúcia e REIS, Suzana (1998) - Mutualismo na Área da Grande Lisboa: Principais características e perspectivas de evolução In O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social. Estudos e Pesquisas Multidisciplinares sobre o Sector Não-Lucrativo – III. Coord. Técnica e Científica de Barros, Carlos Pestana e Santos, J. C. Gomes. Edições Vulgata. Lisboa.
- PEREIRA, Augusto de Castro (1998) – Reacções operárias nos concelhos de Famalicão e Santo Tirso. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 15: 57-68.
- POINSARD, Léon (1909) - Le Portugal Inconnu. Paris: Bureaux de la Science Sociale. Cit. por Jorge Fernandes Alves, Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. In Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (Coord.) - Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 112-125.
- ROCHA, Francisco Canais - Unidade e Solidariedade - armas dos trabalhadores. As greves vitoriosas de 1920. In [http://fiequimetal.pt/fstiep/index.php?option=com\\_content&task=view&id=413&Itemid=41](http://fiequimetal.pt/fstiep/index.php?option=com_content&task=view&id=413&Itemid=41)
- ROSENDO, Vasco (1998), A Evolução do Mutualismo no Portugal Contemporâneo. In BARROS, Carlos Pestana e SANTOS, J. C. Gomes (1998) – O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social. Estudos e Pesquisas Multidisciplinares sobre o Sector Não-Lucrativo – III. Coord. Técnica e Científica de Barros, Carlos Pestana e Santos, J. C. Gomes. Edições Vulgata. Lisboa.
- SERRÃO, Joel Serrão e OLIVEIRA MARQUES, A. H. (1991) - Nova História de Portugal - Portugal, da Monarquia para a República. Coordenação de A. H. De Oliveira Marques, Vol. XI. Editorial Presença, Lisboa.
- SILVEIRA, Jorge (1990) – A Evolução Histórica do Mutualismo e seus Princípios Doutrinários. In O Mutualismo em Portugal. Ed. da União das Mutualidades Portuguesas.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de - Da transcendência à disciplina: os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964), In Tese de doutoramento apresentada no programa de Pós-Graduação da UFRJ em Abril de 1998.

TRINDADE, Luís (1998) - Epidemia da Gripe Pneumónica. A morte anunciada. In Revista História, ano XX (nova série), nº 8, Novembro de 1998, pp. 36-37

---